



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO

TATIANA NAZARÉ AMARAL FERREIRA REIS

**RE-EXISTÊNCIAS DE MULHERES NO TERRITÓRIO AGROEXTRATIVISTA  
PIROCABA, BAIXO TOCANTINS, PARÁ:  
POR UMA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA, FEMINISTA E POPULAR**

Belém

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

A485r    Amaral Ferreira Reis, Tatiana Nazaré.  
          Re-existências de mulheres no Território Agroextrativista  
          Pirocaba, Baixo Tocantins, Pará : Por uma comunicação  
          agroecológica, feminista e popular / Tatiana Nazaré Amaral  
          Ferreira Reis. — 2024.  
          207 f. : il. color.

          Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves  
          Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de  
          Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em  
          Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2024.

          1. mulheres. 2. comunicação contra-hegemônica. 3.  
          agroecologia. 4. economia feminista. 5. Território Pirocaba. I.  
          Título.

CDD 307.7209811

---

TATIANA NAZARÉ AMARAL FERREIRA REIS

**RE-EXISTÊNCIAS DE MULHERES NO TERRITÓRIO AGROEXTRATIVISTA  
PIROCABA, BAIXO TOCANTINS, PARÁ:**

**POR UMA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA, FEMINISTA E POPULAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de concentração: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em 08 de agosto de 2024

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves

Orientadora – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes

Examinador Interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fabio Fonseca de Castro

Examinador Interno - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Cátia Oliveira Macedo

Examinador Externo – UEPA

Profa. Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Examinador Externo – PPGCOM/UFPA

Aos meus pais, Hilmar Tadeu e Tereza Cristina, por serem referência de amor e acolhimento, e por, desde sempre, incentivarem meus estudos.

Ao meu filho Gabriel, maior presente que a vida me deu.

Ao meu marido Rodrigo, pelo amor e companhia nas caminhadas e nos desafios que enfrentamos de mãos dadas.

Às mulheres dos territórios tradicionais do Baixo Tocantins, por defenderem formas de vidas amazônicas que merecem ser respeitadas e valorizadas.

## AGRADECIMENTOS

Sem elas eu não teria como acreditar que é possível uma comunicação transformadora em territórios amazônicos. Começo agradecendo às mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba, em Abaetetuba (Pará), por tantas partilhas no processo de pesquisa-ação, por me permitirem conhecer suas casas, quintais, famílias, trabalhos e lutas pela permanência no território. São elas Dayane, Daniela, Dilmara e Daniele Araújo, Rosa Maria Vilarino, Rosa das Graças Vilarino, Lidiane Vilarino, Milena Vasconcelos Silva, Maria Madalena Silva, Joseane Araújo, Paula Margalho, Maria do Socorro Rodrigues, Raissa Araújo e Alessandra Amaral.

À orientadora desta tese, professora Marcela Vecchione Gonçalves, pelas instruções valiosas, amizade e pelo exemplo de dedicação à pesquisa-ação em territórios tradicionais na Amazônia, que incentivou a realização desta pesquisa com as agroextrativistas do Território Pirocaba e confiou na realização deste trabalho em todos os momentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), seu corpo docente e técnico, pelos conhecimentos adquiridos e por ter possibilitado o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida entre 2021 e 2023, apoio fundamental para a realização da pesquisa.

Aos membros da banca avaliadora deste trabalho, professores Cátia Macedo e Ricardo Folhes, pela leitura e valiosas sugestões compartilhadas no processo de qualificação, e aos professores Fabio Castro e Célia Trindade Amorim, referências na minha trajetória acadêmica e profissional.

A minha família, que apoiou a escolha e dedicação ao doutorado sempre que precisei; meus pais Hilmar Tadeu e Tereza Cristina, pelo apoio e amor incondicional; meu filho Gabriel pelo amor e compreensão nos momentos de ausência; meus irmãos Hilmar Júnior, Cristiane e Regiane pela torcida; a minha querida Amanda pelo apoio e criação dos convites das oficinas realizadas no Território Pirocaba; e ao Rodrigo, marido que não mediu esforços pra apoiar a realização desta tese com seu incentivo, amor e otimismo.

A minha família pelo incentivo, principalmente a todas as tias e às primas Nazaré, Maíra Amaral e aos compadres Liane e Paulo Amaral pelo carinho, orações e companheirismo em todos os momentos de alegrias, desafios, chegadas e partidas que compartilhamos nos últimos anos.

À vó Dora pelo exemplo de força e amor à família. Aos meus avós, Sarah, José e Oswaldo, que mesmo estando em outro plano serão sempre referências afetuosas que me sustentam diante dos desafios.

À madrinha Regina Souza e à tia Conceição Fiúza, sempre incentivadoras da minha trajetória profissional e acadêmica. Sei que seguem me apoiando onde estão.

Ao Leomar Moraes, psicólogo que me acompanha com empatia e profissionalismo desde outubro de 2021, após os piores momentos enfrentados na pandemia da Covid-19, quando enfrentei adoecimento e perda de queridos familiares, suporte fundamental para minha persistência no desenvolvimento desta tese.

À Maria José Oliveira, que me apoiou nas tarefas domésticas e outros trabalhos do cuidado, possibilitando que mais tempo fosse dedicado aos estudos e à pesquisa.

À querida amiga Brenda Taketa, pelo apoio, amor, amizade de vinte anos e incentivo fundamental durante o doutorado, e ao amigo Guilherme Guerreiro Neto, pela companhia em campo e pelo compartilhamento de conhecimentos e percepções sobre os processos de resistência no Baixo Tocantins.

Aos queridos amigos com quem trabalhei na Faculdade de Estudos Avançados do Pará (Feapa) e permaneceram pra vida: Danuta Leão, Avelina Castro e Nelson Duarte, pelo encorajamento durante os anos de realização da pesquisa.

À Rafaella Sena, amizade que ganhei no doutorado, pelas trocas de ideias e incentivo mútuo, assim como aos demais membros do grupo de pesquisa ReExisterra, liderado pela professora Marcela, pelas partilhas nos nossos processos de pesquisa.

A Nossa Senhora de Nazaré, que integra meu nome e minha vida, por me abençoar e me conduzir nas aprendizagens deste percurso.

*Precisamos da comunicação pra denunciar todas as formas de violação que estamos sofrendo por causa desse capitalismo que não enxerga pessoas, nem territórios. Só vê terra, dinheiro e lucro. Nossas vozes precisam ecoar e mostrar que aqui tem muita vida, produção de alimentos sem agrotóxicos, cultura e resistência!*

*(Dayane Araújo, Território Agroextrativista Pirocaba)*

*Temos um capitalismo cada vez mais violento, que promove a militarização da vida, a intensificação da exploração do trabalho e da natureza, e a desapropriação de terras. Estamos vivendo um presente aterrador no qual milhares de pessoas são forçadas a deixar seus locais ancestrais para que se tornem terras úteis e produtivas para o capital. A resposta a essa guerra e a esse ataque sistemático internacional à vida e à sua reprodução tem vindo das mulheres.*

*(Silvia Federici)*

## RESUMO

Mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba, em Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins, participam ativamente dos movimentos de resistência contra a instalação do Terminal de Uso Privado (TUP) da comercializadora global (*trader*) Cargill, voltado para acelerar a exportação de *commodities*, principalmente soja e milho. Elas se dedicam ao trabalho em atividades como agricultura agroecológica, extrativismo, artesanato e pesca, registrando a produção nas Cadernetas Agroecológicas, instrumentos fundamentados na economia feminista, voltados para a valorização do trabalho e da produção das mulheres. Argumenta-se que o uso das cadernetas desde o ano de 2018 incentivou a organização produtiva e socioterritorial do Pirocaba, entre outros benefícios. Esta tese tem a pesquisa-ação como metodologia principal e procurou compreender como a comunicação contra-hegemônica, aquela que se contrapõe à hegemonia dos grandes veículos de comunicação, pode fortalecer a resistência das mulheres do Pirocaba e promover a visibilização dos seus modos de vida amazônicos e da economia feminista e popular que praticam. Na primeira etapa da pesquisa, investigou-se o potencial das Cadernetas Agroecológicas para apoiar processos de comunicação territorializada frente aos desafios que as mulheres do Pirocaba vivenciam. Na segunda etapa, o objetivo foi compreender como grandes empreendimentos, especialmente o projeto do Terminal de Uso Privado da Cargill, em Abaetetuba, utilizam ferramentas de “relacionamento com a comunidade”, para defender seus interesses hegemônicos. Na etapa final da pesquisa, foram colocadas em prática rodas de conversa e oficinas de comunicação com um grupo de mulheres do território, resultando na criação do *podcast* Vozes do Pirocaba, instrumento de comunicação agroecológica, feminista e popular de base territorial realizado de forma participativa em todo o seu processo de concepção e distribuição.

Palavras-chave: mulheres; comunicação contra-hegemônica; agroecologia; economia feminista; Território Pirocaba.

## ABSTRACT

Women from the Pirocaba Agroextractivist Territory, in Abaetetuba, in the Baixo Tocantins region, actively participate in resistance movements against the installation of the Private Use Terminal by the Cargill global trader, aimed at accelerating the export of commodities, mainly soybeans and corn. Women from Pirocaba dedicate themselves to working in activities such as agroecological agriculture, extractivism, craftwork and fishing, recording production in Agroecological Logbooks, instruments based on feminist economics, aimed at valuing women's work and production. It is argued that the use of Logbooks since 2018 has encouraged the productive and socio-territorial organization of Pirocaba, among other benefits. This thesis adopts action research as its main methodology in order to understand how counter-hegemonic communication, which opposes the hegemony of large media corporations, can strengthen Pirocaba women's resistance by promoting visibility of their Amazonian ways of life and the feminist and popular economy that they practice. In the first stage of the research, the potential of Agroecological Logbooks was investigated to support territorialized communication processes facing the challenges experienced by women of the Pirocaba territory. In the second stage, we proceeded to understand how large enterprises, especially Cargill's Private Use Terminal project in Abaetetuba, use “community relations” tools to defend their hegemonic interests. In the final stage of the research, conversation circles and communication workshops were put into practice with a group of women from the territory, resulting in the creation of the *Vozes do Pirocaba* podcast, an instrument of agroecological, feminist and popular territorial-based communication carried out in a participatory manner throughout its design and distribution process.

Keywords: women; counter-hegemonic communication; agroecology; feminist economics; Pirocaba Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Território Pirocaba em relação à área do Terminal de Uso Privado da Cargill (TUP), no furo do Capim, na região das ilhas de Abaetetuba .....	26
Figura 2 Municípios da Região de Integração do Tocantins ou Baixo Tocantins.....	28
Figura 3 Barqueata das mulheres do Baixo Tocantins em defesa dos territórios.....	29
Figura 4 Capa e área de anotações da Caderneta Agroecológica .....	32
Figura 5 Mulheres do Território Pirocaba protestam contra a Cargill, no Dia da Mulher, em Belém.....	40
Figura 6 Página da Caderneta Agroecológica preenchida por agroextrativista/artesã do Pirocaba .....	51
Figura 7 Agroextrativista e artesã Dayane do Território Pirocaba no quintal agroecológico ..	54
Figura 8 Canteiro de plantas medicinais de uso coletivo das mulheres do Território Pirocaba .....	59
Figura 9 Rio Pirocaba, utilizado para transporte, pesca e lazer da comunidade .....	60
Figura 10 Abertura da Formação Mulheres e Agroecologia na Amazônia, em Belém.....	64
Figura 11 Conversa sobre o agronegócio e as mudanças climáticas durante o encontro das Cadernetas Agroecológicas.....	67
Figura 12 Rosa Vilarino, Socorro Rodrigues e Dayane Araújo apresentam o Mapa da Sociobiodiversidade do Pirocaba, durante formação das Cadernetas Agroecológicas em Belém.....	71
Figura 13 Daniela apresenta a planta lágrimas de Nossa Senhora, no quintal (esquerda). A agroextrativista produz açaí destinado ao consumo e venda no Território Pirocaba (direita).....	76
Figura 14 Daniela Araújo, do Território Pirocaba, participa do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, no Rio de Janeiro.....	78
Figura 15 Dayane Araújo, do Território Pirocaba, na Feira Agroecológica da FASE, em Belém .....	79
Figura 16 Relatoria gráfica do encontro com as mulheres que utilizam a Caderneta Agroecológica.....	80
Figura 17 Apresentação do TUP Abaetetuba, na página da Cargill na Internet.....	86
Figura 18 Trecho do vídeo do TUP Abaetetuba simula a área de instalação no Furo do Capim .....	89

Figura 19 Espaços vazios chamam atenção na simulação da área do TUP produzida pela Cargill .....	91
Figura 20 Moradia localizada na Ilha de Urubuéua, onde a Cargill pretende instalar o terminal portuário.....	92
Figura 21 <i>Frame</i> do vídeo do TUP Abaetetuba sobre a operação do terminal .....	94
Figura 22 Lideranças se reuniram para tratar do avanço das infraestruturas em Abaetetuba, com apoio da FASE, do Fundo Dema e do grupo ReExisTerra, do NAEA/UFPA ....	97
Figura 23 Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada do Território Pirocaba, lançado em 2018 .....	98
Figura 24 Roda de conversa “Territórios em disputa” com a participação de lideranças do Baixo Tocantins.....	100
Figura 25 Moradores do Território Igarapé Vilar pedem Consulta Prévia durante as oitivas	101
Figura 26 Oitiva realizada pela Defensoria Agrária no Território Agroextrativista Pirocaba	101
Figura 27 No território Igarapé Vilar, crianças aproveitam a maré cheia para brincar .....	102
Figura 28 No território Igarapé Vilar, crianças aproveitam a maré cheia para brincar .....	104
Figura 29 Capa da cartilha Navega Abaeté, disponibilizada no site da Cargill voltado ao projeto do porto .....	108
Figura 30 Personagens sorridentes imaginam o futuro na história em quadrinhos “Navega Abaeté” .....	109
Figura 31 Tabelas, mapas e ilustrações são apresentados na cartilha da Cargill voltada aos territórios.....	110
Figura 32 Seção “Você pergunta, a gente responde”, disponível no site da Cargill .....	111
Figura 33 Cargill construiu cerca nos fundos desta casa, no Igarapé São José, em área de uso comum .....	112
Figura 34 Ilustração da cartilha Navega Abaeté, disponibilizada no site da Cargill.....	114
Figura 35 Área de fixação de informações apresentada na cartilha “Navega Abaeté” .....	115
Figura 36 Fachada da escola municipal onde estudam as crianças do Território Pirocaba....	124
Figura 37 Convite enviado por aplicativo de mensagens às participantes da roda de conversa no Território Pirocaba.....	127
Figura 38 Roda de conversa na Casa de Cultura Cabas de Fogo, Território Pirocaba.....	128
Figura 39 Grupo de mulheres do Pirocaba analisa notícias publicadas em sites contra-hegemônicos .....	133

Figura 40 O grupo de mulheres que ficou responsável por analisar e apresentar as notícias de mídias hegemônicas.....	135
Figura 41 Post publicado no Instagram da ANA para o Dia Internacional de Luta das Mulheres .....	139
Figura 42 A casa de palha - primeira construção no terreno da sede da ASAPAP.....	142
Figura 43 Fotografia feita pelo grupo da agroextrativista Milena, mostrando a identificação da casa de Cultura.....	143
Figura 44 Construção da sede da ASAPAP envolveu o trabalho de mulheres e homens em mutirão .....	145
Figura 45 Caminhão do PAA em dia de entrega da produção do Território Pirocaba.....	150
Figura 46 Ensaios e gravações com as participantes do primeiro podcast Vozes do Pirocaba .....	151
Figura 47 Reprodução da tela de apresentação do primeiro episódio do podcast Vozes do Pirocaba no Spotify.....	153
Figura 48 O grupo de mulheres que participou da primeira fase da pesquisa-ação no Pirocaba .....	155
Figura 49 Centro da roda de conversa sobre as Cadernetas Agroecológicas no Território Pirocaba .....	156
Figura 50 Roda de conversa sobre o uso das Cadernetas Agroecológicas no Território Pirocaba .....	157
Figura 51 Conversa sobre o roteiro do segundo episódio do podcast, que abordou as Cadernetas Agroecológicas .....	159
Figura 52 Reprodução da tela de introdução do segundo episódio do podcast Vozes do Pirocaba no <i>Spotify</i> .....	162
Figura 53 O grupo de mulheres que participou da pesquisa-ação no Território Agroextrativista Pirocaba .....	167

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Eixos da pesquisa .....	21
Gráfico 2 Temas norteadores da pesquisa bibliográfica e documental .....	38
Gráfico 3 Segunda fase da pesquisa-ação.....	42
Gráfico 4 Tríade Agroecológica .....	48

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Produtos da sociobiodiversidade no Baixo Tocantins .....	73
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 Temas centrais nas formações sobre agroecologia – 2022.....	43
Quadro 2 Produção anual de açaí .....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASAPAP	Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesões do Pirocaba
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CA	Caderneta Agroecológica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DPE	Defensoria Pública do Estado do Pará
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI-PA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
GTNA	Grupo de Trabalho Novas Propostas para a Agroecologia na Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMM	Conselho Internacional de Mineração e Metais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
JNT	Justiça nos Trilhos
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NDHDP	Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PCPLI	Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QCS	Questionário de Caracterização Socioeconômica
RMERA	Rede Amazônia de Mulheres
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SDDH	Sociedade Paraense dos Direitos Humanos
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
TUP	Terminal Portuário de Uso Privado
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1	A liderança das mulheres no território Pirocaba.....	23
1.2	A economia feminista e as Cadernetas Agroecológicas .....	29
1.3	As empresas multinacionais, a comunicação e o relacionamento com a comunidade .....	33
1.4	Percurso metodológico.....	35
<b>2</b>	<b>CADERNETAS AGROECOLÓGICAS: ENTRE OS ANÚNCIOS POSITIVOS E AS DENÚNCIAS DAS MULHERES DO TERRITÓRIO PIROCABA.....</b>	<b>47</b>
2.1	O que são e como surgiram as Cadernetas Agroecológicas .....	49
2.2	Reprodução social e cuidado com a natureza.....	55
2.3	Comunicar a economia feminista e popular em defesa dos territórios.....	58
2.4	As formações político-pedagógicas e a realidade dos territórios.....	63
2.5	As mulheres, a sociobiodiversidade e a agroecologia como prática contra-hegemônica.....	68
2.6	A Caderneta Agroecológica como ferramenta para uma comunicação contra-hegemônica territorializada .....	77
2.7	Considerações e articulações sobre as Cadernetas Agroecológicas.....	82
<b>3</b>	<b>A “COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE” E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL: O PORTO DA CARGILL EM ABAETETUBA .....</b>	<b>83</b>
3.1	O projeto do TUP Abaetetuba .....	84
3.2	“Território não é mercadoria”: resistências contra a instalação do TUP da Cargill .....	96
3.3	Comunicação e hegemonia: o projeto do TUP Abaetetuba e o “relacionamento com as comunidades”.....	105
3.3.1	“Navega Abaeté” e as práticas autoritárias da comunicação com a comunidade .....	107
3.3.2	“Fala Abaeté”, produto radiofônico da Cargill para chegar aos territórios.....	116
3.4	Comunicação sem conexão, uma síntese sobre as ações da Cargill.....	119
<b>4</b>	<b>MULHERES CONSTRUINDO A COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA EM DEFESA DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>122</b>

4.1	A comunicação como direito e prática das mulheres do Pirocaba .....	126
4.2	As oficinas de comunicação e a produção de imagens pelas agroextrativistas.....	137
4.3	O podcast <i>Vozes do Pirocaba</i> e os anúncios do território .....	146
4.4	As Cadernetas Agroecológicas e o segundo episódio de <i>Vozes do Pirocaba</i> .....	155
4.5	Amplificar as vozes das mulheres, um desafio possível.....	163
5	CONTRIBUIÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS .....	165
6	REFERÊNCIAS .....	174
	APÊNDICE A - RELATÓRIO ILUSTRADO FORMAÇÃO CADERNETAS .....	182
	APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	185
	APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM.....	186
	APÊNDICE D – PLANEJAMENTO DA OFICINA.....	187
	APÊNDICE E - REPORTAGEM “SEMINÁRIO CADERNETA AGROECOLÓGICA” .....	190
	APÊNDICE F - REPORTAGEM “FASE PROMOVE ENCONTRO DE LIDERANÇAS” .....	193
	APÊNDICE G - REPORTAGEM “COMUNIDADES PROTESTAM CONTRA CARGILL” .....	196
	APÊNDICE H - REPORTAGEM “MERCADO DE CARBONO INVADE TERRITÓRIOS” .....	200
	APÊNDICE I - REPORTAGEM “DISFARCES VERDES: O MERCADO DE CARBONO E SUA OFENSIVA AOS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA” .....	205
	APÊNDICE J – REPORTAGEM “AGROECOLOGIA NA BOCA DO POVO: FASE E FUNDO DEMA PARTICIPAM DO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, NO RIO DE JANEIRO”.....	206

## 1 INTRODUÇÃO

O papel da comunicação no combate às expropriações e injustiças produzidas pelo capitalismo na Amazônia paraense mobiliza minha atenção desde o início da trajetória como repórter recém-formada no jornal O Liberal, em Belém (PA), no final da década de 1990. Esse trabalho me deu oportunidade de participar da cobertura jornalística de um dos primeiros julgamentos dos responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás<sup>1</sup>, episódio em que a Polícia Militar do Pará executou 19 trabalhadores rurais sem terra no município do sudeste paraense. Os trabalhadores pretendiam marchar até Belém em protesto contra a demora nos processos de desapropriação de terras na região.

Durante o julgamento, acompanhei a mobilização das famílias sem terra que acamparam por vários dias na Praça Eneida de Moraes, no bairro da Pedreira, na capital paraense. Dessa forma, foi possível escutar sobre a dor, a revolta e o anseio por justiça compartilhados por parentes e amigos das vítimas do massacre que repercutiu internacionalmente e marcou, de forma violenta, a luta pela reforma agrária no estado do Pará e no Brasil.

No ano seguinte, trabalhando no mesmo veículo de comunicação, mais uma cobertura envolvendo a questão da terra me sensibilizou. Durante uma tentativa de desocupação da antiga Fazenda da Taba, em Mosqueiro, distrito de Belém, foi possível passar um dia ao lado dos trabalhadores sem terra sob ameaça de intervenção da Polícia Militar encarregada de retirá-los daquele espaço que finalmente começava a se tornar produtivo, depois de anos de abandono. Naquele dia, mesmo com a reintegração de posse expedida, as famílias sem terra conseguiram resistir e a desocupação foi adiada.

A mesma área foi conquistada pelos trabalhadores sem terra, anos depois, e transformou-se no Assentamento Mártires de Abril, em homenagem aos mortos em Eldorado dos Carajás. Não por coincidência o nome do assentamento, na Ilha do Mosqueiro, distrito de Belém, conecta esses dois episódios que integram a luta pela reforma agrária no Pará e tive oportunidade de acompanhar como jornalista.

---

<sup>1</sup>Dezenove trabalhadores sem-terra que protestavam na “curva do S” foram assassinados pela Polícia Militar do Pará no município de Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996. Dos 155 policiais que participaram do massacre, apenas os dois comandantes da operação foram condenados por homicídio doloso. Os coronéis Mário Pantoja e José Maria Pereira Oliveira foram presos em 2012, 16 anos após o episódio. Quatro anos depois, passaram a cumprir a pena em liberdade. Todos os anos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza o “Abril Vermelho”, mês de mobilização pela reforma agrária e homenagens aos trabalhadores assassinados no Pará.

A participação nessas coberturas jornalísticas foi importante para que pudesse compreender, por meio da experiência na reportagem, o sentido objetivo do que se denomina comunicação hegemônica, um conceito central para esta tese. Trata-se da comunicação realizada por grandes grupos empresariais a serviço dos interesses das elites, configurando um sistema midiático sob forte concentração monopólica em torno desses megagrupos e dinastias familiares (Moraes, 2013) (Nobrega; Bandeira, 2019), que desconsideram a pluralidade de vozes na sociedade, silenciando pautas indispensáveis para a transformação social, como a necessidade da reforma agrária em todo o país.

Mesmo com tantos relatos coletados sobre vidas arrasadas pela falta de acesso à terra, pela pobreza e pela violência praticada pelo Estado em defesa do capital, as histórias de luto e de resistência obtiveram pouco espaço e destaque nas páginas do jornal, sendo praticamente invisibilizadas. O veículo de comunicação em questão, O Liberal, tradicionalmente representa os interesses das elites paraenses, o que inclui grandes proprietários de terra e o empresariado. Sendo assim as vozes dos trabalhadores rurais sem terra ficaram em último plano, como permanecem até hoje na grande imprensa local e nacional.

A questão da terra e da invisibilização das populações prejudicadas pelas expropriações causadas pelo avanço do capital na Amazônia paraense se entrelaça com nossa trajetória mais uma vez nesta pesquisa de doutorado, porém sob uma perspectiva territorial e de gênero. Aqui, a opção será por tecer uma abordagem interdisciplinar que conecta comunicação à produção agroecológica das mulheres e à defesa dos territórios.

Gráfico 1 Eixos da pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Não serão enfatizados nesta tese apenas aspectos técnicos da agroecologia, mas a conexão entre os princípios agroecológicos e as questões políticas que envolvem a defesa dos territórios tradicionais pelas mulheres. Ambas as questões estão interligadas, posto que a transformação do Território Pirocaba em território agroecológico foi uma escolha das mulheres no sentido de valorizar e proteger sua produção e modos de vida na luta pela permanência no território.

O conceito de território que norteia esta pesquisa está em concordância com Porto-Gonçalves quando observa que o território deixa de ser pensado como a base física da soberania do Estado - tal como consagrado no direito internacional -, e passa a ser visto como o processo de apropriação e controle do espaço, das pessoas e da natureza, “revelando as tensas relações de poder que lhes são constitutivas” (Porto-Gonçalves, 2014, P.13). O autor observa que essa apropriação da natureza também apresenta uma forte dimensão simbólica, acompanhada por uma intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos.

Desta forma, nos colocamos o seguinte problema: de que forma a comunicação contra-hegemônica pode fortalecer a resistência e os modos de vida das mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba, constituídos a partir do cuidado coletivo com a natureza, em contraposição aos projetos voltados para a territorialização do capital transnacional na região do Baixo Tocantins, na Amazônia paraense, que hierarquizam essa natureza, a fim de cercá-la, apropriá-la e dominá-la como instrumento à sua expansão?

A territorialização do capital transnacional pode ser compreendida como a expansão de projetos desenvolvimentistas e de infraestruturas por meio da expropriação de terras de povos tradicionais, além de rios, igarapés, manguezais, florestas e outros comuns, ignorando e invisibilizando outras dinâmicas de realização da vida (Porto-Gonçalves, 2014; Malheiro, 2020). Silvia Federici, filósofa e feminista italiana, observa que no mundo inteiro as mulheres têm assumido a defesa do meio ambiente em territórios ameaçados pelo capitalismo.

Como sujeitos primários do trabalho reprodutivo, historicamente – e também em nosso tempo -, as mulheres sempre dependeram mais que os homens do acesso aos comuns e foram as mais comprometidas em sua defesa. Hoje, diante de um novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social que impede o caminho de uma completa comercialização da natureza (FEDERICI, 2019, p.313).

Considera-se que a comunicação contra-hegemônica envolve a construção de processos de comunicação mais pluralistas, democráticos e questionadores. O debate sobre a contra-hegemonia vem se desenvolvendo em relação ao conceito de hegemonia, conforme definido

pelo jornalista e filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Eduardo Coutinho, um dos principais estudiosos da obra de Gramsci no Brasil, observa:

Nossa hipótese sugere que a “potencialidade original” das reflexões de Gramsci sobre a comunicação consiste, justamente, em relacioná-la com a totalidade da vida social, compreendendo-a como cultura, práxis interativas, mediação entre sujeito e objeto. E, como tal, estará associada, no pensamento gramsciano, à problemática do Estado, das relações de poder, da hegemonia, isto é, da liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade. Em última análise, todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional (Coutinho, 2008, p.44).

Neste sentido, o desafio é pensar a comunicação contra-hegemônica em diálogo com as formas de resistência amazônicas desenvolvidas nos territórios e amplificar as vozes das mulheres que estão na linha de frente dessa luta. Procura-se enfocar, portanto, uma comunicação contra-hegemônica, feminista e territorializada com o objetivo de denunciar os problemas que ameaçam a vida e a permanência de populações tradicionais nos seus territórios.

### **1.1 A liderança das mulheres no território Pirocaba**

O Território Agroextrativista Pirocaba, localizado no município de Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins, no Pará, foi escolhido como lugar em que se desenvolve a pesquisa em função das suas características sociopolíticas e territoriais. Trata-se de um território tradicional liderado por mulheres que participam ativamente de mobilizações voltadas à defesa dos territórios e dos seus modos de vida em consonância com a natureza; estimulando suas famílias, a comunidade do Pirocaba e outros territórios vizinhos à participação e compartilhamento de saberes construídos em processos de resistência.

As mulheres do Pirocaba trabalham na agricultura agroecológica, no extrativismo, no artesanato e na pesca, entre outras atividades realizadas em quintais e espaços de uso comum. O trabalho delas, desenvolvido com a participação das famílias, garante segurança alimentar e fonte de renda, podendo ser compreendido como parte das economias feminista e popular, que privilegiam a reprodução social ao invés do produtivismo voltado à maximização do lucro, conforme Federici (2019) e Gago (2020), entendendo que não há hierarquização entre processo produtivo e reprodutivo.

Nesta pesquisa, conforme escolha feita por elas, as mulheres do Pirocaba foram denominadas “agroextrativistas”, “agricultoras”, “artesãs”, “pescadoras” ou simplesmente “mulheres”. Em reunião realizada no território, pediram que não fossem tratadas por meio do uso de uma única terminologia, como, por exemplo, “trabalhadoras rurais”, principalmente

porque desempenham diversas atividades e costumam reforçar essa condição na sua atuação política em defesa do território.

Há registros da formação do Território Pirocaba pelo menos desde 1890, segundo informação do seu Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada (PCPLI, 2018)<sup>2</sup>. Conforme a Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP), cerca de 300 famílias compõem o território em 2024. O Pirocaba pode ser acessado por terra, pela rodovia PA-409 e ramal do Jarumã, ou por via fluvial, sendo recortado pelo rio Pirocaba, além de furos e igarapés utilizados cotidianamente pela comunidade para transitar entre suas margens, seja com o uso de canoas ou rabetas.

O Território Pirocaba abriga um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha Pirocaba, criado pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/Pará). O PAE é uma modalidade de assentamento e uma categoria fundiária que reconhece a ocupação tradicional e coletiva de determinados grupos sociais, hoje conhecidos e reconhecidos, de acordo com o Decreto 6098, como Povos e Comunidades Tradicionais.

Conforme o INCRA (1996), no PAE, são autorizados e incentivados o agroextrativismo de base florestal, especialmente de itens não madeireiros, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas. Essas áreas de domínio público são geridas coletivamente pelas próprias populações assentadas por meio de sua forma organizativa e associativa autodeterminada, a qual será expressa no estatuto jurídico da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

O PAE Ilha Pirocaba teve sua área de 337,8239 hectares declarada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2014. No entanto, assim como outros PAEs de Abaetetuba instituídos na mesma época, o PAE Ilha Pirocaba enfrenta atraso na finalização da regularização fundiária por circunstâncias políticas e burocráticas, envolvendo o Incra e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Essa situação foi agravada durante o governo Bolsonaro, quando os processos ficaram completamente parados. Os atrasos prejudicam o acesso a políticas públicas voltadas aos territórios agroextrativistas, pois ainda não detêm a CDRU do território.

---

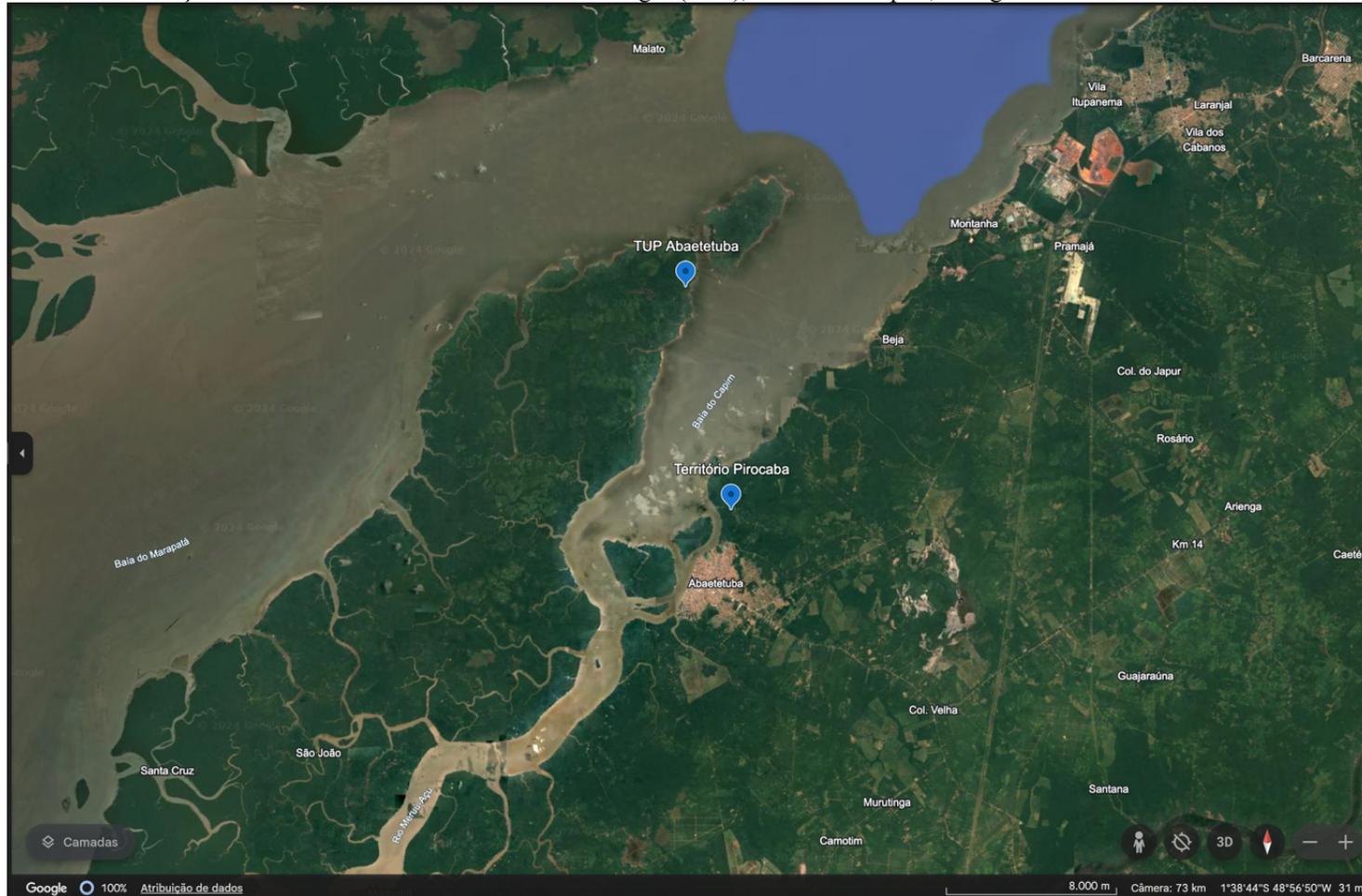
<sup>2</sup> O Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada do Pirocaba determina como a comunidade do Pirocaba quer ser consultada sobre iniciativas, ações e projetos relacionados ao território. Lançado em 2018, o documento foi resultado de um longo processo de amadurecimento e discussão da comunidade sobre seus direitos com apoio da FASE/Fundo Dema e do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE).

É preciso esclarecer, entretanto, que o foco da luta política das mulheres do Pirocaba reunidas na ASAPAP não se confunde com a luta pela regularização do PAE. Isso porque o espaço destinado ao assentamento não inclui toda a área de várzea e de terra firme que compõe o Território Agroextrativista Pirocaba e algumas famílias associadas da ASAPAP não estão incluídas no Projeto de Assentamento Agroextrativista, delimitado pelo rio Pirocaba. É o caso de parte da família das irmãs Araújo, que estão entre as principais lideranças do território e estiveram por duas vezes na direção da ASAPAP.

Dessa forma, é possível perceber, na prática, o que Porto-Gonçalves (2014) quer dizer quando defende que não há território sem territorialidades, pois a luta pelo reconhecimento e proteção do Território Agroextrativista Pirocaba inclui dinâmicas socioeconômicas e territoriais não contempladas pela burocracia, envolvendo práticas como a própria agroecologia, que promove a reorganização do território para sua defesa. Esses aspectos constituem territorialidades que reforçam a coletividade do Pirocaba.

O problema que mais mobiliza a luta das mulheres do território, na atualidade, são as ameaças de instalação de grandes projetos de infraestrutura no Baixo Tocantins, voltados para acelerar a exportação de *commodities*, em especial a soja. Essas ameaças se intensificaram quando foi lançado o projeto do Terminal de Uso Privado (TUP) da multinacional alimentícia Cargill, na ilha de Urubuêua, em Abaetetuba (Figura 1). A possibilidade de concretização da instalação portuária, localizada mais precisamente no Furo do Capim, poderá afetar, entre outras atividades, a pesca, o transporte fluvial e a produção agroextrativista de diversos territórios tradicionais, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas, na região das ilhas de Abaetetuba. Tais afetações podem inviabilizar a permanência nas terras ocupadas tradicionalmente.

Figura 1 Território Pirocaba em relação à área do Terminal de Uso Privado da Cargill (TUP), no furo do Capim, na região das ilhas de Abaetetuba



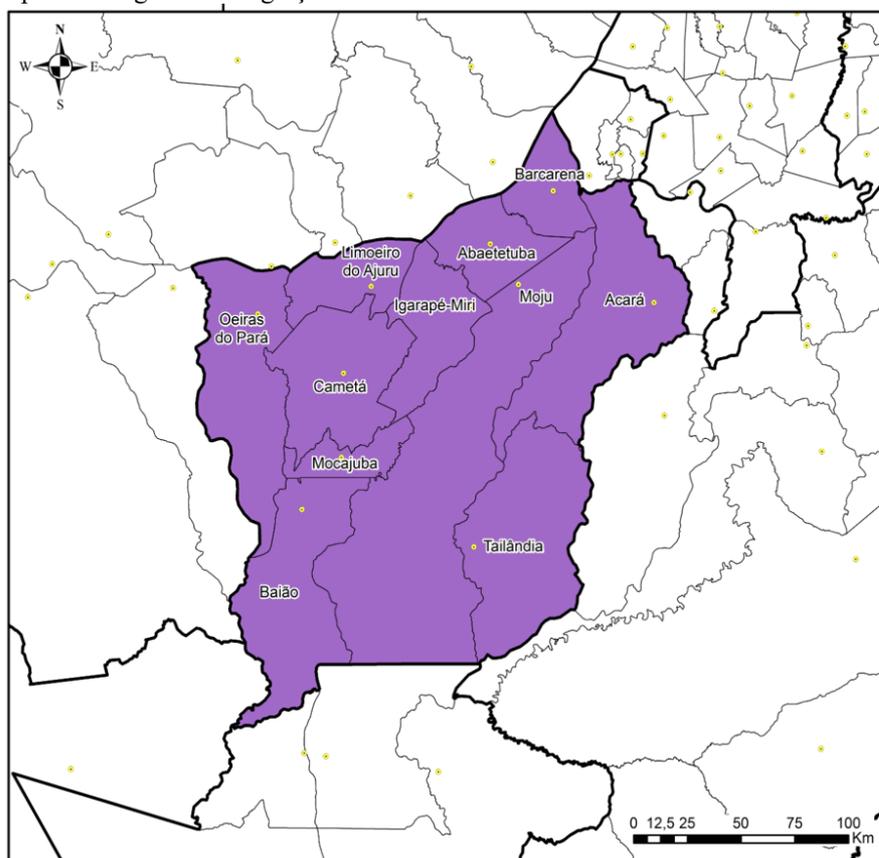
Fonte: Elaboração própria, adaptação do Google Earth (em Julho de 2024).

Importante dizer que o Território Agroextrativista Pirocaba está em um território contínuo bastante disputado pelo menos desde o início do século. Este território contínuo, tal qual entendido pelos movimentos sociais atuantes nele, é o Baixo Tocantins (Figura 2), delineado por uma diversidade de projetos desenvolvimentistas, ao mesmo tempo que sua população vem efetivando formas plurais de resistência, conforme analisam Coutinho (2016), Silva (2022), Cardoso; Rodrigues e Sobreiro Filho (2022), em suas pesquisas sobre o tema. Entretanto, vemos poucas reflexões sobre as profundas afetações territoriais no Baixo Tocantins serem contadas a partir das histórias das mulheres que resistem nestes territórios ou por uma reflexão sobre seu papel enquanto sujeitos específicos na organização territorial coletiva nessa região. Dos estudos sobre essas dinâmicas e relações, destacamos os de Acevedo Marin e Maia (2018) e Guerreiro Neto (2023).

As mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba têm organizado suas estratégias de resistência mediante participação em movimentos em rede tais como a Frente de Defesa do Baixo Tocantins e a Frente Feminista do Baixo Tocantins. Ambos esses processos políticos procuram dar visibilidade à luta pela defesa dos territórios, integrando a preservação ambiental ao combate ao racismo, à violência contra a mulher e à LGBTQIA+ fobia, entre outras reivindicações por uma sociedade mais justa, pluralista e democrática.

As lideranças do Território Pirocaba participam de encontros e intercâmbios para trocas de experiências com territórios de outras regiões do Pará, do Brasil e da América Latina, o que compõe a ideia de se organizar em ‘Frentes’, no sentido de desenhar um enfrentamento nas fronteiras de avanço econômico em escala, que se movem coletivamente para proteger e, também, demarcar fisicamente e simbolicamente o que seja a constituição do território de acordo com o exercício político e social específico de apropriação do espaço, a territorialidade. Assim, têm sido compostas as Frentes em Defesa de Territórios no Baixo Tocantins, combinando movimento e territorialização ativa, extensiva e coletiva entre os vários grupos envolvidos; ao mesmo tempo em que busca solidariedade e aliança com outras regiões também em processo contínuo de territorialização e defesa, como é o caso do Baixo Amazonas.

Figura 2 Municípios da Região de Integração do Tocantins ou Baixo Tocantins



Fonte: FAPESPA (2018).

Entre as mobilizações em defesa dos territórios ameaçados no Baixo Tocantins das quais o Território Pirocaba participa, destacam-se o *Grito das águas*, realizado pela quinta vez em 2024 pela Cáritas Brasileira Regional Norte II, com o tema “Água e mudanças climáticas” e a *Marcha pela vida das mulheres e defesa dos territórios* que, em 2024, promoveu uma barqueata pelos rios de Abaetetuba (Figura 3) para enfatizar o tema “Águas: territórios de vida”, promovida pela Frente Feminista do Baixo Tocantins.

No projeto inicial, esta pesquisa incluía os Territórios Quilombolas África e Laranjituba, localizados na divisa entre os municípios de Abaetetuba e Moju, que não estão na área de afetação direta do projeto do TUP da Cargill. Com o crescimento das denúncias sobre as ilegalidades referentes ao projeto do Terminal de Uso Privado da empresa<sup>3</sup> e a demanda por estratégias de comunicação contra-hegemônica para a proteção dos territórios, considerou-se

<sup>3</sup> Entre as ilegalidades apontadas pela defensora Andreia Barreto, da Defensoria Pública Agrária do Estado, em Castanhal, estão a realização de projetos sociais antes da Consulta Pública Livre e Informada sobre a instalação do Terminal de Uso Privado da Cargill. Segundo a defensora, a oferta desses projetos cria atritos nos territórios, confirmados pelas lideranças das ilhas visitadas em 2023, durante oitivas realizadas pela Defensoria Pública.

importante o aprofundamento da pesquisa no Território Pirocaba, após reflexão e sugestões recebidas durante o processo de qualificação desta tese.

Figura 3 Barqueata das mulheres do Baixo Tocantins em defesa dos territórios



Fonte: Dandara Martins, 8 de março de 2024.

Pretende-se futuramente retomar a reflexão e o trabalho com as mulheres dos territórios África e Laranjituba, pois considero necessário tratar sobre comunicação e contra-hegemonia com um número maior de grupos de mulheres dos territórios do Baixo Tocantins que precisam de visibilidade para a produção agroecológica e para seus modos de vida constituídos a partir do cuidado coletivo com a natureza. Como o Pirocaba, esses territórios também vivenciam ameaças importantes aos seus modos de vida e compõem a grande área de interesse dessa pesquisa, que é o Baixo Tocantins.

## 1.2 A economia feminista e as Cadernetas Agroecológicas

A economia feminista, conforme autoras como Federici (2019), Bengoa e Corral (2022) Gago (2019, 2020) e Fernandez (2018), está entre as principais referências teóricas desta pesquisa, assim como o feminismo comunitário e popular de Lorena Cabnal (2018). Também dialogamos com autoras que refletem sobre a relação entre feminismo e agroecologia, como Siliprandi (2009), Jalil, Silva e Oliveira (2019), e Pacheco (2009); com pesquisadores do campo

da comunicação contra-hegemônica e popular, como Peruzzo (2008) e Moraes (2013); além de Porto-Gonçalves (2014) da geografia.

Para melhor compreensão, procuro enfatizar que a economia feminista se propõe a repensar vários conceitos e categorias com os quais, usualmente, se define, se mede e se estuda a economia, colocando em questão a suposta objetividade que a economia ortodoxa afirma possuir ao, de maneira prática e epistemológica, separar o que é produtivo do que é reprodutivo. Para Fernandez, sob o prisma teórico-metodológico, a economia feminista coloca a reprodução social em primeiro plano e “se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina tem mantido como oculto” (Fernandez, 2018, p. 563).

Sendo assim, a economia feminista busca lançar luz sobre a importância da perspectiva de gênero – as relações entre os papéis sociais de homens e de mulheres - na economia e sobre a necessidade de valorização e contabilização do trabalho do cuidado nos modelos e sistemas econômicos. Esse trabalho, geralmente destinado às mulheres ou às que ocupam o papel social da mulher, é fundamental para a reprodução da vida. Sem ele nem a economia de mercado poderia se movimentar.

Por definição, apenas se consideram como pertencentes ao âmbito econômico aqueles bens e serviços que se destinam à transação mercantil, à troca no mercado, e aos quais por isso mesmo foi atribuído um preço de mercado. Todo tipo de atividade transformadora tradicionalmente realizada por mulheres, ou seja, todos os bens e serviços que são produzidos, realizados e consumidos dentro do espaço familiar, e pelos quais não seja cobrada uma contrapartida financeira, precisamente por este motivo permanecem fora do foco de interesse da economia tradicional (Fernandez, 2018, p.560).

No contexto do Território Pirocaba, a economia feminista começou a ser discutida como forma de valorizar a produção das mulheres e de estimular a agroecologia, em 2018, a partir da apresentação e implementação das Cadernetas Agroecológicas pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e pelo Fundo Dema<sup>4</sup>, que coordenam o programa no Pará, em parceria com a Rede Amazônia de Mulheres (RMERA) articulada com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional da Agroecologia (GT Mulheres/ANA).

---

<sup>4</sup> O Fundo Dema é um fundo de justiça socioambiental criado em 2003 para apoiar projetos coletivos dos povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar, que visem a valorização socioambiental dessas populações, assim como a preservação do bioma amazônico. O Fundo Dema é resultado da luta e da conquista das organizações e movimentos sociais da Amazônia Brasileira, que se materializou por meio de um processo bem-sucedido de parceria desses atores sociais, mais o Ministério Público Federal e o Governo Brasileiro. Informações detalhadas sobre o fundo podem ser consultadas na página oficial na internet: <https://www.fundodema.org.br/quem-somos/historia/>. Acesso em 18 de abril de 2023.

Entende-se que a agroecologia é uma ciência, bem como uma prática contra-hegemônica que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento rural agrícola intensivo, incentivador da concentração de terras por meio dos latifúndios que utilizam agrotóxicos e maquinário de forma generalizada, além de empregarem pessoas em condições de trabalho muito precárias, principalmente na Amazônia.

A agroecologia também é compreendida como movimento de resistência, prática e luta por segurança e soberania alimentar, daí a importância da experiência das agroextrativistas. Siliprandi observa que a transição para o modo de produção agroecológico costuma ser uma mudança radical nos relacionamentos entre humanos e natureza “adotando uma perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com outras pessoas, sem hierarquização e reconhecendo o papel de cada sujeito no processo” (Siliprandi, 2015, p.106).

As Cadernetas Agroecológicas (CAs) são um instrumento político-pedagógico que valoriza o trabalho de reprodução social. No Pirocaba, foram utilizadas por um grupo de dezesseis mulheres. Constituem-se como cadernos de anotações onde as agroextrativistas, pescadoras e artesãs registram sua produção diária, ou seja, tudo o que produzem e coletam nos quintais e espaços comuns, organizando as anotações em quatro categorias conforme o destino da produção: consumo, doação, troca ou venda (Figura 4).

Andiroba, cupuaçu, açaí, batata-doce, macaxeira, hortaliças e plantas medicinais, além de peixes diversos e objetos de artesanato, por exemplo, são registrados nas cadernetas com as quantidades produzidas e os valores correspondentes, possibilitando a sistematização das informações, assim como diversas formas de análises dos resultados. A metodologia das cadernetas também envolve processos de formação onde as mulheres de territórios diferentes trocam mudas, sementes, experiências e dialogam sobre pautas comuns aos territórios.

Inicialmente as cadernetas foram elaboradas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Minas Gerais, em diálogo com o GT Mulheres da ANA. Com os resultados positivos, passaram a ser aplicadas nacionalmente. Para a construção do perfil das agricultoras, um Questionário de Caracterização Socioeconômica (QCS) também foi adotado junto com a CA.



As Cadernetas Agroecológicas, seguindo os fundamentos da economia feminista, têm mostrado que o trabalho das mulheres rurais é indispensável para a segurança alimentar das famílias e das comunidades, estando inserido no conjunto da economia. Sendo assim o objetivo principal deste instrumento é contribuir para a construção da autonomia econômica das agricultoras rurais e urbanas, por meio do monitoramento, qualificação e diversificação da produção agroecológica e pela organização econômica (Alvarenga *et al.*, 2021).

Jalil, Cardoso e Rody (2021) observam que o uso das cadernetas vem possibilitando uma reflexão crítica da realidade que se materializa em um movimento coletivo de construção do conhecimento e de questionamento à lógica patriarcal, racista e capitalista, que exclui as mulheres e invisibiliza seu trabalho e os saberes desenvolvidos por elas. Importante considerar que a utilização e o monitoramento da CA também envolvem neste processo reflexivo e crítico, além das mulheres, suas famílias, técnicas/os, pesquisadoras/es e estudantes, entre outros sujeitos.

Em sua aterrissagem na Amazônia, o processo nacional de implementação das cadernetas agroecológicas, via GT Mulheres da ANA, recebeu diversas contribuições das mulheres envolvidas nesta iniciativa, como as próprias participantes do Território Agroextrativista Pirocaba, e ainda das educadoras da FASE e do Fundo Dema. Essas contribuições foram fundamentais para a constituição do processo político-pedagógico na região, visto que abarcaram a economia popular e feminista com suas especificidades amazônicas.

É preciso ressaltar que, conforme os objetivos desta pesquisa, as Cadernetas Agroecológicas não serão analisadas como instrumento de sistematização da produção, pois nos interessa compreender seu potencial para fortalecer a comunicação contra-hegemônica, ou seja, ou seja, as cadernetas como meio para anunciar a importância da produção agroecológica e todo o trabalho de reprodução social sob responsabilidade das mulheres; e também como suporte para articulação de narrativas territorializadas das mulheres do Pirocaba em contraposição às narrativas dos grandes empreendimentos.

### **1.3 As empresas multinacionais, a comunicação e o relacionamento com a comunidade**

As estatísticas sobre a fome e a insegurança alimentar na Amazônia, inseridas no contexto nacional<sup>5</sup>, a agudização da crise climática e as consequências perceptíveis na

---

<sup>5</sup> Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgados em 06 jul. 2022, a quantidade de pessoas que lidou com algum tipo de insegurança alimentar, no período entre 2019 e 2021, foi de 61,3 milhões – praticamente três em cada dez habitantes do Brasil, com população estimada em 213,3

Amazônia e no mundo, além do uso recorde de agrotóxicos na agricultura<sup>6</sup>, com mais de 1.600 tipos de agrotóxicos liberados no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), mostram que experiências como a produção agroecológica das mulheres na Amazônia paraense precisam romper a invisibilização e alcançar a esfera pública como forma de resistência em territórios tradicionais.

Considera-se que a comunicação é um campo de disputa de ideias, imaginários e narrativas fundamental quando se trata dos diferentes interesses que envolvem a Amazônia. A propagação de concepções favoráveis ao modelo desenvolvimentista de progresso que desconsidera o meio ambiente e as populações locais têm contribuído para o avanço desses projetos. Observa-se que as grandes corporações empregam estratégias de comunicação cada vez mais sofisticadas e diversificadas para atingir seus objetivos, assunto que explanaremos no capítulo sobre comunicação e hegemonia.

Castells (2007) enfatiza ainda que a comunicação e a informação são componentes estruturantes do capitalismo financeiro e informacional, marcado pela difusão do sistema mundo, com o aumento acelerado do fluxo de capitais, mercadorias, informações, pessoas; pela reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho; além da atuação transnacional dos grandes conglomerados.

Nesse sentido, um importante fator sobre a comunicação praticada pelas corporações transnacionais, principalmente dos setores do agronegócio e da mineração, é o chamado “relacionamento com a comunidade” (Pinto, Mansur e Losekann, 2024), estrategicamente utilizado para convencer os “públicos” sobre supostos benefícios de grandes empreendimentos em fase de instalação, como ocorre atualmente com os territórios que serão afetados pelo terminal portuário da multinacional Cargill em Abaetetuba.

Essas empresas planejam e executam ações de comunicação voltadas às comunidades, como produção de programas de rádio, criação de cartilhas e panfletos, organização de visitas aos locais onde planejam se instalar, que somadas à oferta e execução de projetos

---

milhões. Desse total, 15,4 milhões enfrentaram insegurança alimentar grave. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/06/mais-de-60-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar-diz-fao.ghtml>. Acesso em 12 ago. 2023.

<sup>6</sup> Durante o governo de Jair Bolsonaro foram liberados 1.629 agrotóxicos. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/bolsonaro-liberou-1-629-agrotoxicos-em-1-158-dias-de-governo>. Acesso em 03.05.2023

“socioambientais”<sup>7</sup> são articuladas com o intuito de ocultar impactos ambientais, socioeconômicos e territoriais ou para apresentar supostos benefícios que não compensam perdas irremediáveis das populações afetadas.

No caso da Cargill, em Abaetetuba, destacam-se programas de rádio veiculados nas emissoras locais que procuram propagar benefícios como a geração de emprego e renda. Este material também será analisado detalhadamente no capítulo sobre comunicação e hegemonia, entretanto, é possível antecipar que, conforme a Defensoria Pública Agrária do Pará, a empresa comete irregularidade ao oferecer à população projetos socioambientais sem que tenha ocorrido a Consulta Prévia, Livre e Informada, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>8</sup> e nos protocolos de consulta dos territórios.

Existe, portanto, a necessidade de pensar a comunicação contra-hegêmica conectada aos interesses dos territórios para alertar sobre processos de convencimento violentos e fortalecer narrativas de valorização e de reconhecimento das economias baseadas na produção agroecológica; da cultura e da organização comunitária; além das formas de trabalho transmitidas entre gerações, aspectos estruturantes dos modos de vida dos territórios tradicionais, defendidos por meio da luta das mulheres do Pirocaba, neste contexto de pesquisa.

#### 1.4 Percurso metodológico

O percurso metodológico deste estudo foi delineado conforme o aprofundamento das leituras que compuseram a revisão bibliográfica, o referencial teórico e sobretudo com o envolvimento e a convivência com as mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba nos protestos e mobilizações pela defesa do território, em Abaetetuba e em Belém.

A aproximação foi iniciada nas formações político-pedagógicas das Cadernetas Agroecológicas promovidas pela FASE, mas não se reduziu a essa relação. Também evoluiu no desenvolvimento das atividades que compõem a pesquisa no próprio território. O processo foi contínuo, incluindo muita escuta sobre vivências, preocupações, anseios, objetivos e sonhos

---

<sup>7</sup> Um total de 55 organizações da sociedade civil, movimentos sociais e associações populares lançaram manifesto contra o edital *Semeia Fundação Cargill 2024* e a tentativa da Cargill “de limpar a sua imagem através do financiamento a projetos socioambientais comunitários e a supostos negócios de impacto”. O manifesto foi divulgado em 02.abr. 2024 por meio de notícias publicadas em veículos jornalísticos, como

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/04/dezenas-de-organizacoes-e-movimentos-pedem-boicote-a-tentativa-da-multinacional-cargill-de-limpar-a-sua-imagem> e <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/contra-apoio-a-ferrograo-50-entidades-fazem-boicote-a-acao-da-cargill>

Acesso em 04.abr. 2024.

<sup>8</sup> A íntegra da Convenção 169 pode ser consultada no site da OIT: [https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS\\_236247/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm). Acesso em 22 de jan. 2024.

dessas mulheres, tendo iniciado em 2022 e se esquadrihado em 2023, pois as limitações advindas da pandemia da Covid-19, no ano anterior, impediram o acesso aos territórios assim como a realização de atividades em campo.

Importante observar que as mulheres agroextrativistas do Pirocaba enfrentam os desafios nos territórios de forma continuada, testemunhando as transformações provocadas pelo avanço do capital transnacional no Baixo Tocantins e sofrendo os efeitos decorrentes disso, ao mesmo tempo que lutam para manter seus modos de vida e a permanência nos territórios por meio do anúncio das suas práticas agroecológicas amazônicas e por meio das mobilizações políticas entre outras formas de resistência.

A escolha da pesquisa-ação como metodologia central relaciona-se à necessidade de avanço do conhecimento sobre o problema de pesquisa e à necessidade premente de um processo de comunicação voltado para a defesa do território, como demanda das mulheres do Pirocaba que protagonizam a luta contra a territorialização do capital transnacional em diálogo com sujeitos de outros territórios igualmente ameaçados. Além disso, ficou claro o potencial delas para a participação na pesquisa-ação, contribuindo para o amadurecimento das reflexões com suas vivências e experiências.

Após participarem do processo de implementação das Cadernetas Agroecológicas coordenado pela FASE e das atividades associadas a ele, essas mulheres passaram a enxergar claramente o valor da sua produção para a segurança alimentar e para a luta pela permanência no território. Também ganharam experiências com a participação em processos políticos e socio territoriais, como a criação do Protocolo de Consulta Livre Prévia e Informada e do Plano de Gestão Territorial da Comunidade Pirocaba.

Faz-se necessário explicitar os conceitos de pesquisa-ação que norteiam este estudo. A pesquisa-ação é, para Thiollent (2022), um tipo de pesquisa social em que os pesquisadores e os participantes representativos da situação a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. Segundo o autor, a pesquisa-ação volta-se para uma ação ou à resolução de problema coletivo. Destaca-se a necessidade de ações de comunicação contra-hegemônica que visibilizem a produção agroecológica das mulheres e contribuam com o enfrentamento às ameaças das grandes empresas.

A escolha da pesquisa-ação nos permitiu observar a complexidade dos problemas enfrentados nos territórios de Abaetetuba, especialmente no Pirocaba, com a territorialização do capital transnacional, considerando ao mesmo tempo os modos de vida das mulheres no seu

cotidiano, com ênfase para o seu papel voltado à reprodução social: o trabalho agroecológico nos quintais e áreas comuns; o cuidado com a casa e com a família, os laços comunitários, as atividades culturais e o lazer. Ao realizarem pesquisa-ação no Nordeste brasileiro, Pessoa *et al.* evidenciam a importância desses aspectos ligados aos modos de vida dos sujeitos.

A escolha deste caminho metodológico relaciona-se ao fato de este aproximar-se da realidade social visando o conhecimento científico, sem desconsiderar os significados, crenças, simbologias dos envolvidos nos processos da vida cotidiana, que passa por transformações intrinsecamente ligadas ao modo de viver dos moradores e trabalhadores (Pessoa et al., 2013. p.303).

Incentivar uma relação dialógica entre pesquisadoras e mulheres agroextrativistas é uma forte característica da pesquisa-ação. Acredita-se, em concordância com Freire (2013), que a problematização do conhecimento por meio do diálogo se constitui como tentativa de transpor a hierarquização e a separação entre os saberes técnico-científicos e os saberes construídos por meio das experiências e vivências nas comunidades. Freire critica trabalhos de extensão que pretendem levar conhecimentos técnicos aos camponeses desconsiderando seus saberes.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (Freire, 2014, p.29)

Utilizada como metodologia em diversas áreas, segundo Gasporini e Pielke (2017), a pesquisa-ação foi introduzida no Brasil pelo sociólogo João Bosco Pinto, no campo da educação e do planejamento rural, para incentivar a participação de camponeses nos processos de planejamento e desenvolvimento local e regional. João Bosco atuou nos movimentos de defesa dos trabalhadores urbanos e rurais e da reforma agrária, dialogou com a obra de Paulo Freire e procurou refletir sobre as necessidades e os interesses de grupos sociais historicamente relegados à margem da sociedade capitalista.

Baldissera defende que a pesquisa-ação exige uma intervenção por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, “visto estar centrada no agir participativo e na ideologia da ação coletiva” (Baldissera, 2001, p.6). Além disso, a metodologia agrega várias ferramentas de pesquisa social para alcançar o objetivo de estabelecer relação entre conhecimento e ação. Utiliza-se de técnicas de coleta e interpretação dos dados, de intervenção na solução de problemas e organização de ações, “bem como de técnicas e dinâmicas de grupo para trabalhar com a dimensão coletiva e interativa na produção do conhecimento e programação da ação coletiva” (Baldissera, 2001, p.7).

Após as primeiras leituras e investigações sobre a metodologia, foram escolhidas ferramentas que se conectam com os objetivos desta pesquisa-ação, de orientação qualitativa, construída com as mulheres agroextrativistas do Pirocaba, lembrando que os resultados nem sempre podem ser generalizados para outras realidades, pois as características/dinâmicas do Território Pirocaba e das participantes nortearam todo o planejamento da pesquisa, como preconiza a pesquisa-ação. A primeira etapa do estudo foi composta pela pesquisa bibliográfica e documental com a sistematização de trabalhos acadêmicos, relatórios, documentos e reportagens sobre os temas que se entrelaçam no problema de pesquisa, conforme explicitado no Gráfico 2.

Gráfico 2 Temas norteadores da pesquisa bibliográfica e documental



Fonte: Elaboração própria, 2024.

O resultado da revisão bibliográfica alertou para a carência de estudos dedicados à comunicação contra-hegemônica particularmente voltada às mulheres do Baixo Tocantins. Apresentamos, anteriormente, nesta introdução, a formação do Território Pirocaba em diálogo com autores que compõem a revisão bibliográfica, como Oliveira e Teisserenc (2022), Toutonge, Pereira, e Ferreira Amaral (2023). Quanto à utilização das Cadernetas Agroecológicas no Baixo Tocantins, destacam-se as pesquisas de Scalabrin *et al* (2020, 2021) e Anschau (2020), com quem dialogamos no primeiro capítulo desta tese.

A segunda fase da pesquisa-ação, a etapa investigativa, valeu-se da observação participante como método para acompanhar reuniões de formação sobre as Cadernetas

Agroecológicas e a mobilização política dos territórios de Abaetetuba contra a implantação do TUP da Cargill. Nessa fase foi necessário refinar a sensibilidade e ampliar a percepção sobre a realidade das mulheres do Pirocaba por meio do engajamento e da participação nas atividades desenvolvidas por elas.

Na fase de investigação, foi possível acompanhar a realização do *Programa de Formação Mulheres e Agroecologia na Amazônia: projetando ideias e construindo trajetórias coletivas com as trabalhadoras da agroecologia no Pará*, em março de 2022. Nesta primeira etapa de aproximação, iniciou-se uma relação de colaboração com a equipe de educadoras da FASE e do Fundo Dema e com as mulheres dos territórios participantes, entre elas estavam agroextrativistas, ribeirinhas, pescadoras e artesãs do Baixo Tocantins e do Nordeste do Pará.

Dessa forma foi possível escutar depoimentos sobre mudanças e ameaças aos territórios provocadas pelo avanço de grandes empreendimentos e obras de infraestrutura e sobre o colapso ambiental provocado por eles no Baixo Tocantins: rios que deixaram de ser navegáveis; disponibilidade de peixes e de crustáceos diminuiu ou acabou; doenças do corpo e da mente que se propagaram – incluindo relatos sobre depressão e ansiedade que afastam as mulheres de suas atividades –, provocando prejuízos à qualidade e aos modos de vida; além das mudanças climáticas que estão modificando a produção e a disponibilidade de alimentos.

Mónico *et. al* avaliam que a observação participante é um método útil quando o pesquisador está interessado na dinâmica de um grupo, e não apenas em recolher respostas individuais a questões. Segundo os autores, recorre-se à observação participante com o propósito de elaborar, após cada sessão de observação, descrições “qualitativas”, de tipo “narrativo” (Mónico *et. al* 2017, p.727).

Diante da gravidade da situação relatada pelo grupo de mulheres na primeira formação, foram coletadas informações, por meio da observação participante, para a produção de um relatório ilustrado (APÊNDICE A - RELATÓRIO ILUSTRADO FORMAÇÃO CADERNETAS), visando subsidiar as reflexões da pesquisa. Uma versão sintética do relatório foi compartilhada com as educadoras da FASE para apoiar a avaliação das atividades. Passou-se então a acompanhar os demais eventos e reuniões do projeto das Cadernetas Agroecológicas a convite da organização. Assim, essa primeira inserção deu início ao delineamento da pesquisa de forma mais participativa e em conexão com as vivências das mulheres do Baixo Tocantins.

Parte fundamental desta etapa foi a oportunidade de presenciar a participação das mulheres do Pirocaba em mobilizações contra o porto da Cargill, ocorridas em Abaetetuba e

em Belém, no mesmo período. Na imagem (Figura 5), elas participam da *Caminhada pela vida das mulheres*, organizada pelos movimentos sociais no centro de Belém, no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2023. No mesmo período, iniciou-se o diálogo sobre a pesquisa de doutorado e o desenvolvimento do projeto de comunicação com as lideranças a ASAPAP no Pirocaba. Em respeito à organização social e ao Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do território, neste primeiro movimento de aproximação, o diálogo foi realizado com as lideranças.

Figura 5 Mulheres do Território Pirocaba protestam contra a Cargill, no Dia da Mulher, em Belém.



Fonte: Elaboração própria, 8 de março de 2023.

Com objetivo de compreender como o capital transnacional vem se territorializando na região do Baixo Tocantins, passamos a observar, no primeiro semestre de 2023, a situação dos territórios ameaçados por meio de parcerias do Grupo ReExisTerra<sup>9</sup> com os territórios de Abaetetuba, com a FASE, com a Cáritas Rainha da Paz - membro da Cáritas Brasileira Regional Norte II -, e com a Defensoria Pública Agrária do Estado, em Castanhal. Nesse sentido, foi de fundamental importância o acompanhamento das oitivas<sup>10</sup> realizadas pela Defensoria Pública Agrária nas ilhas de Abaetetuba e no próprio Território Pirocaba, em março de 2023.

<sup>9</sup> ReExisTerra é o grupo de pesquisa liderado pela Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves, orientadora desta tese, do qual somos integrantes.

<sup>10</sup> No Direito Processual, oitiva refere-se ao ato de ouvir as partes de um processo judicial.

Na interação com representantes das organizações que apoiam os territórios tradicionais no processo judicial contra a implantação do Terminal de Uso Privado da Cargill foi confirmada a necessidade de ações de comunicação contra-hegemônica capazes de se contrapor a ideia de que as grandes corporações trazem *desenvolvimento* para Abaetetuba e para a Amazônia. A rede de apoio dos territórios desenvolveu, até o primeiro semestre de 2024, projetos pontuais para fomentar a comunicação popular, reconhecendo a necessidade de ações contínuas, assunto analisado no capítulo sobre comunicação contra-hegemônica.

A experiência de acompanhar atividades em que as mulheres do Pirocaba estiveram envolvidas, entre os anos de 2022 e 2023, gerou reportagens jornalísticas (reproduzidas nos apêndices E, F, G e H) em contrapartida ao apoio que recebemos das educadoras da FASE para nossa participação nos eventos de formação dedicados ao aperfeiçoamento dos processos das Cadernetas Agroecológicas. Essas formas de contrapartida estão inseridas na preocupação com a visibilidade do trabalho das mulheres na agroecologia, especialmente no Baixo Tocantins, e com os esforços para o fortalecimento das redes de apoio por meio de ações de comunicação.

Três movimentos importantes da pesquisa-ação foram priorizados nessa segunda fase (Gráfico 3), que fomentou o apoio mútuo e a confiança entre pesquisadora e participantes da pesquisa. Essa aproximação ocorreu nas formações, reuniões e manifestações em que as mulheres do Pirocaba estiveram presentes. O envolvimento ampliou de forma significativa a compreensão das dinâmicas sociopolíticas, ambientais e culturais do território, mesmo com a impossibilidade de alcançá-las por completo.

Gráfico 3 Segunda fase da pesquisa-ação



Fonte: Elaboração própria, 2024.

A terceira fase da pesquisa-ação foi constituída por avaliações coletivas e pela roda de conversa *Amplificar as vozes das mulheres: agroecologia e direito à comunicação*, realizada no dia 18 de novembro de 2023, na Casa de Cultura Cabas de Fogo, na área da ASAPAP. O direito à comunicação foi abordado em diálogo com temas prioritários citados pelas participantes nas formações sobre as Cadernetas Agrocológicas (Quadro 1).

Quadro 1 Temas centrais nas formações sobre agroecologia – 2022

<b>Temas discutidos</b>	<b>Abordagens sintetizadas</b>
Soberania e segurança alimentar	Incentivadas pelo uso das Cadernetas Agroecológica nos territórios. Os quintais como espaços de trabalho e empoderamento.
Defesa do território	Ameaças provocadas pela instalação de grandes projetos e empreendimentos nos territórios ou em áreas próximas potencializando riscos aos modos de vida, à natureza e à permanência das comunidades nos territórios.
Mudanças climáticas	Perceptíveis no cotidiano dos territórios, preocupam as mulheres quanto à forma como atingem a saúde e a produção agroecológica.
Preservação da sociobiodiversidade, plantas medicinais e saberes tradicionais	Saberes que as trabalhadoras agroecológicas costumam buscar, trocar e compartilhar de forma intergeracional.
Trabalho do cuidado	Trabalho que mais ocupa o tempo das mulheres. Seu apagamento é fator de reclamação.
Violência doméstica	Fator de preocupação, união e solidariedade entre as mulheres.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Antes do início da roda de conversa, a proposta da pesquisa-ação foi compartilhada e apresentada para todas as participantes. Também foi explicitado o documento de autorização submetido à ASAPAP, conforme orientação expressa no Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada da Comunidade Pirocaba (APÊNDICE B). Além disso, foram feitos esclarecimentos sobre o termo de autorização de uso de imagem (APÊNDICE C - Termo de Autorização de Uso de Imagem) para utilização das fotografias individuais e coletivas como parte da tese de doutorado.

As agroextrativistas deixaram claro que gostariam de ser identificadas na pesquisa e nos produtos de comunicação contra-hegemônica com seus nomes, sobrenomes e imagens por quatro motivos principais: por tratar-se de pesquisa sobre comunicação e visibilidade; pelo protagonismo que assumiram na pesquisa fazendo escolhas e experimentações, tornando-se referência para outros territórios; pela necessidade de registro da história das atividades desenvolvidas como exemplo para as próximas gerações; por sua participação em outras pesquisas e reportagens de abrangência local e nacional em que foram identificadas.

Assim, optou-se pela roda de conversa para estimular uma comunicação espontânea de forma que a pesquisadora pudesse mediar um diálogo mais horizontalizado. Com a utilização

da roda de conversa como método foi possível introduzir o tema do direito à comunicação de forma mais participativa e didática. Para estimular e preparar as participantes para o diálogo, foi realizada uma leitura comentada de alguns artigos do Capítulo V da Constituição Federal de 1988 sobre a Comunicação Social. Só em seguida iniciamos a conversa em que elas puderam relacionar o direito à comunicação, ou sua ausência, com as agendas socioambientais, políticas e culturais do território.

A oficina de Comunicação Agroecológica, Feminista e Popular foi iniciada no dia 13 de janeiro de 2024, seguindo o cronograma da pesquisa-ação. A data foi definida de acordo com a disponibilidade das mulheres do Pirocaba. O planejamento da oficina, considerada uma das etapas mais importantes do percurso metodológico, foi dividido em duas etapas. Foram sugeridas as atividades de produção de fotografia, vídeo ou programa de *podcast* para escolha do grupo.

As participantes optaram por produzir imagens e um *podcast* para distribuição por meio do *WhatsApp*. Explicaram que o aplicativo tem sido utilizado com bastante frequência não só para as comunicações internas, mas também para a comunicação entre territórios. A produção de imagens foi a primeira atividade colocada em prática. As participantes receberam inicialmente algumas informações técnicas - dicas básicas de enquadramento, luz e sombra. O grupo produziu imagens na própria sede da ASAPAP.

A segunda atividade da oficina foi a produção do *podcast* Vozes do Pirocaba. O nome foi escolhido pelas participantes assim como o tema da primeira edição, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, voltado para compra de alimentos da agricultura familiar. As informações sobre a produção e os resultados da atividade também fazem parte da análise que consta no Capítulo 3.

Durante a oficina, buscou-se incorporar ao máximo os saberes coletivos que elas estão construindo em sua experiência como fornecedoras do PAA. Após contarem a experiência na roda, foi elaborado um roteiro envolvendo depoimentos das participantes como protagonistas do programa no território. Duas delas ficaram responsáveis pela locução e apresentação, outras três gravaram depoimentos sobre a participação delas como protagonistas do PAA no território e as demais auxiliaram na gravação.

A segunda oficina voltada para a produção do *podcast* Vozes do Pirocaba foi realizada nos dias 19 e 20 de abril de 2024. As participantes escolheram abordar as Cadernetas Agroecológicas como forma de compartilhar suas experiências com as ouvintes e os ouvintes

do *podcast*. Após avaliação e aperfeiçoamento da metodologia, neste segundo episódio, foi possível ampliar o número de relatos delas de forma voluntária. A distribuição dos resultados dos *podcasts* finalizados foi feita inicialmente pelo *WhatsApp* e por meio do *Instagram* da FASE. Em seguida, todas os episódios foram disponibilizados nos agregadores de podcast gratuitos *Spotify*, *Amazon Music* e *Apple Podcasts*.

A construção do processo de comunicação contra-hegemônica com as mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba constituiu-se como etapa fundamental do percurso metodológico por nos permitir maior inserção em campo e a prática de uma comunicação agroecológica, feminista e popular, de base territorial, que aponta caminhos para a diversificação das formas de resistência das mulheres contra as investidas do capital transnacional.

Considerando esta Introdução (1) como primeiro componente da tese, os capítulos estão organizados da seguinte forma:

No Capítulo 2 “Cadernetas Agroecológicas: entre os anúncios positivos e as denúncias das mulheres do Território Pirocaba”, procurou-se investigar o potencial das Cadernetas Agroecológicas e das formações político-pedagógicas associadas a elas como alicerce para o processo de comunicação sobre os anúncios e os desafios vivenciados pelas mulheres do Pirocaba. Também foram analisadas particularidades do uso das cadernetas em territórios amazônicos, conforme revisão bibliográfica e documental sobre o tema.

O Capítulo 3 “A Comunicação com a comunidade e a territorialização do capital transnacional: o porto da Cargill em Abaetetuba” voltou-se para compreender e analisar como grandes empreendimentos, especialmente o projeto do Terminal de Uso Privado (TUP) da Cargill utilizam ferramentas de “relacionamento com a comunidade”, associadas à comunicação empresarial, para defender seus interesses hegemônicos. Cartilhas, programas de rádio e projetos ditos socioambientais estão entre essas ferramentas utilizadas pela corporação.

No Capítulo 4 “Mulheres construindo a comunicação contra-hegemônica em defesa do território”, foram descritas práticas de comunicação contra-hegemônica – rodas de conversa e oficinas - planejadas com as mulheres do Território Pirocaba para evidenciar sua produção agroecológica e apoiar a reivindicação de permanência no território. Importante reforçar que a proposta de pesquisa-ação e todas as suas etapas foram compartilhadas e discutidas com as participantes, de forma detalhada antes da sua realização.

No Capítulo 5 “Contribuições finais e perspectivas futuras” foi abordada a necessidade de ampliação de ações de comunicação contra-hegemônica nos territórios ameaçados por projetos de infraestrutura no Baixo Tocantins. Também foi assinalada a importância das discussões práticas e teóricas voltadas para uma comunicação territorializada, pensada e realizada com as agroextrativistas do Território Pirocaba, incorporando princípios da comunicação agroecológica, feminista e popular.

## **2 CADERNETAS AGROECOLÓGICAS: ENTRE OS ANÚNCIOS POSITIVOS E AS DENÚNCIAS DAS MULHERES DO TERRITÓRIO PIROCABA**

O principal objetivo deste capítulo é investigar o potencial das Cadernetas Agroecológicas (CA) e das formações político-pedagógicas associadas a elas como instrumento de reflexão e suporte à comunicação contra-hegemônica de base territorial, ao comunicarem sobre a importância da produção agroecológica e do trabalho de reprodução social sob responsabilidade das mulheres no Território Agroextrativista Pirocaba, em Abaetetuba (Pará).

Inicialmente serão apresentados os princípios e objetivos envolvidos na elaboração das cadernetas, com destaque para a economia feminista. Também serão analisadas particularidades da sua utilização em territórios amazônicos, conforme revisão bibliográfica e documental sobre o tema. A reflexão teórica será conduzida em diálogo com relatos das mulheres do Território Pirocaba, concedidos por meio de rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas sobre suas vivências e práticas com a utilização das CAs.

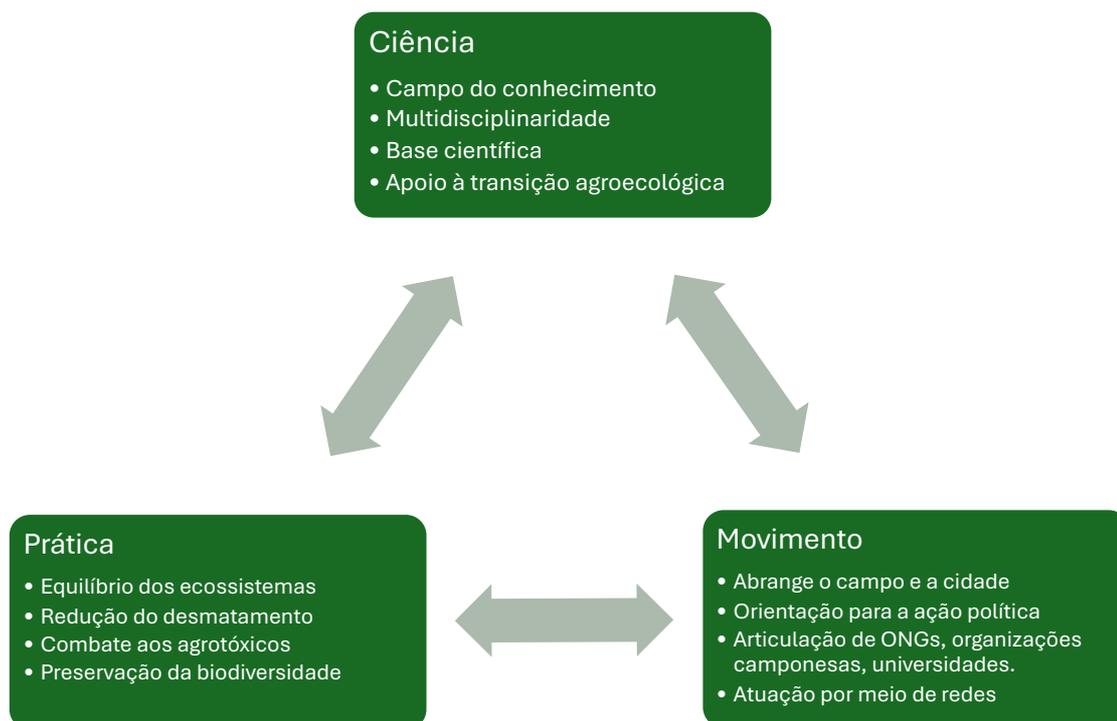
Em seguida, será relatada a experiência das formações político-pedagógicas voltadas para a utilização das cadernetas, realizadas em Belém e em Abaetetuba, além dos temas que emergem nesses encontros das mulheres de diferentes regiões da Amazônia paraense. As formações que integram o processo de acompanhamento do uso das cadernetas, constituem-se como espaços privilegiados para a comunicação entre as agricultoras agroecológicas de diferentes regiões do estado e delas com pesquisadoras e com as educadoras da FASE e do Fundo Dema, que organizam e mediam a programação.

Serão observadas ainda as comunicações das cadernetas sobre a produção agroecológica das mulheres nos quintais e nas áreas comuns no Território Pirocaba, com ênfase nos processos de organização produtiva e socioterritorial que objetivam fortalecer a segurança alimentar, a preservação da sociobiodiversidade e a geração de renda. Por fim, teceremos análise sobre o potencial de utilização das CAs como meio de reflexão e suporte para ações de comunicação contra-hegemônica das mulheres do Pirocaba.

Observa-se, inicialmente, que a agroecologia, princípio maior das cadernetas, é uma ciência, bem como uma prática contra-hegemônica em contraposição ao modelo de desenvolvimento rural agrícola intensivo, que favorece a concentração de terras por meio dos

latifúndios<sup>11</sup>. A agroecologia também pode ser compreendida como movimento de resistência, prática e luta pela segurança e soberania alimentar, compondo assim a tríade agroecológica ilustrada no Gráfico 4.

Gráfico 4 Tríade Agroecológica



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Emma Siliprandi, referência nos estudos sobre mulheres e agroecologia, observa que a transição para o modo de produção agroecológico<sup>12</sup> costuma ser uma mudança radical nos relacionamentos entre humanos e natureza “adotando uma perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com outras pessoas, sem hierarquização e reconhecendo o papel de cada sujeito no processo” (2015, p.106)

<sup>11</sup> O Brasil está entre os países com maior concentração de terra no mundo. A análise “Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - O Mapa da Desigualdade” mostra que em todos os estados os 10% maiores imóveis ocupam mais de 50% da área agrícola. A análise foi lançada em 2020 pelo Imaflora com participação de pesquisadores de universidades brasileiras, incluindo a professora Claudia Azevedo Ramos, do NAEA.

<sup>12</sup> A transição agroecológica envolve o processo de construção de sistemas produtivos sustentáveis e abundantes em biodiversidade. No Dicionário de Agroecologia e Educação, Gaia e Alves (2021) observam que esse processo transitório, planejado pela ação humana, culminaria em um agrossistema sustentável. A transição agroecológica não envolve apenas a conversão para a agricultura orgânica, pois, segundo os autores, não se limita a fazer a substituição de insumos sintéticos por orgânicos. Também são necessárias mudanças de postura dos sujeitos e de concepção do trabalho, da produção e da relação ser humano-natureza.

Miguel Altieri destaca que a agroecologia oferece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores da natureza, e que sejam “culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (Altieri, 2004, p.21). A agroecologia também é descrita como um dos principais enfoques científicos da atualidade, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas “quando o objetivo é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura insustentáveis para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis” (Caporal; Costabeber; Paulus, 2006, p. 45).

Alinhadas ao diálogo sobre agroecologia e feminismo e à contribuição da mulher na construção do saber agroecológico, Jalil *et al.*, defendem que a agroecologia, com seu olhar sistêmico voltado para a sociobiodiversidade, tem contribuído com a valorização de todos os subsistemas de produção, “reconhecendo assim os cultivos e o trabalho das mulheres, geralmente invisibilizados nos sistemas de produção do agronegócio” (Jalil, Cardoso, Rody, e Oliveira, 2021, p.10).

Importante considerar que no cotidiano do trabalho agroecológico das mulheres na Amazônia paraense quase não há separação entre ser humano e natureza. As atividades desenvolvidas por essas trabalhadoras se traduzem em sensibilidades e experiências próprias na relação com a natureza e com o tempo - tempo de plantar, de cuidar e de colher conforme as sazonalidades-, modos de vida ditados pelo meio natural e não por rotinas de trabalho impostas pelo avanço violento e incessante do capital, que tanto impacta seus territórios.

Acrescenta-se o papel das mulheres como guardiãs de memórias e saberes ancestrais permitindo a conservação desses conhecimentos e práticas ligadas à sociobiodiversidade. De forma mais ampla, o trabalho delas é fundamental para a reprodução da vida nos territórios, incluindo cuidados com a alimentação, a saúde e o bem-estar das suas famílias e dos demais membros da coletividade. No contexto da Amazônia, tudo isso está fortemente conectado à defesa da natureza e dos territórios constantemente ameaçados pelo avanço da mercantilização da terra e dos comuns, como rios e florestas.

## **2.1 O que são e como surgiram as Cadernetas Agroecológicas**

Enquanto instrumento metodológico, as Cadernetas Agroecológica (CA) foram elaboradas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Minas

Gerais, em diálogo com o GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)<sup>13</sup>. Criado em 2004, o GT Mulheres tem como objetivo combater as desigualdades de gênero presentes no campo e promover a equidade no acesso a recursos e capacitação enquanto o CTA-ZM é uma organização da sociedade civil que promove a agroecologia como estratégia para o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar, desenvolvendo programas e projetos com organizações de agricultoras, agricultores, povos tradicionais, movimentos populares, universidades e instituições de pesquisa e extensão.

Elisabeth Cardoso, integrante do GT Mulheres da ANA, observa que a invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas motivou o desenvolvimento dessa metodologia, adotada posteriormente em pesquisas realizadas em todas as regiões do país<sup>14</sup>, sendo que o estado do Pará participa desde a primeira etapa do processo de ampliação do uso das cadernetas.

A partir da nossa prática de sistematização de experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres no Brasil e de formação de mulheres em feminismo, agroecologia e gestão de empreendimentos, percebemos que parte da produção das mulheres, em muitos casos a maior parte, permanece invisível aos olhos das famílias, das suas organizações de base, das organizações que atuam com assistência técnica e extensão rural (ATER), do Estado e, algumas vezes, das próprias mulheres envolvidas na produção agroecológica familiar, camponesa e tradicional. O machismo, o patriarcado e o androcentrismo arraigados na nossa sociedade - com uma lógica que exclui as mulheres dos espaços públicos, das tomadas de decisão, do acesso a recursos, serviços e políticas públicas, além de impor exclusivamente às mulheres o trabalho doméstico - são responsáveis por colocar esse véu sobre a sua produção e o seu trabalho (Jalil, Cardoso, Rody, e Oliveira, 2021, p.10).

As Cadernetas Agroecológicas são cadernos de anotações coloridos, em formato grande (30x42cm), com espiral, onde as agricultoras anotam sua produção diária conforme o destino: consumo, doação, troca e venda (Figura 6). Na capa, há uma mandala em formato de flor, com mulheres desempenhando funções diferentes em cada pétala. Elas podem ser penduradas na parede ou em outro local de fácil acesso para facilitar as anotações. Além da coluna de registro

---

<sup>13</sup> A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) surge em 2002 como um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 17 de junho de 2023.

<sup>14</sup> Para romper a invisibilidade da produção das mulheres da agroecologia, entre maio de 2016 e novembro de 2018, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com o GT Mulheres da ANA, executou o projeto “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”. O projeto articulou ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, posteriormente, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). De maio de 2019 a janeiro de 2020, na continuidade da parceria, foi realizado o projeto “Sistematização da Produção nos Quintais das Mulheres através da Caderneta Agroecológica”. Ao todo, foram sistematizadas 300 Cadernetas Agroecológicas em 16 estados do Brasil, com 52.867 anotações, totalizando uma renda de R\$1.688.091,13 em 12 meses, entre 2016 e 2018, conforme Cardoso (2021).

dos produtos (frutas, verduras, hortaliças, plantas medicinais, peixe, marisco, frango, artesanato), as páginas contêm espaço para registro das quantidades produzidas e para os preços de cada item que devem ser anotados mesmo em caso de consumo ou doação.

A Caderneta Agroecológica é uma proposta de monitoramento da produção da agricultura familiar e camponesa com o objetivo de dar visibilidade e valorizar a produção agroecológica e diversificada, sobretudo das mulheres agricultoras. A agroecologia se expressa na produção de lavouras, hortas, pomares, cozinhas e quintais (...). Mas nem sempre a renda monetária ou não monetária produzidas nos quintais e nas cozinhas é contabilizada. Ela é bem simples de usar. É só pendurá-la num espaço bem visível para não esquecer e anotar tudo o que foi colhido para o consumo, venda, troca ou doação (CTA-ZM, p.3).

O trabalho de orientação do uso das Cadernetas Agroecológicas é realizado no Pará pela FASE Amazônia e pelo Fundo Dema, que coordenam a iniciativa em parceria com a Rede Amazônia de Mulheres (RMERA) articulada com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional da Agroecologia (GT Mulheres/ANA). Mulheres de territórios das regiões do Baixo Amazonas, do Baixo Tocantins e do Nordeste Paraense estão envolvidas nessas iniciativas.

Figura 6 Página da Caderneta Agroecológica preenchida por agroextrativista/artesã do Pirocaba

Consumiu		RS	Deu		RS	Trocou		RS	Vendeu		RS
qtde			qtde			qtde			qtde		
9	litros de açaí	45,00	<del>10</del>	<del>litros de açaí</del>	<del>40,00</del>				5	litros de urucum	50,00
7	litros de açaí	35,00	<del>10</del>	<del>litros de açaí</del>	<del>40,00</del>				200	ml de andiroba	20,00
meio	litro de urucum	5,00	2	litros de açaí	10,00				20	ovos caipira	20,00
20	Juorãngas	6,00	3	ovos caipira	3,00				10	ovos caipira	10,00
7	litros de açaí	35,00	2	litros de açaí	10,00				8	ovos caipira	8,00
7	ovos caipira	7,00	6	ovos caipira	6,00				2	pares de brimem	20,00
15	limões	3,00	2	litros de açaí	10,00				1	colar bio-jóias	15,00
1	biribá	3,00	30	Juorãngas	10,00				2	colares (sementes)	40,00
5	ovos caipira	5,00	2	litros de açaí	10,00				1	torça (sementes)	25,00
10	ingá	5,00							4	pulseras (sementes)	40,00
7	litros de açaí	35,00									
6	ovos caipira	6,00									

Fonte: Elaboração própria, 20 de abril de 2024.

Na região do Baixo Tocantins, receberam treinamento e passaram por monitoramento para o uso das Cadernetas Agroecológicas mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba, dos Territórios Quilombolas Bacuri, Médio Itacuruçá (Abaetetuba); Trevo do Carapajó (Igarapé-Miri); Moju-Miri (Moju) e Território Quilombola África (localizado na fronteira entre Moju e Abaetetuba). Antes da utilização e do monitoramento das cadernetas, todas as participantes recebem orientação para o preenchimento adequado.

As cadernetas foram apresentadas, em 2018, às mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba, local de realização desta pesquisa-ação, pelas educadoras da FASE e do Fundo Dema. Algumas participantes relataram que, na época, acharam que não tinham uma grande variedade de itens para anotar, também estavam inseguras por nem sempre contarem com o apoio dos companheiros e familiares, mas decidiram se integrar ao projeto incentivadas pelas educadoras e pelas companheiras dos territórios, totalizando um grupo de dezesseis agroextrativistas, pescadoras e artesãs. Outras mulheres foram impedidas de se juntar ao grupo por fatores como a dedicação exclusiva aos filhos pequenos e a sobrecarga relacionada às demais formas de cuidado com a família.

O Território Agroextrativista Pirocaba, no município de Abaetetuba (Pará), foi escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa-ação por suas características sociopolíticas e territoriais, conforme observado na introdução desta tese. Constitui-se como um território tradicional liderado por mulheres que participam ativamente de mobilizações voltadas à defesa do território e dos seus modos de vida, tornando-se referência para as lutas de outras comunidades. Além disso, o grupo que abraçou a experiência das cadernetas destacou-se pela continuidade e diversidade das anotações da sua produção.

O açaí é a principal fonte de renda do Território Pirocaba, como ocorre com grande parte dos territórios tradicionais de Abaetetuba durante o período da safra. O município é o quarto maior produtor de açaí do estado do Pará, por sua vez líder de produção no Brasil. Entre os anos de 2022 e 2023, os três maiores produtores foram respectivamente Igarapé-Miri, Cametá e Limoeiro do Ajuru (Quadro 2).

Quadro 2 Produção anual de açaí

<b>Município</b>	<b>Produção em 2022</b>	<b>Produção em 2023</b>
Igarapé-Miri	420.700	432.000
Cametá	165.000	170.000
Limoeiro do Ajuru	110.000	115.000
Abaetetuba	100.000	102.000
Oeiras do Pará	85.000	90.000
Outros	719.300	750.000
<b>Total</b>	<b>1.600.000</b>	<b>1.659.000</b>

Fonte: IBGE, Produção Agropecuária (<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/acai-cultivo/br>)

As mulheres do Pirocaba trabalham na agricultura agroecológica, no extrativismo, no artesanato e na pesca, entre outras atividades realizadas nos quintais e nos espaços de uso comum. Durante a pesquisa de campo tivemos oportunidade de presenciar a produção do açaí; a confecção de biojóias e artesanato de miriti; a produção artesanal do azeite de andiroba, dos tradicionais biscoitos de castanha e de doce de cupuaçu; além do trabalho com os canteiros, hortas e galinheiros nos quintais.

Dayane Araújo (Figura 7), jovem liderança que figura entre as principais interlocutoras desta pesquisa no território, explicou que geralmente as mulheres que vivem no Pirocaba desempenham mais de uma função, no caso dela, a pesca, o extrativismo da andiroba, do açaí e a confecção de biojóias, além dos trabalhos domésticos e de cuidados com a filha.

Eu sou pescadora de profissão. Desenvolvi durante muito tempo a pesca, principalmente do camarão, utilizando matapi, mas precisei dar uma parada porque passei por um processo de separação e voltei a morar com meus pais. Nesta parte do rio onde estamos, quase não tem camarão, então seria muito trabalho e pouco rendimento, entende? Trabalho com extrativismo da andiroba, entre janeiro e junho que é o tempo da safra. Aprendi a extrair o azeite com minha avó. Também trabalho com açaí, junto com meu pai e meu novo companheiro. A gente coleta o açaí e entrega pra minha irmã, que faz o beneficiamento aqui no território, pra venda. Também faço biojóias, ultimamente é onde eu me encontro e me realizo. Eu e uma companheira aqui da comunidade fomos convidadas a participar de uma formação no liceu, na cidade de Abaetetuba. Então a gente aprendeu técnicas novas. Nos empolgamos muito com esse processo e passamos a ensinar no território. Aprovamos um projeto do Fundo Casa, voltado para o artesanato, que foi a Casa do Artesanato e conseguimos aprimorar aquilo que a gente sabia, conseguimos acessar sementes e algum maquinário para trabalhar com essas sementes. Aqui no território não falta trabalho e costumamos compartilhar tudo o que aprendemos pra que todo mundo se beneficie. (Dayane Araújo, Pirocaba, 2023)

A importância dos trabalhos das mulheres descritos por Dayane foi ressignificada com a utilização das Cadernetas Agroecológicas. A invisibilização das atividades que elas desempenham em casa, nos quintais e nas áreas comuns era uma queixa frequente, pois apenas o trabalho masculino assalariado ou envolvendo valores monetários mais altos era considerado

importante. A agroextrativista contou que o trabalho delas na coleta do açaí é um exemplo disso. Muitas mulheres acompanham os maridos para debulhar o açaí, prática que consiste em retirar os caroços dos cachos. No entanto, esse trabalho era visto apenas como “ajuda”, sem envolver remuneração, embora a presença delas nos açaizais acelerasse bastante o processo de coleta. “Hoje isso mudou. Só trabalhamos no extrativismo do açaí quando nosso trabalho é reconhecido e pago” (Dayane Araújo, Pirocaba, 2023)<sup>15</sup>.

Figura 7 Agroextrativista e artesã Dayane do Território Pirocaba no quintal agroecológico



Fonte: Elaboração própria, 18 de novembro de 2023.

Paula Margalho, também agroextrativista do território Pirocaba, confirmou essas mudanças e contou sobre a recuperação da sua autonomia e autoestima, além da capacidade de se comunicar a respeito do trabalho que desenvolve e da produção resultante dele, por meio das atividades vinculadas às cadernetas. Observações similares foram compartilhadas por outras participantes durante os encontros e formações.

---

<sup>15</sup> Entrevista com Dayane Araújo realizada em 2023.

Fiquei viúva e tava no fundo do poço quando me convidaram pra participar da formação pra utilizar as cadernetas. Então, desde lá, sou outra pessoa. Antes de começar a anotar minha produção na caderneta, meu trabalho não era reconhecido. Não tinha voz, não tinha muita opção de fazer escolhas. Eu nem conseguiria falar com você pra fazer esse depoimento porque não achava que tinha coisas boas pra contar. Com a caderneta isso mudou porque passei a valorizar meu trabalho, tudo o que produzo pra troca, venda, doação ou pro consumo em casa. Foi assim com muitas mulheres. Nossas famílias e toda a comunidade passaram a nos ver com outros olhos. Eu tenho criação de galinhas; produzo açaí, principalmente no verão; e trabalho com plantas medicinais, minha atividade preferida. Minha mãe sempre vendeu plantas medicinais porque ela é benzedeira, mas eu não benzo, não tenho o dom. Gosto mesmo de cuidar das plantas e compartilhar com quem precisa. Hoje conheço bem o valor de tudo isso. (Paula Margalho, Pirocaba, 2024)

Dayane Araújo sintetizou as transformações individuais e coletivas ocorridas a partir das reflexões provocadas pelo uso das cadernetas agroecológicas, observando que mudou a forma como as mulheres passaram a se enxergar. Também prevaleceu uma nova visão sobre o trabalho do cuidado e sua importância para a reprodução da vida no território.

A caderneta mudou muito a forma como a gente se vê como seres humanos, como mulheres e como cidadãs. Nós tínhamos uma sensação de desvalorização antes do uso das cadernetas porque a sociedade nos dizia que cuidar da casa não é trabalho; que produzir no quintal não gera remuneração; que cuidar de plantas medicinais e fazer artesanato não traz lucro, ou seja, o que as mulheres fazem não é importante. No final do dia, a gente sempre tava esgotada e, mesmo assim, era como se fosse um trabalho invisível. Depois que passamos a usar as cadernetas conseguimos compreender que uma parte das nossas atividades pode não gerar dinheiro, mas tem um enorme valor pra família e pra toda a comunidade. (Dayane Araújo, Pirocaba, 2024)

O relato da agroextrativista se conecta com as dimensões feminista e pedagógica associadas ao uso desse instrumento, que despertou a visão crítica sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a desvalorização das funções atribuídas às mulheres. Com isso, as agroextrativistas também passaram a compreender a importância da extensão do seu trabalho aos cuidados com a natureza, condição fundamental para a continuidade da vida e da sua permanência no território.

## **2.2 Reprodução social e cuidado com a natureza**

Ao lançarem luz sobre a produção das mulheres, as CA colocam em foco o trabalho de reprodução social, uma preocupação central da economia feminista. Faz-se necessário observar que o sistema capitalista, ao separar o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo destinou às mulheres o trabalho do cuidado voltado à casa, aos filhos, aos idosos, aos doentes e à família de forma geral. Esse trabalho é indispensável para a reprodução da sociedade, no entanto, não envolve garantias de remuneração, de direitos e muito menos de reconhecimento.

Para a economia feminista, o sistema econômico atual se apresenta como autossuficiente, mas seu funcionamento e continuidade dependem fundamentalmente do

trabalho doméstico e de cuidados que mantém a vida e reproduz a força de trabalho, de um lado, e do espólio que faz da natureza, de outro. Um sistema cujo único objetivo é o benefício privado de poucos, exigindo para isso um crescimento constante e sem limites. A perspectiva e a proposta da economia feminista “são opostas à economia que dá suporte atualmente ao sistema capitalista heteropatriarcal, predador da natureza, explorador das vidas humanas e gerador de múltiplas desigualdades” (Bengoa e Corral, 2022, p.12).

A chave do funcionamento do trabalho doméstico como obrigatório e gratuito também foi apontada pela filósofa e feminista italiana Silvia Federici no livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Federici enfoca o fim do feudalismo e a ascensão violenta do capitalismo na Europa, incluindo os cercamentos<sup>16</sup>, o tráfico de escravos e a perseguição e a execução de milhares de “bruxas” que exerciam controle sobre sua própria saúde e função reprodutiva. Dessa forma, a autora explica como a consolidação do sistema capitalista dependia da subjugação das mulheres, da escravidão dos negros e indígenas e da exploração das colônias.

Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo<sup>17</sup>, ao abordar a relação atual entre capitalismo e reprodução social, Federici fez a seguinte afirmação “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”. Adotada como título da entrevista, a frase e todo o conteúdo publicados em 14 de outubro de 2019 ganharam repercussão além das fronteiras do Brasil e passaram a ser utilizados com frequência nos debates sobre o trabalho do cuidado.

O trabalho doméstico é organizado de forma eficiente a disciplinar a mulher, porque sempre que pensa em dizer “não”, ela acha que vai estar indo contra seu marido e filhos. Não se vê que esse é um trabalho que está beneficiando os empregadores, parte da produtividade que gera acumulação de capital, que é parte da máquina capitalista. A violência é institucional, organizando o trabalho doméstico que, como não é pago, faz da mulher dependente do homem. A partir do momento que se é dependente, há uma relação de poder (Federici, 2019, p.2).

O avanço do capitalismo depende do trabalho realizado nos lares, sem o qual esse sistema não poderia sobreviver. Portanto, a exploração do trabalho doméstico e do cuidado pelo

---

<sup>16</sup> Processo violento e sangrento de expulsão dos camponeses da terra, iniciado no fim da Idade Média, que gerou as precondições para o capitalismo na Inglaterra rural. “Senhorios, a coroa e, eventualmente, o parlamento recorreram à força bruta para cercar terras comuns, retirar as casas e seus donos do latifúndio, privatizar propriedade estatal e eclesiástica e criar um proletariado destituído, que agora estava “livre” para vender sua mão de obra – e que se via obrigado a fazê-lo, pois havia sido “libertado” de qualquer propriedade” (Levien, 2014, p.25).

<sup>17</sup> A entrevista de Silvia Federici à repórter Úrsula Passos, foi publicada originalmente no jornal Folha de S. Paulo <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici.shtml>. Também foi reproduzida no Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/> Acesso em 09.05.2024.

sistema capitalista constitui parte importante do processo de acumulação de capital. O estudo *Tempo de Cuidar*<sup>18</sup>, lançado pela Oxfam no início de 2020, durante no Fórum Econômico Mundial de Davos, mostrou dados concretos que comprovam essa realidade. O relatório aponta que o trabalho de cuidado equivale a 10 trilhões de dólares não pagos a mulheres anualmente.

O estudo mostra que essa gama de trabalhos não remunerados ou mal pagos é assumida, em todo o mundo, por meninas e mulheres em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta. Conforme o estudo, as mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado mal remuneradas.

Gago (2020) contextualiza a dimensão política e econômica do cuidado no neoliberalismo, conectando-o com a resistência das mulheres contra as novas expressões de violência, como o avanço sobre os territórios e a expropriação dos comuns. O aprofundamento da crise da reprodução social tem provocado um aumento do que a autora considera como “trabalho feminizado” que substitui as infraestruturas públicas e permanece envolvido na dinâmica da superexploração, o que ficou bastante evidente durante a pandemia da Covid19, quando a sobrecarga das mulheres aumentou.

A privatização de serviços públicos ou a restrição de seu alcance significa que essas tarefas (saúde, cuidados, alimentação) devem ser supridas pelas mulheres como tarefa não remunerada e obrigatória. Nesta chave, acredito que se compreende uma agenda de uma ética de cuidado, ampliando essa noção para além do marco familiar e, ao mesmo tempo, transformando-a em uma ferramenta de valorização das resistências vitais (GAGO, 2020, p.239).

Nos relatos das mulheres do Território Pirocaba, em entrevistas e rodas de conversa durante a realização desta pesquisa-ação, fica claro que o trabalho do cuidado se estende à natureza, pois as mulheres estão atentas às necessidades de segurança alimentar da comunidade, preocupadas com as futuras gerações e sabem que seu trabalho está totalmente atrelado à conservação da natureza. Esse fato explica suas ações voltadas para a preservação dos bosques e florestas, criação de canteiros coletivos, preparação de mudas e troca de sementes<sup>19</sup>, entre outras atividades realizadas por elas.

---

<sup>18</sup> O relatório *Tempo de Cuidar* pode ser consultado na homepage da Oxfam, em <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em 10.06.2023.

<sup>19</sup> A guarda de sementes é um dos eixos centrais da soberania alimentar. Segundo Anschau, tanto a guarda como a troca de sementes não são diretamente englobadas pela caderneta, mas são atingidas de forma indireta. “Isso porque o aumento da variedade das plantas cultivadas no quintal é alvo de inúmeros depoimentos de usuárias da caderneta” (Anschau, 2020, p.114).

O monitoramento e a visibilidade de sua produção para diferentes relações socioeconômicas destacam a contribuição fundamental das mulheres para a garantia da segurança alimentar, além de visibilizar suas práticas sustentáveis e o trabalho de cuidado com a natureza, a preservação da agrobiodiversidade e a reprodução da vida (Jalil; Cardoso; Rody, 2021, p.15).

As mesmas autoras observam que o uso das cadernetas vem possibilitando uma reflexão crítica da realidade que se materializa em um movimento coletivo de construção do conhecimento e de questionamento à lógica capitalista patriarcal<sup>20</sup>, machista e racista, que destrói a natureza, exclui as mulheres e invisibiliza seu trabalho e os saberes construídos por elas. O uso e monitoramento das CAs envolve neste processo reflexivo diferentes sujeitos: mulheres, suas famílias, educadoras, pesquisadoras/es e estudantes envolvidas no processo.

### **2.3 Comunicar a economia feminista e popular em defesa dos territórios**

Ao lançar luz sobre a produção agroecológica invisibilizada das mulheres na Amazônia paraense, o processo de uso, as formações político-pedagógicas e o monitoramento das cadernetas, além de ter despertado a valorização do trabalho e da autonomia das agroextrativistas do território Pirocaba, contribuiu para sua organização produtiva e territorial. Resultados similares foram registrados em outros territórios do Baixo Tocantins, do Nordeste paraense, além do Baixo Amazonas (Silva; Cruz; Carvalho, 2023).

O processo de formação e reflexão que acompanha o monitoramento ganhou contribuições significativas das mulheres dos territórios amazônicos. Percebeu-se que os itens anotados não poderiam ficar restritos aos quintais produtivos, o que provocou a ampliação dos registros para todos os locais que comportam a diversidade das formas de produção. Estes lugares são espaços, sejam de quintais ou do rio ou da floresta “dentro ou fora de suas unidades produtivas, cultivados e preservados pelas mulheres e que possibilita a diversidade do saber fazer das comunidades” (Scalabrin *et al.*, 2021, p.194).

No território Pirocaba, assim como em outros territórios de Abaetetuba, a produção das mulheres e de suas famílias envolve, além dos quintais produtivos, áreas de uso comum imprescindíveis para a segurança alimentar e para a geração de renda, como açazais, bosques, canteiros de plantas medicinais (Figura 8), campos de várzea, rios e igarapés. A preservação dessas áreas é fundamental para toda a comunidade, o que também inclui o terreno onde está

---

<sup>20</sup> O patriarcado, conforme Périvier (2023), se baseia em regras jurídicas (aquelas ligadas ao casamento, por exemplo), estruturas sociais (família) e práticas pelas quais os homens há séculos dominam e exploram as mulheres. Além disso, a lógica patriarcal se desdobra em várias dimensões, incluindo violências (feminicídio, assédio, estupro), a divisão sexual do trabalho e o Estado, que atua de forma insuficiente para combater a desigualdade entre os sexos.

localizada a sede da Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP).

Figura 8 Canteiro de plantas medicinais de uso coletivo das mulheres do Território Pirocaba



Fonte: Autoria própria, 18 de novembro de 2023.

Essa adaptação que expandiu os espaços produtivos para além dos quintais na região amazônica foi fundamental para que as cadernetas agroecológicas pudessem dar visibilidade às diferentes práticas produtivas e reprodutivas desenvolvidas pelas mulheres do Pirocaba e de outros territórios do Baixo Tocantins, como agricultura, extrativismo - com destaque para o açaí, pesca nos rios e igarapés (Figura 9), artesanato, produção de óleos vegetais, de chás e remédios caseiros, enfatizando também os múltiplos saberes envolvidos nessas atividades.

Figura 9 Rio Pirocaba, utilizado para transporte, pesca e lazer da comunidade



Fonte: Autoria própria, 17 de novembro de 2023.

A produção em áreas de uso comum registrada nas cadernetas comunica sobre a importância, para territórios amazônicos, dessas formas de vida e de produção coletivas. Em contraposição à lógica do “progresso” capitalista em que o sucesso individual e a competição orientam o funcionamento dos mercados e dos modos de vida, no território Pirocaba a organização comunitária constitui antídoto à fome e à insegurança alimentar, à devastação ambiental e às ameaças aos territórios.

Ainda sobre os anúncios positivos das cadernetas, Daniela Araújo, agroextrativista, artesã e liderança, acrescenta o reconhecimento da economia popular e feminista que vem conquistando visibilidade. Trata-se de um fator fundamental porque os grandes empreendimentos que pretendem se territorializar no Baixo Tocantins ignoram essas economias

e continuam prometendo trabalho e desenvolvimento à região, situação que será analisada de forma detalhada no próximo capítulo sobre a comunicação e hegemonia.

Enquanto mulheres de um território na Amazônia, a caderneta nos trouxe experiências muito importantes. As cadernetas agroecológicas comprovaram a existência da nossa produção e da nossa economia. Se a gente for analisar o que vivemos nestes últimos anos, quase tudo o que conseguimos estruturar iniciou com as cadernetas. Então, sem exagero, esse processo foi um divisor de águas pra gente enxergar tudo o que produz e o quanto ganhamos e economizamos com isso. Sem falar que começamos a nos organizar coletivamente pra participar de feiras e eventos. Como anotamos tudo, passamos a ver o dinheiro entrar. Antes, quando a gente não registrava nossa produção, o dinheiro era gasto com as necessidades imediatas, então ele passava despercebido. (Daniela Araújo, Pirocaba, 2024)

As Cadernetas Agroecológicas, seguindo os princípios da economia feminista, também incentivaram a organização social-política-econômica das mulheres do território Pirocaba em torno da ASAPAP. A partir das formações, elas se fortaleceram ainda mais como grupo, trocando conhecimentos e experiências de forma contínua. Dentro da área da associação foram construídos um canteiro de plantas medicinais, uma estufa, um galinheiro e a Casa de Cultura Cabas de Fogo, que integra um movimento espontâneo de retomada do artesanato muito valorizado pelas associadas. Em maio de 2024, estava sendo concluída a construção de uma nova casa de farinha, para incentivar o resgate da produção própria no território.

Entre as agroextrativistas do Baixo Tocantins ouvidas nos encontros e formações é comum a constatação de que, na Amazônia, as populações tradicionais sempre praticaram a agroecologia, antes mesmo de conhecerem essa denominação, pois não costumavam utilizar agrotóxicos e tinham o hábito de fazer suas próprias experimentações, com base na observação da natureza, para melhorar o cultivo dos alimentos, o que se confirma no relato de Dayane Araújo.

Com as anotações nos demos conta de que a gente evita comprar remédio na farmácia quando usa as plantas medicinais dos nossos quintais, que deixamos de gastar na feira quando usamos o limão, o urucum, a chicória, as verduras que produzimos pra fazer o almoço. A gente percebeu que pratica economia o tempo todo, que geramos renda e que somos seres políticos porque atuamos de forma coletiva com as nossas companheiras, trocando experiências, conhecimentos, mudas de plantas e sementes que garantem alimentação saudável, sem veneno. A gente sempre fez agroecologia e protegeu a natureza sem saber da importância de tudo isso, até mesmo antes das cadernetas chegarem. (Dayane Araújo, Pirocaba, 2024)

A relação entre a produção agroecológica das mulheres e a segurança alimentar é uma das principais comunicações das cadernetas citadas pelas agroextrativistas do Pirocaba. No Brasil, a Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), define segurança alimentar no âmbito das políticas nacionais.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

A experiência observada na comunidade Pirocaba reforça que a terra é a base material para o trabalho das mulheres na agricultura e no extrativismo, principal fonte de alimentos para milhões de pessoas no planeta. Daí a importância das suas lutas pela permanência nos territórios e por uma produção agroecológica que seja capaz de subverter as imposições vorazes do agronegócio, incluindo o uso intensivo da terra, a exploração de trabalhadoras e trabalhadores rurais e a utilização de agrotóxicos para aumentar a produtividade.

Federici (2019) observa que apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres estão hoje na vanguarda da luta internacional por um uso não capitalista dos comuns (terra, florestas e águas), portanto considera estratégico que mais terras sejam destinadas às mulheres, como forma de cuidado com a natureza e com a vida.

Nesse contexto, volto-me para as lutas que as mulheres estão realizando em todo o mundo não somente para se reapropriar da terra, mas também como forma de impulsionar a agricultura de subsistência e o uso não comercial dos recursos naturais. São esforços extremamente importantes, não só porque milhares de milhões de pessoas são capazes de sobreviver, mas porque eles apontam para as mudanças que temos que fazer se quisermos construir uma sociedade na qual nossa reprodução não seja realizada à custa de outras pessoas, nem represente uma ameaça à continuidade da vida no planeta (FEDERICI, 2019, p.279).

Milena Vasconcelos Silva, mãe de duas crianças, artesã e agroextrativista que integra a ASAPAP, contou que as mulheres do território passaram a se apoiar ainda mais durante o processo de preenchimento das cadernetas e na luta por direitos que foram reivindicados com apoio das anotações, entre eles o direito à terra e o direito ao auxílio-maternidade.

Foi interessante perceber que, em alguns casos, a contribuição das mulheres pra dentro de casa era maior do que a dos companheiros, embora a gente achasse que eles contribuíssem muito mais. Então várias mulheres passaram a buscar seus direitos, inclusive a sua parte no terreno da família, já que plantamos e cuidamos da terra. No meu caso, consegui receber o auxílio-maternidade ano passado com a ajuda das anotações. Precisava comprovar que sou agricultora e que trabalho com a terra. Como preenchi a caderneta com as anotações dos últimos anos isso foi possível. Com ajuda da FASE, obtive uma declaração com toda minha produção registrada no banco de dados. Dessa forma, comprovei meu trabalho e consegui acesso ao auxílio maternidade. (Milena Silva, Pirocaba, 2024)

Fica claro que sem os registros da produção nas Cadernetas Agroecológicas, a agroextrativista teria mais dificuldades para obter o reconhecimento do seu trabalho durante o processo de solicitação do salário-maternidade rural, o que também tem ocorrido na luta por

outros direitos das famílias, comprovando a importância das anotações da produção e de todo o processo de formação voltado para a utilização da C.A.

#### **2.4 As formações político-pedagógicas e a realidade dos territórios**

As formações voltadas para as Cadernetas Agroecológicas também comunicam sobre as realidades dos territórios amazônicos por meio dos relatos das mulheres nas diferentes dinâmicas propostas pelas educadoras da FASE/Fundo Dema. Essas comunicações podem ser anúncios de vida e de esperança centrados na participação das mulheres na agroecologia amazônica ou podem se configurar como alertas quanto às ameaças de territorialização do capital transnacional nos territórios tradicionais.

Antes das viagens de campo ao Território Agroextrativista Pirocaba, realizou-se um primeiro contato com as lideranças em Belém, entre os dias 17 e 18 de março de 2022, durante a realização de encontro do *Programa de Formação Mulheres em Agroecologia na Amazônia: projetando ideias e construindo memórias coletivas*, organizado pela FASE e pelo Fundo Dema, no hotel Beira Rio, às margens do Rio Guamá, em Belém (Figura 10). Nesse período, a pandemia da Covid-19 começava a ficar menos crítica no estado do Pará.

A proposta desta pesquisa foi apresentada às participantes do projeto das Cadernetas Agroecológicas, provenientes das regiões do Baixo Tocantins e do Nordeste paraense no início das atividades. Todas concordaram com nossa participação, cientes de que estariam sendo conduzidas as primeiras observações para esta tese de doutorado. Nos propusemos a produzir fotografias e escrever um texto narrativo sobre o encontro com dedicação especial às vozes das trabalhadoras, portanto foi necessário escutar e anotar em seus relatos sobre inquietações, angústias, alegrias e conquista. Esse documento, um relatório ilustrado (APÊNDICE A - RELATÓRIO ILUSTRADO FORMAÇÃO CADERNETAS), elaborado com suporte da observação participante, foi compartilhado com a FASE e com o Fundo Dema, bem como todas as imagens produzidas durante o encontro.

Figura 10 Abertura da Formação Mulheres e Agroecologia na Amazônia, em Belém



Fonte: Autoria própria, 17 de março de 2022.

Optou-se por não realizar entrevistas neste momento para não interferir nas interações iniciais com as participantes. Logo no primeiro dia do encontro foi possível perceber claramente o receio das mulheres quanto aos riscos a que estão expostos seus territórios. Essas preocupações são referentes à instalação de projetos desenvolvimentistas e de infraestrutura, conflitos fundiários, consequências das mudanças climáticas e, mais recentemente, iniciativas ligadas ao mercado de créditos de carbono.

Algumas participantes relataram situações de conflito vivenciadas nos territórios, desentendimentos entre seus integrantes motivados por ofertas de dinheiro e outras tentativas de convencimento, o que geralmente ocorre com homens, segundo explicam as trabalhadoras. Conforme relato delas, quanto mais vulnerabilidade à pobreza e ausência de formação política, mais suscetíveis estão as comunidades. Dessa forma, propostas de grandes empresas e projetos desenvolvimentistas também funcionam como causa de desagregação e conflito nos territórios.

Destacou-se durante esta primeira conversa o relato das mulheres do município de Barcarena, também no Baixo Tocantins, sobre a expropriação dos seus territórios pelas grandes indústrias que começaram a se instalar no município com apoio do estado entre as décadas de 1970 e 1980. Uma das lideranças de território em Barcarena explicou que “com a chegada destes grandes projetos que destruíram a natureza e as nossas vidas, foi reforçada a ideia de que

no interior só tem pobreza e atraso, portanto empresas estariam trazendo progresso” (Informação verbal, 2022)<sup>21</sup>.

No que diz respeito às narrativas e imaginários do desenvolvimento, as vantagens alegadas pelas grandes corporações são bastante conhecidas: emprego, renda, progresso e crescimento. Essas empresas partem do pressuposto de que podem defender seus objetivos como interesses hegemônicos, considerando que estão em consonância com a lógica capitalista. Após mais de 40 anos da criação do Complexo Industrial de Barcarena esses discursos são “reiterados, atualizados e recriados”, conforme avalia Acevedo Marin (2018), encontrando enfrentamento principalmente nas mulheres.

Após a imposição das práticas e ações de desenvolvimento, revestidos pelo mito do progresso, o conflito socioambiental em Barcarena se agrava interruptamente até agora. São as mulheres que atuam nas denúncias e manifestações contra as irresponsáveis práticas ambientais das empresas mineradoras e das ações violentas dos agentes do Estado; recorrendo às instituições jurídicas e ambientais exigindo o reconhecimento por seus direitos como comunidades tradicionais; recorrem à pluralidade jurídica nos dispositivos jurídicos contidos na Convenção 169 da OIT. Essas ações representam momentos de intensa mobilização social por direitos em Barcarena (Acevedo Marin, 2018, p.18).

As experiências das populações tradicionais expropriadas de suas terras pelo Complexo Industrial de Barcarena e pela Hidrelétrica de Tucuruí<sup>22</sup> se constituem como referências vívidas para as populações tradicionais do Baixo Tocantins, que temem passar pelos mesmos problemas em função das mais recentes tentativas de territorialização do capital transnacional por meio de projetos como o Terminal Portuário Privado (TUP) da Cargill, em Abaetetuba. A possibilidade de concretização do porto, localizado no Furo do Capim, poderá impactar, entre outras atividades, a pesca, o transporte fluvial e a produção agroextrativista de diversos territórios tradicionais, como ribeirinhos e quilombolas, na região das ilhas de Abaetetuba.

Ao conversarem sobre o tema, as mulheres do Baixo Tocantins relembram crimes ambientais que ocorreram em Barcarena, provocando grandes repercussão nacional. Foi citada a contaminação das águas provocada pelo naufrágio do navio Haidar no Porto de Barcarena, em 2015, carregado com 5 mil bois vivos e 700 toneladas de óleo, causando enorme prejuízo social e ambiental<sup>23</sup>. O vazamento de bauxita da barragem de rejeitos da empresa Hydro

<sup>21</sup> Entrevista realizada em 2022 com autoria omitida.

<sup>22</sup> A Hidrelétrica de Tucuruí foi construída para suprir a necessidade de energia das indústrias Albrás e da Alunorte

<sup>23</sup> O naufrágio do navio Haidar <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/naufragio-de-navio-com-cinco-mil-bois-vivos-em-barcarena-completa-dois-anos.ghtml> Acesso em 4 de setembro de 2023.

Alunorte<sup>24</sup>, em 2018, também foi lembrado por ter provocado doenças, prejuízos econômicos e outros graves danos aos modos de vida da população afetada.

A urgência de tratar do tema do aquecimento global e dos projetos de créditos de carbono centralizaram a segunda parte da conversa durante a formação sobre as cadernetas agroecológicas. Lideranças das comunidades demonstram angústia quanto aos projetos que vêm sendo propostos e reclamam quanto à falta de informação a respeito dos riscos e ameaças aos territórios e às suas formas de vida e de interação com a natureza, conforme explicou Daniela Araújo, liderança do território Pirocaba, em entrevista para esta pesquisa.

Crédito de carbono, economia verde, RED+ são coisas que estamos discutindo muito. Na minha visão, são mecanismos pra privatizar a Amazônia e os nossos territórios. Se eu aderir, não vou ter liberdade de tirar o óleo de andiroba sempre que eu precisar onde estiver disponível. Se já pagaram pelo nosso território, vamos ter que pedir autorização pra tudo: pra qualquer alteração na terra, pra construir algo que precisamos, pra apanhar o açaí em determinada área... Do que adianta nos darem R\$ 30, 40 mil pra deixar o território intacto e continuarem destruindo a natureza de outras formas? O maior problema é que as pessoas não têm informação em relação a isso e a gente precisa se mobilizar. Esse ano deu pouco açaí e pouca castanha. Sabemos que isso tem a ver com o aquecimento global, assim como as secas dos rios no outro lado da Amazônia. Daí dizem que somos tradicionais e temos responsabilidade de defender, mas como é que vamos defender se todo tempo jogam essas bombas pra nós? A gente tá vendo no nosso território que normalmente já era pra ter mais açaí, mas não...O açaí mexe muito com nossa segurança alimentar porque tem pessoas que só conseguem comer se tiver açaí e não vão conseguir mudar por ser um hábito alimentar repassado há gerações. Isso vai fazer com que aquela pessoa adoça. A natureza está muito afetada e nós mulheres também porque nossa vida depende da natureza e observamos tudo isso com muita tristeza. (Daniela Araújo, Belém, 2024)

Moreno, Chassé e Fuhr (2016, p.28) defendem que o enquadramento do problema do aquecimento global sob a centralidade do carbono, “embora crie conhecimento e possibilidades para a comunicação e a ação política global, ao mesmo tempo, também exclui e até destrói outras formas de conhecimento”. Os autores argumentam que a métrica do carbono criou uma nova abstração global - e indagam sobre o custo dessa forma de comunicação, já que o carbono se tornou uma mercadoria, “uma *commodity* global e é comercializado sob a forma de créditos de carbono em mercados voluntários ou regulados”.

Atuando como pesquisadora em territórios tradicionais, Marcela Vecchione Gonçalves, orientadora desta tese, participou da formação dialogando com o grupo sobre a relação entre o ciclo de carbono e o aquecimento global traçando correlações com as experiências das agricultoras. Elas apontaram várias modificações percebidas na natureza, como a perda de parte

---

<sup>24</sup> Vazamento de rejeitos da Hydro Alunorte causa danos socioambientais em Barcarena <https://amazoniareal.com.br/vazamento-de-rejeitos-da-hydro-alunorte-causa-danos-socioambientais-em-barcarena-no-para/>. Acesso em 4 de setembro de 2023.

da produção de açaí, mais importante fonte de renda em diversos territórios do Baixo Tocantins, por alterações climáticas que modificam o tempo de amadurecimento do fruto.

Processos regidos pela natureza estão sendo rompidos ou acelerados, como vocês conseguem perceber nos próprios territórios. Isso por causa dos volumes de gás carbônico emitidos pela indústria da soja, da pecuária, do óleo de palma, pra citar alguns exemplos próximos da gente. É importante avaliar se esse crédito de carbono paga os prejuízos que ficaram pras pessoas, lembrando que essas dívidas são ecológicas, sociais, mas também de cuidado e de afeto (Informação verbal, 2022)<sup>25</sup>.

Vecchione Gonçalves também dialogou com o grupo sobre a ampliação da produção e escoamento da soja para exportação pelo estado do Pará como interesse estratégico do agronegócio ao conectar o porto da Cargill em Santarém, a estação de transbordo de Miritituba, em Itaituba e o projeto do terminal portuário em Abaetetuba, no Baixo Tocantins (Figura 11). O objetivo é transportar mais *commodities* para o exterior em menos tempo, aumentando o lucro para as corporações.

Figura 11 Conversa sobre o agronegócio e as mudanças climáticas durante o encontro das Cadernetas Agroecológicas



Fonte: Autoria própria, 18 de março de 2022.

O acompanhamento da formação político-pedagógica deixa claro que, na Amazônia paraense, as reflexões geradas pelas cadernetas agroecológicas não se restringem às anotações e à precificação da produção agroecológica das mulheres. A questão da terra, os conflitos socioambientais e as ameaças aos territórios são temas frequentes. Por outro lado, também é possível constatar que a agroecologia liderada pelas mulheres vem se fortalecendo como

<sup>25</sup> Professora Marcela Vecchione Gonçalves em formação político-pedagógica realizada em 2022.

instrumento de resistência que conecta de forma inseparável a reprodução social e o cuidado com a natureza.

As formações político-pedagógicas também contribuíram para o fortalecimento das lideranças do território Pirocaba e para a integração das lutas de mulheres de territórios diferentes que sofrem ameaças parecidas. Dandara Martins, uma das educadoras responsáveis pelo monitoramento do uso das cadernetas no Baixo Tocantins, destaca a atuação coletiva e os laços de solidariedade entre as mulheres, capazes de mobilizar outras pessoas para atuarem nos processos de resistência.

Um aspecto relevante diz respeito ao surgimento de lideranças capazes de articular e conscientizar outros sujeitos políticos, tanto em prol da agroecologia como no enfrentamento ao avanço do capital em seus territórios, evidenciados na implementação de projetos de infraestrutura, que têm como resultado a destruição dos modos de vida desses povos tradicionais. Assim, as mulheres lutam pela garantia dos direitos e das políticas públicas, mas buscam esse acesso de forma coletiva. E por isso, é possível identificar as relações de solidariedade, as trocas de experiências e saberes estabelecidas nesse processo de organização política para romper com esse sistema que é de classe, patriarcal e racista (Martins, Araújo e Santos, 2023, p.5).

O reconhecimento dos problemas comuns ajudou a construir laços de confiança e de perspectivas coletivas para os desafios e alternativas. A FASE Amazônia (2024) avalia que as cadernetas agroecológicas impulsionaram agendas de mutirões coletivos, de cafés da tarde, de organização para os encontros temáticos, de estímulo à produção agroecológica nas comunidades e de preparação para ações e manifestações em defesa dos territórios. Dessa forma, as CAs podem ser analisadas como instrumento integrador e motivador para a luta feminista por transformações sociais.

## **2.5 As mulheres, a sociobiodiversidade e a agroecologia como prática contra-hegemônica**

O trabalho das mulheres na agroecologia pode ser diretamente relacionado ao combate à fome e à garantia de segurança alimentar, além da proteção da sociobiodiversidade nos territórios. A sociobiodiversidade aglutina a diversidade biológica, cultural e de direitos. Para Santilli, “indissociavelmente ligada à rica biodiversidade brasileira, está a sociodiversidade, o nosso extenso patrimônio sociocultural” (2002, p.51). O conceito de sociobiodiversidade é um dos que merece atenção especial quando se trata de comunicação contra-hegemônica, pois corre risco de ser cooptado por iniciativas que não tem qualquer relação com as economias da vida, praticadas pelas populações tradicionais.

O documento “Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade: salvaguardando uma herança ancestral” (2020), lançado pelo GT Biodiversidade da ANA e pela organização Terra de Direitos, defende que as mulheres do campo, da floresta e das águas vivem a partir do uso sustentável da sociobiodiversidade e mantém viva a resistência e a luta pela conservação dos territórios e livre acesso aos comuns.

Para além das atividades familiares e domésticas, conservam e desenvolvem práticas que expressam seu saber acumulado sobre os ecossistemas, o patrimônio genético, as formas sustentáveis de produção e conservação das sementes, alimentos, plantas medicinais e domesticação das espécies. Sobrevivem enfrentando situações de intenso conflito nos seus territórios e resistem na luta pelo livre acesso à sociobiodiversidade, à água e aos territórios tradicionalmente ocupados. (...) Para as mulheres, a biodiversidade e o conhecimento são parte do patrimônio dos povos para o bem de toda a humanidade e devem ser defendidos da ação destrutiva das corporações industriais e financeiras, traduzidas mais diretamente no agronegócio e nas grandes empresas que se apropriam e tratam os recursos naturais apenas como um negócio que gera lucro. As mulheres são guardiãs da biodiversidade e sempre estiveram à frente do cultivo de plantas medicinais e das práticas de medicina caseira. Em muitos casos foi a preocupação das mulheres com a saúde que abriu as portas para a transição agroecológica nas unidades familiares (Silva; Soldatti; Dallagnol, 2020, p.10).

Uma das dinâmicas propostas às participantes do *Programa de Formação Mulheres em Agroecologia na Amazônia* consistiu em desenhar um Mapa da Sociobiodiversidade dos seus territórios. Reunidas em grupos, elas receberam cartolinas e canetas coloridas, além das orientações da educadora Beatriz Luz, do Fundo Dema, que procurou esclarecer o conceito com exemplos do cotidiano dos territórios.

Além das casas e dos quintais vamos identificar onde estão as pessoas que curam: benzedeiras, parteiras, curandeiras. Onde plantamos o que cura? Vamos lembrar das plantas medicinais usadas para curar nosso corpo, da nossa família e da comunidade. Vamos lembrar o trabalho do cuidado. Tudo isso é parte da sociobiodiversidade. É um elemento da nossa cultura, das nossas avós, bisavós. Culturas que podem ser perdidas com a pressão dos empreendimentos. Não só a biodiversidade, mas todo conhecimento ancestral. A dinâmica consiste em criar um desenho representando tudo isso (Informação verbal, 2023)<sup>26</sup>.

Diferentes perspectivas sobre o envolvimento das mulheres da agroecologia com seus territórios foram reveladas durante a construção do Mapa da Sociobiodiversidade. As trabalhadoras de Abaetetuba identificaram a presença de plantas medicinais e de pessoas que se dedicam à manutenção de saberes ancestrais ligados à cura do corpo e do espírito nos territórios, informações testemunhadas *in loco* nas primeiras visitas a campo alguns meses depois. Em função do lugar e dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa-ação, nossas observações se direcionam ao Pirocaba.

---

<sup>26</sup> Reunião com Beatriz Luz realizada em 2023.

Dayane Araújo, Socorro Rodrigues e Rosa Vilarino, representantes do território, apresentaram o mapa da sociobiodiversidade (Figura 12), onde desenharam a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do território; uma igreja evangélica; a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Delcleciana Pereira do Araújo; e áreas de uso comum, como os açaiçais, o rio Pirocaba e o campo de futebol. Elas contaram sobre a importância dos conhecimentos tradicionais para a comunidade. “Temos um casal de puxadores<sup>27</sup>, que faz benzimentos também, e cultivamos muitas plantas medicinais”, explicou Dayane.

O grupo do Pirocaba também desenhou a sede da ASAPAP, com viveiro, estufa, muitas árvores frutíferas, canteiro das plantas medicinais e a construção da Casa de Artesanato Cabas de Fogo, que teve sua construção concluída no segundo semestre de 2023. Rosa Vilarino, presidenta da ASAPAP desde janeiro de 2024, destacou a importância da área da associação onde costumam trabalhar por meio de mutirões todos os sábados e durante a semana, quando necessário. É também onde a comunidade se reúne para deliberar sobre temas de interesse do território, como a organização da produção agroecológica.

---

<sup>27</sup> Pessoas que cuidam de dores musculares e articulares com base nos conhecimentos tradicionais de massagens com uso de óleos e azeites extraídos de espécies vegetais como a andiroba.

Figura 12 Rosa Vilarino, Socorro Rodrigues e Dayane Araújo apresentam o Mapa da Sociobiodiversidade do Pirocaba, durante formação das Cadernetas Agroecológicas em Belém



Fonte: Autoria própria, 18 de março de 2022.

É grande a variedade de produtos e alimentos produzidos pelas mulheres sem uso de agrotóxicos no Pirocaba e nos demais territórios em que as cadernetas são utilizadas. Os mais consumidos, trocados, doados e vendidos são os de origem vegetal, incluindo hortaliças, frutas, grãos, tubérculos e raízes, fundamentais para a segurança alimentar e nutricional das famílias. Com o processo monitoramento das cadernetas, as educadoras da FASE e do Fundo Dema conseguiram sintetizar produtos, alimentos beneficiados, artesanato e serviços anotados pelas mulheres. A partir dessa sistematização que abarcou também as regiões do Baixo Amazonas e do Nordeste paraense, foi possível separar e organizar os dados referentes à produção do Baixo Tocantins (Tabela 1).

O inventário sistematizado em 2023 confirma a importância dos quintais e das áreas de uso comum para a manutenção da diversidade de vegetação nos territórios, incluindo espécies florestais nativas, frutíferas, além das ervas medicinais, raízes, legumes e verduras. As frutíferas se destacam pela quantidade e variedade de espécies, o que foi possível constatar durante as viagens de campo, quando se observou a grande variedade de frutas coletadas pelas famílias

agroextrativistas. Açaí, cupuaçu, limão, cacau, banana e coco estão entre as frutas que encontramos em todos os quintais visitados no período da pesquisa.

No entanto, a disponibilidade e a diversidade de alimentos produzidos nos territórios estão ameaçadas pelas mudanças climáticas, pelo monocultivo e pelos grandes empreendimentos de infraestrutura. Segundo a FASE, diversas espécies registradas pelas mulheres que utilizam as cadernetas estão inclusas na Arca do Gosto<sup>28</sup>, um catálogo mundial que identifica, localiza, descreve e divulga alimentos especiais ameaçados de extinção.

No Baixo Tocantins foi registrado a bacaba, o bacuri pari, o camapu e o ingá. Todas em alerta na Arca do Gosto. (...) Também foi registrada uma espécie que ao longo do tempo deixou de ser cultivada para os mercados, mas permanece nos quintais das mulheres para a alimentação da família. É conhecida popularmente como ‘orelha de macaco’, também chamada de ‘espinafre amazônico’, crocante e rica em proteínas e antioxidantes, segundo pesquisas. A ora-pro-nóbis também apareceu nas anotações do Baixo Tocantins. Conhecida em várias regiões do Brasil como ‘bife dos pobres’ por ser rica em proteína indica a diversificação da produção com a inserção de novas espécies no cardápio das famílias (FASE, 2024).

É válido lembrar que quanto mais preservado o meio ambiente, maior a quantidade e qualidade dos alimentos e plantas medicinais obtidos do extrativismo, “atividade fundamental para a manutenção da cultura alimentar, da medicina tradicional e da segurança alimentar das famílias” (FASE, 2024). No entanto, sabe-se que a produção agroecológica e os conhecimentos tradicionais transmitidos de forma intergeracional, assim como as economias dos territórios, estão sob grave ameaça no Baixo Tocantins<sup>29</sup>. Assim, no esforço de pensar as Cadernetas Agroecológicas como base para a comunicação das mulheres do território Pirocaba, a questão da sociobiodiversidade apresenta-se como uma pauta estratégica.

---

<sup>28</sup> A lista de todos os alimentos em risco de extinção pode ser consultada no site <https://slowfoodbrasil.org.br/arca-do-gosto/>. Acesso em 25.04.2024.

<sup>29</sup> A produção do dendê, por exemplo, vem provocando violentos conflitos socioambientais nos municípios de Tomé-Açu e do Acará e está se expandindo para o município de Abaetetuba, conforme denúncia das comunidades na audiência sobre mercado de carbono realizada pelo Ministério Público Federal (MPF), em 26 de outubro de 2023, na Câmara Municipal de Abaetetuba.

Tabela 1 Produtos da sociobiodiversidade no Baixo Tocantins

<b>Categoria</b>	<b>Produtos da Sociobiodiversidade no Baixo Tocantins</b>
<b>Frutas</b>	abacaxi, açaí parau, acerola, ajuru, amora, araçá, bacaba, bacuri pari, banana grande, banana pequena, banana roxa, batata doce, biribá, cacau, cajarana, caju, cana fícha, cana-de-açúcar, camapu, cará branco, cará moela ou cará do ar, cará roxo, carambola, castanha do pará, coco seco, coco verde, cupuaçu, goiaba, ingá, laranja da terra, laranja, limão galego, limão toranja, limãozinho, mamão banana, mamão, manga, maracujá, mari, maxixe, melancia, miriti, piquiá, pupunha pequena, pupunha, taperebá, tucumã (50)
<b>Hortaliças, grãos, tubérculos e raízes</b>	abóbora, alface, alfavaca, cariru, caruru, cebola, cebolinha, cheiro verde, chicória, couve, espiga de milho, favaquinha, jambu, macaxeira, manjeriço, manjerona, ora pro nobis, orelha de macaco, palmito, pimenta malagueta, pimenta queimosa, pimentão, pimentinha de cheiro, quiabo, salsa, tomate cereja, tomate, urucum (28)
<b>Plantas Medicinais</b>	amor crescido, arruda, alfavaca, andiroba, algodão, babosa, boldo, capim marinho, coramina, cipó alho, cumaru, erva cidreira, folha de algodão, folha de canela, gengibre, hortelã, marcela, marupazinho, sete dores, flor da vinagreira, vindica, espada de iansã, vick, jucá (24)
<b>Plantas ornamentais, mudas e sementes</b>	dinheiro em penca, Lágrima de Nossa Senhora, muda de cacto, muda de banana, muda de catinga de mulata, muda de açaí, muda de pimenta, muda de hortelã pimenta, muda cupuaçu, muda coco, muda limão, muda de patchuli, muda pião roxo, muda de comigo ninguém pode, muda de espada de São Jorge, muda de cará moela, muda de cacau, muda de abacaxi, muda de urucum, muda de graviola, muda de laço de amor, muda de babosa, mudas de acapú, muda de capim marinho, mudas de ingá, plantas diversas, sementes pepino (26)
<b>Animais e produtos de origem animal</b>	camarão, frango caipira, galinha caipira, frango caipirão, galo caipira, galo caipirão, ovo de pato, ovo caipira, porco, peixe mandubé, peixe tainha, peixe mapará, peixe pescada, peixe acari, pato, turu (15)
<b>Artesanato</b>	biojóias (anel de Tucumã, brinco/cordão/pulseira de semente de açaí), paneiro (pequeno e grande), matapi, mandalas de miriti (4)
<b>Produtos beneficiados e alimentos mistos</b>	tucupi, molho de pimenta, óleo de andiroba, óleo de arruda, óleo de coco, paçoca, pó de cacau, polpa cacau, polpa de cupuaçu, suco caju do mato, suco de cacau, suco de taperebá, tapioca, tucupi, vinho de miriti, xarope (16)
<b>Serviços/ outros</b>	trabalho na roça, na padaria, nos sistemas agroflorestais e na construção civil (4)
<b>Total</b>	185

Fonte: Adaptado do Monitoramento FASE Amazônia / Fundo Dema 2023.

A reflexão coletiva sobre a sociobiodiversidade nos territórios também abarcou a importância dos quintais, espaços especiais para a agroecologia na Amazônia e em todo o país. Os chamados quintais produtivos são percebidos muitas vezes como extensão do espaço doméstico e não são vistos por quem é de fora da comunidade, ou às vezes por quem é da comunidade e não se envolve em atividades produtivas coletivas, enquanto espaços que geram renda no sentido monetário.

A partir da concepção da agroecologia, os quintais são conceituados como forma de organizar e produzir socialmente e economicamente, ou seja, como espaços coletivos de transformação. Para esta pesquisa, o desafio é pensar nos quintais enquanto espaços de comunicação sobre modos de vida amazônicos e sobre a importância da economia feminista e popular praticada no território Pirocaba. Scalabrin *et al* (2020) ressaltam a importância dos quintais para a segurança alimentar e nutricional das famílias, o que foi possível constatar nos territórios visitados em Abaetetuba, com a enorme variedade de espécies frutíferas, medicinais, além de hortaliças e leguminosas apresentadas pelas mulheres em visitas guiadas aos quintais.

O quintal também é comumente compreendido como espaço apenas de socialização e não de produção, como o lugar que sempre tem uma mesa e cadeiras para alocar as conversas, lugar de diversidade e trabalho não notados. Todavia, os espaços produtivos geridos pelas mulheres também são áreas que apresentam grande biodiversidade, além disso há confecção de produtos que complementam a alimentação e a renda de forma saudável gerando segurança alimentar e nutricional às famílias (Scalabrin *et al.*, 2020, p. 3).

Weitzman *et al.* (2021) observam que os quintais também podem ser concebidos como espaços para a introdução de novas culturas, experimentação nos modos de produzir e a transmissão de conhecimentos tradicionais para as futuras gerações, na lida constante com os ciclos da natureza. Dessa forma, concebe-se os quintais produtivos ou agroecológicos como espaços de produção e reprodução da vida mais importantes do que se considera nas análises econômicas, daí a importância do olhar da economia feminista para esses espaços.

Daniela Araújo nos apresentou seu quintal durante viagem de campo ao território Pirocaba realizada em novembro de 2023 (Figura 13). Além de liderança, ela desempenha “muitas outras funções”, como costuma repetir. Na cozinha da sua casa funciona uma máquina de bater açaí<sup>30</sup>, onde a família se reúne no período da safra para preparar o alimento e vendê-lo no próprio território. Daniela também produz pães doces e salgados, além dos tradicionais

---

<sup>30</sup> Tecnicamente denominada despolpadeira de açaí.

biscoitos de castanha, muito consumidos em todo o município de Abaetetuba. Conectada à casa da agroextrativista existe uma pequena panificadora, onde comercializa essa produção.

O quintal de casa representa vida. É a melhor palavra que encontro pra definir porque ele me transmite vida todos os dias. Também representa ancestralidade porque eu herdei esse amor pelo quintal da minha avó. E tenho um cuidado grande com as plantas para preservá-las porque elas nos alimentam, em primeiro lugar, e geram renda também. Minha família me ajuda com o quintal, mas eu escolhi cada planta, o lugar onde ficam e cuido com muito amor... Essa aqui é a lágrima de Nossa Senhora (Figura 13). Fazemos o chá quando as mulheres estão com dor na urina. Tenho aqui outras medicinais: algodão, jucá, hortelã, mirra, macela, arnica, catinga-de-mulata, marupazinho, gengibre e babosa. Cada uma delas tem uma função pra saúde e muitas vezes faço doação quando familiares e amigos precisam. Eu já tinha uma grande variedade de plantas e árvores frutíferas, mas quando comecei a anotar na caderneta, decidi me desafiar e aumentar ainda mais essa diversidade. Então comecei a fazer experiências com as mudas e sementes trocadas aqui no território ou quando fazemos trocas nos encontros com outras mulheres. (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2022)

Além das medicinais, Daniela plantou raízes, como batata doce, macaxeira, mandioca e acará. Entre as frutíferas se destacam açaí, cupuaçu, pupunha, jaboticaba, toranja, ingá, banana, côco, limão, acerola, fruta-pão, graviola, totalizando mais de trinta espécies, sem incluir as plantas ornamentais do jardim. O relato de Daniela mostra a importância dos quintais para a economia do território, mas também para a segurança alimentar, para a saúde da comunidade e para o fortalecimento de laços afetivos.

Figura 13 Daniela apresenta a planta lágrimas de Nossa Senhora, no quintal (esquerda). A agroextrativista produz açaí destinado ao consumo e venda no Território Pirocaba (direita)



Fonte: Autoria própria, 17 e 18 de novembro de 2023.

Para Jalil, Silva e Oliveira (2019), é possível questionar, a partir da realidade dos quintais, a visão da natureza “apenas como fornecedora de matéria-prima, e uma agricultura voltada para o mercado e para a produção de mercadorias e não para a vida”. Isso se comprova no Pirocaba e nos quintais de outros territórios visitados em Abaetetuba. Todas as mulheres ouvidas relatam que estar no quintal é importante para elas em muitos sentidos: como lugar de trabalho, de cuidado com a família e com a comunidade e ainda como local de lazer e de celebração da vida.

A comunicação e as interações sociais nesse espaço incluem as conversas das mulheres com filhas, filhos e outros membros da família, momentos em que transmitem informações sobre cuidados com as plantas, criação de animais - principalmente patos e galinhas-; e trocam ideias sobre diversos aspectos do cotidiano; encontros com vizinhas para compartilhar receitas de chás e outros remédios para a saúde do corpo e do espírito; e até realização de encontros e festas.

## **2.6 A Caderneta Agroecológica como ferramenta para uma comunicação contra-hegemônica territorializada**

A organização produtiva e territorial incentivada pelo uso das Cadernetas Agroecológicas transformou a economia e a vida das mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba. A potencialidade organizativa das cadernetas foi confirmada por meio dos relatos das agroextrativistas, pescadoras e artesãs nas entrevistas e em depoimentos nas formações político-pedagógicas. Tudo isso ocorre a partir do uso de um instrumento muito simples, que lança luz sobre o valor do trabalho e da produção das mulheres.

Ao comunicarem sobre a importância da produção das mulheres, invisibilizada pelo sistema capitalista machista, racista e patriarcal, as cadernetas agroecológicas rompem com esse apagamento histórico e reconhecem o trabalho das mulheres na centralidade da reprodução da vida. As cadernetas comunicam ainda sobre territorialidades amazônicas, ou seja, sobre formas de vida que incorporam a construção de conhecimentos por meio da experimentação, da criatividade e de saberes que atravessam gerações em consonância com a natureza.

Paralelamente ao uso das cadernetas agroecológicas, o Território Pirocaba passou pelo processo de elaboração do seu Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, lançado em 2018, e posteriormente, pela elaboração do Plano de Gestão Territorial, lançado em 2022. Uma análise mais detalhada desses documentos será realizada no próximo capítulo, onde será abordado o projeto do Terminal de Uso Privado da Cargill e suas estratégias de comunicação hegemônica. Cabe enfatizar que ambos os processos tiveram ampla participação da comunidade e foram liderados pelas mulheres reunidas na ASAPAP, com apoio da FASE e, no caso do Protocolo de Consulta, do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE).

Dessa forma, nos últimos anos, como consequência da utilização das cadernetas e do processo de organização produtiva e territorial, as mulheres passaram a participar de eventos (Figura 14) e feiras agroecológicas (Figura 15), retomaram a produção do artesanato e construíram a Casa de Cultura Cabas de Fogo, por meio de mutirões. O local representa uma enorme conquista para a arte e para cultura do território. Além disso, elas foram convidadas para participar de eventos em outros estados e, em uma ocasião, fora do Brasil para falar sobre suas experiências relacionadas às cadernetas agroecológicas e ainda sobre temas como segurança e soberania alimentar, racismo ambiental e o papel das mulheres no combate às mudanças climáticas.

Figura 14 Daniela Araújo, do Território Pirocaba, participa do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, no Rio de Janeiro



Fonte: Autoria própria, 22 de novembro de 2023.

Uma grande vitória apontada pelas agroextrativistas do Território Pirocaba após a organização da produção advinda do uso das cadernetas foi a inclusão do território no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal. Dessa forma, os alimentos produzidos por elas no território são vendidos periodicamente com preços mais justos e transporte garantido, pois o caminhão do programa chega até o território nos dias combinados com a comunidade.

Figura 15 Dayane Araújo, do Território Pirocaba, na Feira Agroecológica da FASE, em Belém



Fonte: Autoria própria, 21 de setembro de 2023.

É possível perceber, por meio do trabalho de relatoria gráfica, dos ilustradores Rodrigo Leão e Brendal Farias (Figura 16), realizado durante a formação *Programa de Formação Mulheres em Agroecologia na Amazônia: projetando ideias e construindo memórias coletivas*, que diversas linguagens vêm sendo utilizadas para estimular a comunicação e a troca de experiências entre as mulheres durante as formações.

A frase “todas são pesquisadoras, é uma pesquisa coletiva” foi pronunciada pela educadora Jaqueline Felipe, da FASE, durante a formação, para mostrar que todas as participantes podem investigar, experimentar e participar ativamente das reflexões provocadas

pelas Cadernetas Agroecológicas enquanto processo de pesquisa, de formação política e de comunicação, conforme defendemos.

Figura 16 Relatoria gráfica do encontro com as mulheres que utilizam a Caderneta Agroecológica



Fonte: Elaboração dos ilustradores Rodrigo Leão e Brendal Farias.

Diante do desafio de pensar o potencial das Cadernetas Agroecológicas e das formações político-pedagógicas associadas a elas em diálogo com a comunicação contra-hegemônica de base territorial confirmou-se, em primeiro lugar, a necessidade de iniciativas voltadas para o desenvolvimento desta comunicação forjada nos territórios. Tanto nas entrevistas quanto nas formações, esse interesse foi exposto claramente pelas agroextrativistas, como Dayane Araújo, em roda de conversa realizada em 2023.

Precisamos muito de uma comunicação nossa, que faça ecoar nossas vozes pra outros lugares, que seja feminista também. Queremos mostrar que temos trabalho no nosso território, que somos mulheres agroextrativista, artesãs, pescadoras e temos nossa produção anotadas nas cadernetas agroecológicas, nosso trabalho, nossa economia e fazemos resistência. Não queremos mais que fiquem falando por nós. A gente quer mostrar que nosso território é maravilhoso, um território do bem viver. E precisamos também fazer nossas denúncias sobre todas as formas de violação que sofremos com esses grandes projetos; esse capital que só vê terra e não vê gente nos territórios. Por isso precisamos muito ter a nossa comunicação que possa mostrar nossas lutas, mas também as nossas vivências, que são únicas. (Dayane Araújo, Território Pirocaba, 2023)

Em 2024, com a retomada das ações emergenciais de combate à fome e apoio à agricultura familiar extintas durante o governo Bolsonaro (2019-2022), foram observadas algumas descontinuidades no monitoramento das cadernetas no Baixo Tocantins em virtude dos projetos prioritários alavancados pelo Governo Federal aos quais a FASE e o Fundo Dema precisaram dedicar atenção. Deixamos claro nos objetivos específicos que não cabe a esta pesquisa uma avaliação sobre a aplicação das cadernetas. Nosso interesse está no que elas comunicam sobre a produção e o trabalho das mulheres do Território Pirocaba, conforme análise realizada neste capítulo.

No entanto, foi possível testemunhar os processos revolucionários ocorridos nas vidas das mulheres nos territórios do Baixo Tocantins, do Nordeste Paraense e dos Baixo Amazonas por meio dos depoimentos nas formações que acompanhamos e, mais de perto, no Território Pirocaba, onde efetivou-se a pesquisa de campo. Por esse motivo concordamos com Anschau<sup>31</sup>, quando observa que a caderneta ataca as raízes da sociedade patriarcal e acrescentamos a importância de incentivar e ampliar seu uso na Amazônia paraense, onde está comprovado o papel significativo das mulheres no enfrentamento aos projetos desenvolvimentistas que ameaçam a natureza e os modos de vida de populações tradicionais.

A caderneta agroecológica rompe não só a dicotomia clássica entre o espaço público e o privado. Ela rompe, também, com a divisão entre produtivo e reprodutivo e, dessa forma, ataca as raízes da sociedade patriarcal. Essa tecnologia enfatiza o gênero e o empoderamento feminino, mostrando que a sociedade como tal só é possível por meio do trabalho incessante de cuidados das mulheres. Além disso, ela reconstrói a agroecologia porque ela deixa de estar à margem de um sistema de produção alimentar. A resistência é um dos pontos, tão importantes como a soberania e a segurança alimentar, as relações sociais e com o meio, o cuidado com a terra e a importância do local – o saber, o querer (Anschau, 2020, p.116).

Os diálogos iniciados com as agroextrativistas do Pirocaba nas primeiras formações político-pedagógicas que pudemos acompanhar evoluíram para a necessidade de ações específicas de comunicação contra-hegemônica pensadas e planejadas por meio da pesquisa-ação. Esse diálogo foi sendo alinhavado à medida que se estabeleceu uma relação de confiança construída no acompanhamento dos protestos, reuniões e diversas programações em que estivemos ao lado das defensoras do território.

---

<sup>31</sup> Andreia Anschau, também integrante do grupo de pesquisa ReExisTerra, liderado pela professora Marcela Vecchione Gonçalves defendeu em 2020, a dissertação “FLORES DA TERRA: mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico”, onde abordou a utilização das cadernetas agroecológicas na região do Baixo Tocantins a partir do olhar da economia.

## 2.7 Considerações e articulações sobre as Cadernetas Agroecológicas

Neste capítulo, investigamos o potencial da Caderneta Agroecológica como meio e como suporte para a comunicação contra-hegemônica, destacando a importância da produção agroecológica e do trabalho de reprodução social das mulheres no Território Agroextrativista Pirocaba. As cadernetas foram percebidas tanto como instrumentos para a valorização do trabalho das mulheres quanto como meios de resistência e organização socioterritorial.

A utilização das Cadernetas Agroecológicas revelou-se crucial para a economia feminista, possibilitando às mulheres monitorar e visibilizar sua produção diversificada, frequentemente não contabilizada nos sistemas tradicionais de produção. Esse instrumento metodológico também possibilitou a troca de conhecimentos e experiências entre as agroextrativistas, promovendo maior coesão e fortalecimento das lideranças femininas no Território Pirocaba.

Conclui-se que as cadernetas podem ser utilizadas para comunicar o trabalho, a produção e a resistência das mulheres em confronto com projetos voltados à territorialização do capital transnacional que comprometem os modos de vida dos territórios de Abaetetuba e, especialmente do Território Agroextrativista Pirocaba, ao qual dedicamos esta pesquisa. As formações político-pedagógicas associadas ao uso das cadernetas também demonstraram ser espaços privilegiados para a comunicação e articulação entre as mulheres de diferentes territórios, fortalecendo suas lutas pela segurança alimentar, geração de renda, preservação da sociobiodiversidade e defesa territorial.

Assim, o foco do próximo capítulo será a comunicação hegemônica realizada pelas grandes corporações, verificando especificamente a atuação da Cargill, relacionada ao projeto do Terminal de Uso Privado em Abaetetuba. Serão examinados produtos de comunicação corporativa e empresarial voltados para o “relacionamento com a comunidade”. Esta é uma análise importante para a pesquisa-ação sobre formas de comunicação contra-hegemônicas voltadas para a defesa territorial praticada pelas mulheres do Território Pirocaba, a partir da observação das artimanhas utilizadas pelo capital transnacional para reeditar antigas narrativas e discursos sobre o desenvolvimento da Amazônia.

### **3 A “COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE” E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL: O PORTO DA CARGILL EM ABAETETUBA**

O projeto do Terminal de Uso Privado (TUP) da Cargill em Abaetetuba representa interesses hegemônicos do agronegócio ao mesmo tempo que exemplifica o avanço do capital transnacional sobre territórios agroextrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas na Amazônia paraense, ameaçando economias da vida como aquelas visibilizadas pelas Cadernetas Agroecológicas, conforme pudemos presenciar no Território Agroextrativista Pirocaba e apresentar no capítulo anterior.

O desafio deste capítulo é compreender como esses grandes empreendimentos têm utilizado ferramentas de “relacionamento com a comunidade”, envolvendo seu aparato de comunicação corporativa e empresarial<sup>32</sup>, para defender os interesses hegemônicos que representam. No caso da Cargill, foi observado o uso desse aparato para convencer a população de Abaetetuba sobre supostos benefícios que trariam “progresso” ao município por meio da geração de emprego e renda e do avanço tecnológico. Argumentamos que a empresa vem atualizando narrativas construídas há décadas por megaprojetos similares que causaram enormes prejuízos aos povos indígenas e populações tradicionais do Baixo Tocantins.

No capítulo anterior, procuramos investigar por meio da experiência das mulheres do Território Pirocaba o potencial das cadernetas para subsidiar um processo de comunicação embasado nas territorialidades vivenciadas e co-constituídas por elas, as quais envolvem: a pluralidade de atividades que desenvolvem (agroextrativismo, pesca, artesanato, produção de óleos entre outras); a conservação da sociobiodiversidade e a transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais; a prática das economias feminista e popular; e a luta pela permanência nos territórios em conexão com a natureza.

Mas antes de adentrarmos no processo de comunicação contra-hegemônica planejado e colocado em prática com as mulheres do Território Pirocaba por meio da pesquisa-ação é fundamental analisar a comunicação concebida pela Cargill, objetivo deste capítulo. Para pensar uma comunicação contra-hegemônica conectada com as demandas das mulheres, é

---

<sup>32</sup> A comunicação empresarial ou comunicação organizacional pode ser definida como uma área de estudo e prática que busca estabelecer e fortalecer a relação entre as organizações e seus públicos por meio de estratégias de comunicação, segundo autores como Kunsch (2003) e Bueno (2009). Bueno alerta que existem distorções importantes entre a teoria sistematizada na academia e a prática nas empresas, com pouca autonomia dispensada aos profissionais da comunicação.

importante compreender como opera a comunicação dessa corporação na sua relação com a Amazônia paraense, especialmente quanto ao projeto do TUP Abaetetuba.

A partir das reclamações das mulheres do Pirocaba sobre produtos de comunicação divulgados nos territórios sem autorização das lideranças, passamos a observar e coletar arquivos de programas de rádio veiculados em Abaetetuba; a cartilha sobre o Terminal de Uso Privado, produzida pela Cargill; e sua própria página na Internet, dedicada à divulgação do projeto. Por meio da análise desses produtos, procura-se compreender como a hegemonia da Cargill se estende às suas práticas comunicacionais. A ideia é criar capacidades e meios para discutir e colocar em ação uma comunicação contra-hegemônica desde o território.

Antes da realização da análise dos produtos de comunicação e de “relacionamento com a comunidade” produzidos pela corporação, é necessário situar em que contexto a empresa pretende instalar o novo TUP no Pará. Para isso, contamos com apoio da revisão bibliográfica e documental sobre o tema. Também serão abordadas ações de resistência dos territórios à construção do TUP Abaetetuba. Durante a pesquisa de campo no município, foi possível acompanhar manifestações realizadas pelos territórios por ocasião de audiências judiciais; protestos em datas de luta e resistência; além de uma série de oitivas – escutas das comunidades - coordenadas pela Defensoria Agrária de Castanhal<sup>33</sup>, vinculada à Defensoria Pública do Estado (DPE), em 2023, nos territórios mais prejudicados pelo projeto do TUP.

O acompanhamento das manifestações e protestos ocorreu junto às mulheres do Pirocaba. Elas participam ativamente das mobilizações que integram os vários territórios de Abaetetuba na luta pelos seus direitos ambientais e socioterritoriais. Nessa etapa da pesquisa, nosso olhar se voltou principalmente para elas, na medida em que poucas pesquisas sobre as resistências aos megaprojetos na região do Baixo Tocantins têm se dedicado ao protagonismo das mulheres nesses processos.

### **3.1 O projeto do TUP Abaetetuba**

Abaetetuba é o sétimo município mais populoso do Pará, com mais de 158.188 habitantes (IBGE 2024), conhecido pela pesca de camarão com uso do matapi<sup>34</sup>, pela produção do açaí, da cachaça artesanal e de brinquedos confeccionados a partir da fibra da palmeira do

---

<sup>33</sup> O Pará tem apenas cinco Defensorias Agrárias para todo o estado, vinculadas à DPE. Elas buscam assegurar direitos dos territórios tradicionais de comunidades quilombolas, ribeirinhos, agroextrativistas e indígenas, entre suas funções. A Defensoria Pública Agrária de Castanhal é responsável por 75 municípios, entre eles Abaetetuba.

<sup>34</sup> O matapi é um instrumento para captura de camarão feito com talas de miriti.

miriti (*Mauritia flexuosa*). Os brinquedos de miriti, tradicionalmente vendidos em Belém durante o Círio de Nazaré e em eventos como o *Miritifest*, em Abaetetuba, representam o universo ribeirinho amazônico com seus barcos, canoas, casas, pessoas e animais, entre outros itens, e são considerados Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará por meio da Lei Estadual 7.433/2010.

Localizado em uma região geograficamente privilegiada, o município de Abaetetuba tem ligação fluvial tanto com as águas azuladas do Rio Tocantins, por meio da chamada Baía do Marapatá, a oeste, quanto com as águas barrentas da Baía do Marajó, a partir da Baía do Capim, mais ao leste. A Cargill planeja instalar o Terminal de Uso Privado (TUP) na ilha Urubuêua, em frente ao Furo do Capim, área estratégica para o transporte da produção nas ilhas de Abaetetuba, pois permite acesso ao longo curso de rios que desaguam no Oceano Atlântico. O furo do Capim também é muito utilizado para o transporte de passageiros de Abaetetuba e de outros municípios, pois suas águas estão protegidas das fortes correntes da Baía do Marajó.

Segundo a empresa informa na página oficial do projeto na Internet (Figura 17)<sup>35</sup>, o TUP Abaetetuba terá como principal objetivo o escoamento de grãos como soja e milho, produzidos nas regiões Norte e Centro-Oeste, para mercados externos por via fluvial (rios e oceanos) sem uso de rodovias. China e Estados Unidos são os mercados principais. A página é intitulada “O mais novo projeto da Cargill no Brasil”. O porto de Abaetetuba teria movimentação de nove milhões de toneladas de carga por ano, ao operar na sua capacidade total, quase o dobro da capacidade do terminal graneleiro da Cargill em Santarém.

---

<sup>35</sup> A página da Cargill voltada ao projeto do TUP Abaetetuba pode ser consultada no endereço [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/abaetetuba](https://www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba). Acesso em 12 de junho de 2024.

Figura 17 Apresentação do TUP Abaetetuba, na página da Cargill na Internet

The screenshot displays the Cargill website's interface for the TUP Abaetetuba project. At the top, the Cargill logo is accompanied by the tagline "Helping the world thrive". Navigation links include "Cargill no mundo", "Fale Conosco Brasil", "SAF", and a search icon. Language options for "Brasil", "Português", and "English" are available. The main navigation bar includes "Início", "Sobre", "Sustentabilidade", "Produtos e Serviços" (highlighted), "Notícias", "Carreiras", and "Localidades".

The breadcrumb trail reads: "INÍCIO / PRODUTOS E SERVIÇOS / SERVIÇOS PORTUÁRIOS / TERMINAL DE ABAETETUBA". The sidebar lists various product categories, with "Serviços Portuários" expanded to show "Terminal de Abaetetuba". The main content area features a large heading: "O mais novo projeto da Cargill no Brasil". Below the heading, a text block describes the terminal as a port facility for grain (soy and corn) from Pará, Rondônia, and Mato Grosso, to be shipped via rivers and oceans. It also mentions the project's benefits, such as job creation and social development.

A video player is embedded, showing an aerial view of the terminal with a red play button. The video player includes a "Cargill" logo, a "Terminal de Abaetetuba" title, and options to "Assistir m..." and "Compartilh...". A "Assistir no YouTube" button is located at the bottom left of the video player.

Fonte: Reprodução *website* da Cargill na Internet.

A Cargill é uma corporação transnacional do ramo alimentício com sede em Minnesota, nos Estados Unidos, estando presente em dois dos biomas mais importantes do Brasil. Ela tem unidades de produção, armazenamento e escoamento de grãos em três estados da Amazônia (Pará, Mato Grosso e Rondônia) e em seis estados incluídos no bioma Cerrado (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Paraná e São Paulo). No Pará, a Cargill opera um porto graneleiro de tipo TUP em Santarém e uma Estação de Transbordo de Carga (ETC), no distrito de Miritituba, no município de Itaituba.

A página da Cargill na Internet dedicada ao projeto do TUP Abaetetuba constitui a principal forma de comunicação com os públicos da empresa. Conforme a apresentação disponível, o TUP será instalado em um terreno de aproximadamente 400 hectares “com excelente profundidade para navegação e transporte por barcaças e navios” (Cargill, 2024). A empresa acrescenta que, com a instalação do terminal portuário, pretende completar o sistema de operação pelos rios da Amazônia. São muitas as promessas da Cargill para o município de Abaetetuba publicizadas no site institucional:

A instalação do terminal vai agregar ainda mais valor à cidade de Abaetetuba, no Pará, gerando empregos formais, capacitação de mão de obra local, desenvolvimento de projetos sociais, atração de mais negócios ligados ao empreendimento, entre outros benefícios (Cargill, 2024).

Além das informações gerais, é possível acessar, na página principal, um vídeo sobre o projeto do terminal de Abaetetuba, a cartilha voltada aos territórios e uma área de perguntas frequentes que serão analisados neste capítulo. Os arquivos do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) podem ser baixados no mesmo local. Os textos contidos na página estão disponíveis em português e inglês.

A análise inicial da página da Cargill na Internet impressiona pelo amplo espaço dedicado ao projeto e por reforçar a mensagem de que o porto será, de fato, construído em Abaetetuba, como se não existissem processos judiciais, incluindo um concernente ao Licenciamento Ambiental, com graves denúncias sobre a postura da corporação diante da condução do mesmo licenciamento. Não há espaço algum de diálogo com a população além da seção “Fale conosco”, que disponibiliza um telefone de contato e uma caixa para mensagens por e-mail. Esse tipo de serviço se propõe a ser interativo, mas não abre qualquer possibilidade ao debate público. Pesquisador da comunicação empresarial, Bueno observa que o mercado profissional no Brasil tem flexibilizado inúmeros conceitos da área com objetivo de acomodá-los a interesses comerciais, políticos ou pessoais.

A prática da Comunicação Empresarial tem, sistematicamente, afrontado a noção de pluralidade ao propor e operacionalizar processos que estão comprometidos com a simplificação, com a negação da complexidade. Isso ocorre particularmente com a perspectiva que desconsidera a existência de públicos múltiplos e, em consequência, ignora a necessidade de planejar canais de relacionamento para dar conta dessa multiplicidade (Bueno, 2009, p.123).

Em concordância com Bueno, acrescentamos que, no caso da Cargill, a situação é ainda mais grave porque não se trata apenas de ignorar a diversidade dos públicos, aspecto importante nos processos de comunicação, mas a empresa também ignora que há inúmeras reclamações e denúncias sobre o projeto do TUP Abaetetuba e, principalmente, sobre a atuação da empresa nos territórios tradicionais. Dessa forma, entende-se que não há preocupação com a criação de um espaço de interação e debate público no site da empresa.

O vídeo “Terminal de Abaetetuba”, reproduzido acima, na Figura 17, em destaque na página da corporação<sup>36</sup> foi postado originalmente no canal do YouTube da empresa (Cargill, 2021). O vídeo chama atenção, inicialmente, pelas imagens produzidas que evocam a natureza:

---

<sup>36</sup> O vídeo pode ser visualizado na página da Cargill: [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/abaetetuba](https://www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba). Acesso em 15 mai. 2024.

um barco desliza pelo rio ao pôr do sol, uma arara azul arruma as penas e um pescador joga a rede em mais um dia de trabalho na Amazônia. “Ajudar o Brasil e o mundo a prosperar. Esse é o compromisso da Cargill” são as frases iniciais do texto da produção audiovisual, que tem duração de cinco minutos. Destaca-se a utilização de diversas mensagens que enfatizam a sustentabilidade como preocupação da multinacional. “Nutrir o mundo de maneira segura, responsável e sustentável é a missão da Cargill” enuncia a locutora, acrescentando que a empresa está no Brasil há mais de 55 anos.

A produção audiovisual também procura chamar atenção para a dimensão da atuação da Cargill, enfatizando seu alcance internacional e destacando as marcas que compõem seu portfólio de produtos “muito conhecidos no Brasil”, tais como Pomarola, Mazola, Liza, Purilev e Maria. O vídeo também atesta a presença da corporação em 17 estados e 147 municípios, com 23 fábricas, sete terminais portuários e onze mil funcionários. Conforme expresso no vídeo, “Nossos negócios criam muitas oportunidades para brasileiros e brasileiras” (Cargill, 2024).

Neste trecho, a comunicação exalta a hegemonia da empresa no mercado mundial, mobilizando sentidos de poder, autoridade e força. Segundo o ranking anual Maiores Empresas Privadas da América, da Forbes EUA, a Cargill foi considerada, em 2023<sup>37</sup>, a maior empresa de capital privado dos Estados Unidos, tendo alcançado o topo do ranking pelo terceiro ano consecutivo. Segundo a publicação, as receitas do ano fiscal da Cargill, encerrado em maio de 2023, registraram um recorde de US\$ 177 bilhões, com aumento de 7% em relação ao ano anterior. Importante observar que, contraditoriamente, em 2023, foram divulgadas várias acusações sobre a atuação da Cargill<sup>38</sup> no Brasil e em outros países onde atua.

A partir dos dois minutos iniciais do vídeo, a narrativa passa a ter o projeto do TUP Abaetetuba como foco central (Figura 18). A produção enuncia que o porto vai tornar “ainda mais forte” a infraestrutura logística da Cargill. Destaca que o município tem grande tradição no comércio fluvial. Cita outras três exportadoras operando em três terminais do município vizinho, Barcarena. Acrescenta que o porto de Abaetetuba vai funcionar apenas por modal

---

<sup>37</sup> A notícia e o ranking das maiores empresas privadas estão disponíveis no site da Forbes nos EUA. <https://www.forbes.com/sites/andreamurphy/2023/11/14/americas-largest-private-companies-2023-cargill-stays-on-top-spacex-debuts/?sh=28b7ff8a49cf>. Acesso em 2 de maio de 2024.

<sup>38</sup> Cargill é alvo de denúncia na OCDE por falta de rastreabilidade da soja brasileira e impacto no desmatamento. <https://climainfo.org.br/2023/05/04/cargill-e-alvo-de-denuncia-na-ocde-por-falta-de-rastreabilidade-da-soja-brasileira-e-impacto-no-desmatamento/>. Cargill quer ampliar sua destruição na Amazônia. <https://insustentaveis.sumauma.com/cargill-quer-ampliar-destruicao-amazonia/>. Acesso em 5 de junho de 2024.

hidroviário, pelos rios da região. Por isso seria uma opção “mais rápida e ambientalmente correta, com menos poluição e menor interferência no modo de vida local” (Cargill, 2021).

Figura 18 Trecho do vídeo do TUP Abaetetuba simula a área de instalação no Furo do Capim



Fonte: *Frame* da reprodução do vídeo “Terminal de Abaetetuba”, no YouTube da Cargill.

Durante a pesquisa de campo, nas duas vezes em que foi possível visitar o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso, na Ilha Urubuêua, exatamente onde a Cargill pretende instalar o porto, essa informação não se confirmou, pois as lideranças do território reclamam justamente quanto à interferência nos seus modos de vida provocada principalmente pelas barcas de empresas que se dirigem ao porto onde operam para escoamento de cargas, em Barcarena. Isso ocorre quando as enormes embarcações são deixadas em espera próximo à ilha, interferindo no transporte e na pesca.

Integrantes de uma família de pescadores do PAE Santo Afonso<sup>39</sup> contaram, em março de 2023, que o principal impacto é causado por estruturas de ancoragem, boias fixadas em frente à Ilha do Capim para receber balsas com carregamentos das empresas que utilizam o porto de Barcarena. Essas boias estão no centro de uma importante área pesqueira, onde os pescadores costumavam encontrar espécies como sardas e mapará, por exemplo. A presença das balsas imensas impede o trabalho de quem vive das águas. “Você tem que passar bem longe

<sup>39</sup> As famílias que vivem no PAE Santo Afonso, área mais próxima da Cargill, não serão identificadas para resguardar sua segurança.

delas. É muito agitado. É horrível pra gente quando vamos pescar. Eu pelo menos não gosto de ir lá perto, não consigo me equilibrar” (Informação verbal, 2023)<sup>40</sup>.

A interferência nos modos de vida não está restrita ao prejuízo à pesca. O fluxo intenso das grandes barcas com soja e milho impedem a passagem em segurança de pequenas embarcações, como canoas, lanchas e rabetas, gerando consequências para o trabalho, a alimentação e até a saúde dos ribeirinhos. Deslocamentos simples, como ir ao posto de saúde, podem se tornar arriscados. Os moradores da área são atendidos na Unidade Básica de Saúde (UBS) Rio Capim, com acesso pelo próprio Furo do Capim. Esse transporte ficará mais difícil e perigoso caso o porto da Cargill seja efetivado.

A simulação das instalações do porto utilizada no vídeo de divulgação da Cargill chama atenção pelo vazio na paisagem (Figura 19). A comunicação da empresa invisibiliza pessoas, moradias (Figura 20), transporte - com embarcações de todos os tamanhos -, economias e modos de vida locais. O Furo do Capim é utilizado, diariamente, pela população de Abaetetuba e de municípios vizinhos por embarcações que transportam açaí e outros produtos das ilhas e para o transporte de pessoas, num movimento constante de idas e vindas bem diferente das imagens apresentadas.

As imagens da simulação do porto presentes no audiovisual passam impressão de que o TUP será instalado onde só há vazio, apesar de a empresa declarar que “se importa com as pessoas em primeiro lugar”. Sobre a floresta “a maior parte será mantida intacta”, segundo o texto que reedita a invisibilização das populações amazônidas.

---

<sup>40</sup> Entrevista realizada em 2023 com participante omitido.

Figura 19 Espaços vazios chamam atenção na simulação da área do TUP produzida pela Cargill



Fonte: Reprodução do vídeo “Terminal de Abaetetuba”, no YouTube da Cargill.

Porto-Gonçalves (2005), já alertava sobre a gravidade da ideia do “vazio demográfico” atribuído à Amazônia, concepção que nega uma realidade complexa, “constituída por múltiplos sujeitos portadores de diferentes matrizes de racionalidade”. Essas formas de invisibilização constituem-se como estratégias voltadas para a manutenção das mesmas narrativas sobre a Amazônia, que também vêm sendo pesquisadas no campo dos estudos da comunicação por autores como Dutra (2009) e Costa (2022).

Figura 20 Moradia localizada na Ilha de Urubuéua, onde a Cargill pretende instalar o terminal portuário



Fonte: Autoria própria, 23 de março de 2023.

Ao investigar reportagens de TV sobre a Amazônia realizadas por jornalistas da região Sudeste, veiculadas na TV Globo, Costa (2022) encontra o mesmo apagamento dos sujeitos da Amazônia, no contexto do telejornalismo. Embora os produtos analisados tenham finalidades e origens diferentes, a invisibilização dos amazônidas é uma constante quando interesses hegemônicos estão em jogo. Para a autora, os textos televisivos apontam uma indissociação visível entre a floresta e o homem que vive a sua sombra.

Os sujeitos, enquanto habitantes do mundo da TV, não aparecem com suas potencialidades, conhecimentos, percepções, diversidades. São apresentados diariamente em nível nacional como a face obscura da floresta, como pinturas desbotadas de um quadro, como rostos congelados de retratos antigos. A metáfora metrópole/colônia persiste na impossibilidade de trazer ao mundo visível, midiático, as vozes representativas da região como atores principais (Costa, 2022, p.227).

Cabe lembrar que a Cargill reitera durante toda a narrativa que é uma empresa preocupada com a sustentabilidade e com a responsabilidade social. Segundo informa, a área do porto tem 400 hectares e teria cerca de 52 hectares de área construída ao final da construção. A locutora acrescenta que “por meio do diálogo com comunidades vizinhas vamos estabelecer condições para a manutenção de atividades extrativistas sustentáveis nessa área preservada”. Nas oitavas realizadas pela Defensoria Pública Agrária, em 2023, em Abaetetuba, lideranças das comunidades explicaram que sempre utilizaram esse terreno para coleta de açaí, conservando a floresta e se mostraram ofendidos com propostas para ensiná-los sobre sustentabilidade. Daniela Araújo resumiu esse sentimento de indignação durante a oitava realizada no Território Pirocaba.

Somos os donos destes territórios há muito mais tempo do que os representantes dessas empresas podem imaginar. Nossos ancestrais preservaram as florestas e nos ensinaram a fazer a mesma coisa porque dependemos do meio ambiente pra sobreviver, inclusive somos parte do meio ambiente. Tanto é verdade que vivemos em áreas muito preservadas até hoje, diferente do que essas grandes empresas fazem nos territórios onde entram. Nossa vida depende do compromisso com a natureza. Isso é muito diferente de promessas que saem da boca pra fora. Agora querem nos ensinar sobre sustentabilidade? Não dá pra acreditar. (Daniela Araújo, 2023)

Ao explicar como o porto vai operar (Figura 21), o vídeo da Cargill destaca ainda a “segurança do empreendimento”, pois nenhum processo industrial seria realizado no local. Sabe-se, entretanto, que nas operações de carregamento e descarregamento das barcaças e navios há risco de contaminação das águas em qualquer terminal de grande porte. O próprio porto da Cargill em Santarém foi denunciado por este motivo<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Reportagens mostram denúncias de contaminação das águas no porto da Cargill em Santarém. Navios cargueiros descartam água de lastro no rio Tapajós, em Santarém (PA). Disponível por Internet em <https://www.ufopa.edu.br/comunicacao/comunica/jornalismo/ufopa-na-midia-2/2023/julho/denuncia-navios-cargueiros-descartam-agua-de-lastro-no-rio-tapajos-em-santarem-pa/>

Figura 21 *Frame* do vídeo do TUP Abaetetuba sobre a operação do terminal



Fonte: Reprodução do vídeo “Terminal de Abaetetuba”, publicado no YouTube da Cargill.

É preciso observar que todo investimento da Cargill em propaganda, por meio de sua comunicação empresarial, não consegue minimizar as sérias críticas e questionamentos ao projeto do TUP Abaetetuba. No momento de finalização desta tese, em julho de 2024, a ação judicial contra a Cargill encontrava-se federalizada porque a área em questão é de propriedade da União<sup>42</sup>. A principal acusação é de que a área destinada ao TUP foi obtida por meio de grilagem de terras. Em junho de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação na Justiça para solicitar a suspensão do projeto. Segundo o MPF, o terreno integra a área do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso, localizado na ilha Urubuêua. Essa é uma das principais irregularidades apontadas contra a atuação da Cargill em Abaetetuba.

Sobre isso, Cardoso, Rodrigues e Sobreiro Filho (2022) observam que a Amazônia Oriental brasileira, principalmente o estado do Pará, é a região que apresenta grande destaque com projetos e investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura: energética, logística e construção de terminais portuários privados<sup>43</sup>. Os autores acrescentam que “a maior

<sup>42</sup> Mais informações estão disponíveis na reportagem “MPF pede suspensão de porto da Cargill em Abaetetuba (PA) por indícios de grilagem”, [https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-suspensao-de-porto-da-cargill-em-abaetetuba-pa-por-indicios-de-grilagem#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20Federal%20\(MPF,hidrovi%C3%A1rio%20em%20Abaetetuba%20\(PA\)\)](https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-suspensao-de-porto-da-cargill-em-abaetetuba-pa-por-indicios-de-grilagem#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%ABlico%20Federal%20(MPF,hidrovi%C3%A1rio%20em%20Abaetetuba%20(PA))). Acesso em 14. Jan. 2024.

<sup>43</sup> O “Arco Norte”, que inclui estados como Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará e Maranhão, na Amazônia Legal, e outros estados do nordeste do país, tornou-se um corredor estratégico para a exportação de commodities

fonte de atenção, em termos de planejamentos, financiamentos, incentivos e concessões de autorização no setor de infraestrutura têm sido a construção de terminais portuários privados” (2022, p.219). As consequências dos investimentos em políticas para infraestrutura voltadas à expansão do capital incorporam novas formas de exploração de terras e dos recursos em benefício da iniciativa privada, alertam.

O TUP Abaetetuba é um projeto estratégico para a Cargill com a finalidade de aumentar o fluxo e diminuir os tempos para a exportação de *commodities*, ampliando a existência de rotas para aplicação e disputas de investimentos, aumentando, assim, o lucro da corporação. No entanto, o porto não pode ser visto de forma isolada. O empreendimento faz parte de uma dinâmica mais ampla de produção e exportação da soja na Amazônia, incentivada pelo Estado em níveis nacional, regional e estadual.

O primeiro porto da Cargill na região amazônica começou a operar em Santarém, em 2003. A organização Terra de Direitos acompanha de perto as consequências sociais e ambientais da instalação e operação do TUP, tendo produzido reflexões e informações importantes, divulgadas por meio de relatórios e produtos de comunicação que dão visibilidade às consequências e acusações sobre irregularidades do empreendimento. De acordo com um desses documentos, a atuação da Cargill vem causando graves consequências na região:

Com três portos instalados na Amazônia brasileira, a Cargill tem operacionalizado significativamente a cadeia produtiva de *commodities* agrícolas, como soja e milho, do Brasil para o mundo. Desde 2003 – quando o primeiro porto começou a funcionar na cidade de Santarém, no Pará –, a Cargill apresenta relatórios anuais em que mostra planos de ações de sustentabilidade com, por exemplo, metas políticas de proteção às florestas, cadeias de produção de soja “limpa” e compromissos com o Acordo de Paris. No entanto, o que a empresa nunca demonstrou foram evidências de cumprimento da legislação ambiental brasileira na abertura de portos e nos processos de recebimento e armazenamento de grãos. Em quase vinte anos de atuação da Cargill na Amazônia, as grandes fazendas de soja aumentaram na Região Norte, no mesmo período em que as taxas de desmatamento subiram, contrariando as metas climáticas brasileiras. O número de caminhões e carretas de transporte graneleiro também aumentou, trazendo mais emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas rodovias cercadas de áreas desmatadas (Terra de Direitos, 2022).

Quanto ao projeto do porto da Cargill em Abaetetuba, é necessário considerar que o Baixo Tocantins é uma região de resistências plurais e históricas, que remontam a Revolta da Cabanagem (1835-1840). A construção do complexo industrial e do porto de Barcarena são exemplos de projetos desenvolvimentistas que provocaram terríveis consequências socioambientais à região, como deslocamentos forçados, expropriações de terra, desastres

ambientais, envolvendo contaminação do solo, das águas e do ar. Até hoje comunidades de Barcarena seguem na luta por seus direitos, especialmente ao território em nível mais profundo, e à moradia, em termos mais pragmáticos. Os territórios de Abaetetuba têm contado com o apoio das lideranças de Barcarena na resistência, pois enxergam com clareza a expansão contígua e contínua do capital transnacional na região (Guerreiro Neto, 2023), com todo o suporte do Estado, em detrimento da vida nos territórios tradicionais.

O capital estabelece conexões territorialmente contíguas entre os dois municípios e dali para o Baixo Tocantins e para Ponta de Pedras, no Marajó, na outra margem do rio Pará. Essas contiguidades estão atreladas a outras infraestruturas produtivas espalhadas pela Amazônia e também ao mercado internacional. Em frequência dissonante, há uma conectividade de vida que é ameaçada pela imposição de lógicas privadas de apropriação socioambiental. Os modos de viver na Amazônia por vezes circundam tempos distintos, envolvem contatos de outra natureza dos seres humanos entre si, com os viventes não humanos, com o cosmos. As dinâmicas comunitárias têm seus conflitos. Mas as demandas das atividades e logísticas voltadas à produção de commodities instauram processos de rompimento de vínculo, de fins de mundos. Para não acabarem sobrepostas pelo capital, as comunidades adensam seus nós com fluxos de resistência (Guerreiro Neto, 2023, p.14).

Antes da realização da análise dos produtos de comunicação da Cargill, percebidos por Guerreiro Neto (2023) como instrumentos para instaurar rompimento de vínculo, serão relatadas ações de resistência organizadas pelos territórios de Abaetetuba. Estas ações que descreveremos foram acompanhadas durante nossas visitas ao município, entre 2023 e 2024, sendo cinco destas visitas dedicadas somente ao Território Pirocaba.

### **3.2 “Território não é mercadoria”: resistências contra a instalação do TUP da Cargill**

Em janeiro e fevereiro de 2023, houve dois momentos da pesquisa de campo em Abaetetuba decisivos para nortear nossos objetivos e confirmar a necessidade da pesquisa-ação com foco na comunicação contra-hegemônica. O primeiro ocorreu no Território Pirocaba: a roda de conversa com lideranças dos territórios Quilombo Bom Remédio, Ilha do Capim, Caripetuba e do próprio Pirocaba, com o tema “Territórios em disputa: trajetórias de avanços das infraestruturas e da bioeconomia no Baixo Tocantins”, promovida pela FASE e pelo Fundo DEMA. O segundo momento foram as Oitivas realizadas pela Defensoria Agrária, vinculada a Defensoria Pública do Estado (DPE).

Além de escutar as denúncias das lideranças dos territórios, tivemos oportunidade de escrever uma notícia para o site da FASE (APÊNDICE F - REPORTAGEM “FASE PROMOVE ENCONTRO DE LIDERANÇAS”), sintetizando os assuntos abordados na roda de conversa. A escrita de textos jornalísticos para o site da FASE nesta e em outras mobilizações

ocorridas durante a pesquisa se configurou como contrapartida aos territórios para dar visibilidade às ameaças que vivenciam; também ajudou a dimensionar o problema da ausência do jornalismo contra-hegemônico, dada a raridade com que as denúncias dos territórios ganham espaço nos grandes veículos de comunicação.

Durante o encontro no Pirocaba (Figura 22), as lideranças dos territórios denunciaram a entrada da empresa Cargill nas comunidades por meio de organizações intermediárias que oferecem projetos sociais sem permissão das representações dos territórios, desrespeitando processos de tomadas de decisão coletivos, previstos nos Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nas comunidades que estão cientes dos seus direitos, não foi permitida a entrada dos membros das organizações que trabalham para a Cargill.

Figura 22 Lideranças se reuniram para tratar do avanço das infraestruturas em Abaetetuba, com apoio da FASE, do Fundo Dema e do grupo ReExisTerra, do NAEA/UFPA



Fonte: Autoria própria, 21 de janeiro de 2023.

Vanilson Cavalheiro, morador do Quilombo Bom Remédio e integrante da Frente de Defesa do Territórios do Baixo Tocantins, explicou que várias lideranças adoeceram no enfrentamento aos projetos das grandes corporações e precisaram se afastar dos encontros e atividades de mobilização para tratar da saúde física e mental. A situação que já ocorre há décadas no município de Barcarena, vêm se repetindo em Abaetetuba com o crescimento da pressão sobre as comunidades.

Essas grandes corporações oferecem vantagens que não se sustentam porque esses empreendimentos vão comprometer a água, a pesca, o transporte e a continuidade da vida. Quando prometem uma ambulância para assistência à saúde dos ribeirinhos, tá tudo errado. Esse é o papel do Estado e não da empresa privada. Não podemos ceder a esse tipo de oferta e prejudicar nossa permanência e nosso futuro nos territórios. Nossos idosos fazem questão de serem enterrados no mesmo lugar onde estão nossos antepassados (Vanilson Cavalheiro, Quilombo Bom Remédio, 2023).

Os Territórios Pirocaba e Quilombo Bom Remédio lançaram seus Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada (PCPLI) com apoio da FASE e da Defensoria Pública do Estado, entre outras organizações em 2018 e 2020 respectivamente, na esteira do crescimento do número de projetos de infraestrutura voltados para o município de Abaetetuba (Figura 23). Outros territórios nas ilhas de Abaetetuba estão em fase de construção dos seus documentos para protegerem os direitos das comunidades.

Figura 23 Protocolo de Consulta Prévia Livre e Informada do Território Pirocaba, lançado em 2018



Fonte: Reprodução própria a partir de original fornecido.

Além de relatar os problemas vivenciados pela comunidade desde a década de 1980 com a instalação do complexo industrial de Barcarena, o PCPLI do Território Pirocaba publiciza os direitos assegurados ao território pela Convenção 169 da OIT, lei internacional promulgada pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. O texto reforça que a comunidade tem que ser ouvida por meio da Consulta Prévia, Livre e Informada e pode optar por não autorizar a instalação de projetos que impactem seus territórios e modos de vida.

Nos garante o direito de ser consultados todas as vezes que os governos pretenderem construir uma obra ou aprovar uma Lei, Decreto ou outras medidas que possam afetar nosso território. Também sabemos que a Consulta deve ser Prévia, Livre e Informada, e que não é só sermos ouvidos e dar opiniões, pois a Convenção nos garante o direito de autorizar ou não as iniciativas que o governo tenha a intenção de realizar, portanto a Consulta é para que se dê ou não o consentimento (PCPLI Território Pirocaba, 2018).

No segundo momento do encontro “Territórios em disputa”, a professora e pesquisadora Marcela Vecchione Gonçalves, representando o grupo ReExisTerra, traçou paralelo entre o processo de territorialização dos portos privados em Santarém e Abaetetuba, despertando atenção para as similaridades envolvidas em processos que desrespeitam a Convenção 169 da OIT, como a ausência da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

A instalação dessas infraestruturas segue dinâmicas parecidas em diferentes regiões do Pará. A forma de chegar nos territórios do Baixo Tocantins tem conexões com o que ocorre no Tapajós e em outras regiões do estado. A proposta é de que vão gerar renda para a população, mas desconsideram que já existe trabalho no território e não é pouco trabalho, mas é invisibilizado. Esses processos fragmentam o território em si e também fragmentam as dinâmicas territoriais existentes (Informação verbal, 2023)<sup>44</sup>.

A educadora do Fundo Dema, Beatriz Luz, deu seguimento ao debate sobre a invisibilização do trabalho, da produção e das economias dos territórios, observando a importância das rodas de conversa e formações para “estimular a união dos territórios”, buscando soluções conjuntas para fortalecer a resistência. Pela primeira vez, durante os encontros que acompanhamos em janeiro de 2023 (Figura 24), as lideranças apontaram a necessidade de processos de comunicação originados nos territórios, pois, de acordo com Daniela Araújo, “precisamos denunciar os problemas, mas também mostrar nossa produção agroecológica, nossa economia, e a biodiversidade que protegemos e registramos nas Cadernetas Agroecológicas” (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2023).

---

<sup>44</sup> Informação concedida pela Professora Marcela Vecchione Gonçalves, em reunião no Território Pirocaba, em 2023.

Figura 24 Roda de conversa “Territórios em disputa” com a participação de lideranças do Baixo Tocantins



Fonte: Autoria própria, 21 de janeiro de 2023.

No mês seguinte, março de 2023, a Defensoria Pública Agrária de Castanhal, vinculada à DPE, realizou uma série de oitivas nos territórios situados em áreas de impactos do projeto do TUP da Cargill. Por meio da parceria da DPE com o grupo ReExisTerra, foi possível acompanhar as oitivas nos territórios Igarapé Vilar (Figura 25) e Igarapé São José, ambos no PAE Santo Afonso (Ilha de Urubuéua), e no Território Pirocaba (Figura 26), realizadas nos dias 22 e 23 de março. Esta foi a primeira etapa dos trabalhos da Defensoria, pois outros territórios foram escutados na semana seguinte. As oitivas antecederam a audiência pública realizada em 27 de abril de 2023, no Fórum de Abaetetuba, onde foi abordada a Consulta Prévia Livre e Informada.

Figura 25 Moradores do Território Igarapé Vilar pedem Consulta Prévia durante as oitivas



Fonte: Autoria própria, 23 de março de 2023.

Figura 26 Oitiva realizada pela Defensoria Agrária no Território Agroextrativista Pirocaba



Fonte: Autoria própria, 23 de março de 2023.

A programação foi coordenada pela defensora pública agrária Andreia Barreto, com apoio da Cáritas Regional Norte 2 - Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz (Paróquia das ilhas de Abaetetuba), representada pela professora Antonia Botelho. Além da FASE, a Cáritas vem apoiando a resistência das populações das ilhas de Abaetetuba com a realização de formações, eventos e coordenando o Grito das Águas, que teve sua quinta edição em 2024. Trata-se de uma manifestação alusiva ao Dia Mundial da Água, em 22 de março, com objetivo de dar visibilidade às demandas e denúncias dos territórios de Abaetetuba e do Baixo Tocantins.

A experiência de acompanhar as Oitivas promovidas pela Defensoria Pública contribuiu para ampliar nosso entendimento sobre processos de resistência desenvolvidos nos territórios da região das ilhas de Abaetetuba. Durante os dias das Oitivas, nos hospedamos na casa de uma família de pescadores do território Igarapé São José, local mais próximo do terreno em que a Cargill se instalou, onde só é possível entrar ou sair com a “permissão da maré”, como dizem os comunitários. A movimentação das águas regula a vida da comunidade e os horários para estudar, brincar (Figura 27), plantar, coletar açaí e outros frutos e, durante a noite, se recolher nas residências. A alimentação das famílias tem o açaí e o peixe como base, além das frutas e verduras dos quintais. Para chegar ao centro de Abaetetuba é necessário atravessar a Baía do Capim de barco ou lancha respeitando o movimento das marés.

Figura 27 No território Igarapé Vilar, crianças aproveitam a maré cheia para brincar



Fonte: Autoria própria, 23 de março de 2023.

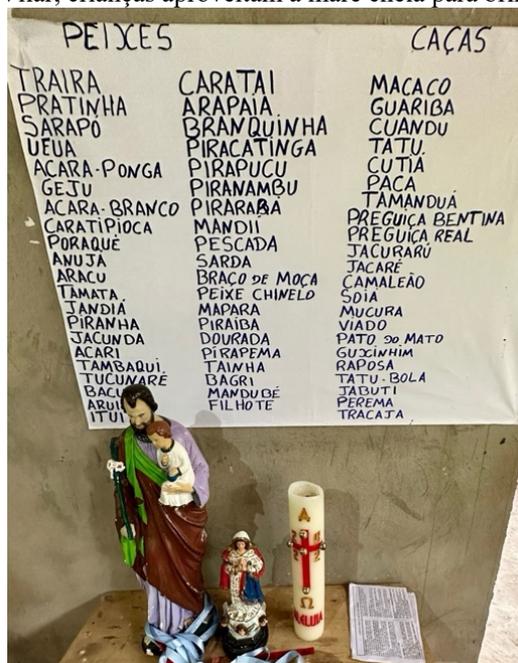
As pessoas ouvidas nos três territórios foram unânimes em afirmar que não querem a instalação do terminal portuário da Cargill e aceitam a Consulta Prévia, desde que tenham tempo para se informar com a ajuda dos parceiros (FASE e Fundo Dema, Cáritas, UFPA entre outros), pois a compreensão dos documentos envolve informações técnicas de diversas áreas, em especial o Relatório de Impactos Ambientais (Rima). Solicitaram tempo adequado para que

essas informações também estejam disponíveis aos demais territórios que não participaram das oitivas e reuniões com as lideranças.

O presente e o futuro da atividade da pesca, componente fundamental da economia dos territórios, também é uma preocupação constante nas comunidades visitadas. Pescadores relataram diversos problemas que enfrentam nos últimos anos. Entre eles estão: as boias flutuantes já instaladas no Furo do Capim que comprometem a circulação de pequenas embarcações; a intensificação do tráfego de balsas e barcaças na área; além dos riscos para a grande diversidade de espécies de peixes, bem como para a existência dos pesqueiros, áreas comuns de pesca manejadas pelos pescadores que beneficiam não só Abaetetuba como outros municípios da região. Os territórios pesqueiros reúnem grande quantidade e diversidade de espécies e estão sendo mapeados e documentados por pesquisadores das ilhas do município, com ajuda da comunidade.

Os participantes das oitivas reforçaram a importância da pesca artesanal para a economia local, tanto para a subsistência quanto como fonte de renda para muitas famílias que vivem nas ilhas de Abaetetuba. No território São José, foi apresentado um mural com depoimentos dos pescadores sobre o valor da pesca e os problemas enfrentados no território, enquanto no Igarapé Vilar a diversidade de espécies de peixe e da caça foi sintetizada e apresentada em um cartaz (Figura 28). O registro de peixes somou 41 espécies.

Figura 28 No território Igarapé Vilar, crianças aproveitam a maré cheia para brincar



Fonte: Autoria própria, 23 de março de 2023.

Para além dos riscos à pesca e demais atividades produtivas, os relatos nos territórios incluíram a preocupação quanto à exploração sexual de mulheres e meninas, problema que ocorre nos arredores de grandes obras de infraestrutura e em áreas portuárias, com possibilidade de se repetir no processo de instalação e operação do TUP Abaetetuba, segundo as lideranças. Todas estão cientes de que os corpos femininos são os primeiros a enfrentar as violências que vêm a reboque dos grandes projetos. As participantes lembraram que, em Barcarena, o problema iniciou na época da instalação do complexo industrial e do porto e, até hoje, continua ocorrendo. Elas apontam que o direito de ir e vir e de usufruir dos territórios em liberdade começou a ficar comprometido por causa da circulação, por terra e por água, de pessoas estranhas às comunidades desde o anúncio do projeto do porto da Cargill.

Observa-se que corpo-território ou território-corpo-terra é um conceito político cunhado por feministas comunitárias da América Central, especialmente por Cabnal (2010, 2018), pensadora indígena da Guatemala. Essa noção ganhou espaço e centralidade nos debates e ações promovidos por diversas correntes feministas em toda a América Latina. Muitos movimentos passaram a utilizá-lo para abordar as resistências lideradas majoritariamente por mulheres contra ameaças das grandes corporações.

Cabnal explica que defender o território-terra e não defender o corpo-território das mulheres é uma incoerência política, dada a impossibilidade de separar as lutas pela proteção dos corpos e dos territórios no sistema capitalista, machista e patriarcal. “Se você se indigna

contra agrotóxicos, contra os transgênicos, contra a mineração etc. e não se indigna quando uma mulher é violentada, rompe-se a rede de construção de um novo mundo, rompe-se a rede da vida” (Cabnal, 2018, p.27).

Nos territórios onde foram realizadas as primeiras oitivas, enfatizou-se que as mulheres são as guardiãs da biodiversidade e têm papel fundamental na luta por direitos; também estão a frente do cultivo e da introdução de espécies alimentícias e plantas medicinais que combatem a fome e cuidam da saúde. São frequentes os intercâmbios e trocas de experiências entre as mulheres do Baixo Tocantins em encontros promovidos pela FASE e Fundo Dema e pela Cáritas, como foi relatado por mulheres dos territórios Igarapé Vilar e Igarapé São José, confirmando as vivências que acompanhamos no Pirocaba com as Cadernetas Agroecológicas.

A participação das crianças e dos adolescentes também foi constante durante as oitivas nos três territórios. Os direitos das crianças e dos adolescentes foram enfatizados em apresentação com cânticos no território São José. Além disso, foram abordados problemas relativos à educação e à saúde, “que são deveres do Estado e não moeda de troca da Cargill”, conforme declaração de um dos participantes. Foi solicitado que os cuidados com a segurança e a liberdade das comunidades sejam priorizados.

### **3.3 Comunicação e hegemonia: o projeto do TUP Abaetetuba e o “relacionamento com as comunidades”**

Diante das graves denúncias e dos processos de resistência dos territórios tradicionais de Abaetetuba, retomamos o objetivo central deste capítulo: compreender como grandes empreendimentos, especialmente o projeto do Terminal de Uso Privado (TUP) da Cargill, em Abaetetuba, utilizam ferramentas de “relacionamento com a comunidade”, por meio da comunicação empresarial, para defender seus interesses hegemônicos. As informações sobre os processos de resistência nos territórios são fundamentais para a compreensão sobre como são planejadas as ações na área que as grandes empresas chamam de “relacionamento com a comunidade”.

A comunicação é um campo de disputa de ideias e embate de sentidos fundamental quando se trata dos distintos interesses que envolvem o tema do “desenvolvimento” da Amazônia<sup>45</sup>. Sobre isso, um primeiro fator a ser considerado é o poder das grandes empresas

---

<sup>45</sup> A comunicação e a informação são componentes estruturantes do capitalismo financeiro e informacional (CASTELLS, 2007), marcado pela difusão do sistema capitalista financeiro pelo mundo, com o aumento acelerado

de comunicação para legitimar e propagar narrativas que estão na centralidade dos projetos do grande capital e adquirem enorme espaço e visibilidade por meio das mensagens emitidas a partir dos conglomerados midiáticos em programas jornalísticos, campanhas publicitárias e superproduções da teledramaturgia, como séries, seriados e novelas.

Ressaltam-se as relações do agronegócio e das empresas multinacionais com os grupos de comunicação de abrangências local, regional e nacional que favorecem transações comerciais; influenciam tomadas de decisão por parte de governos e massificam informações questionáveis e discursos enviesados, como o de que o agronegócio é responsável pela produção da maior parte da alimentação dos brasileiros<sup>46</sup>. Além disso, propagam a criminalização dos movimentos sociais; e negligenciam conhecimentos fundamentais ao grande público, como a importância das economias populares, responsáveis por parte importante da alimentação saudável que chega à mesa dos brasileiros.

O problema da concentração dos meios de comunicação e da ausência de políticas e ações voltadas para sua democratização e regulamentação no Brasil configura-se como um enorme desafio, pois a maior parte da população não tem acesso ao debate e desconhece sua importância para o processo de afirmação dos direitos das minorias, consolidação dos direitos humanos e da democracia. Concordamos com Castro (2012), quando observa que a propriedade cruzada é um dos problemas que até hoje mantem a hegemonia de grandes grupos de comunicação.

Provavelmente, o maior mal da comunicação no Brasil; a maior dificuldade para promover um equilíbrio democrático na sociedade brasileira. Chama-se assim para a possibilidade de uma mesma empresa possuir veículos de comunicação em diferentes setores de radiodifusão e da imprensa escrita. Por exemplo, o fato de uma mesma empresa possuir canais de televisão, estações de rádio e, ainda jornal impresso e editora. Esse modelo pode parecer comum, banal, porque, quando nascemos, ele já estava presente e porque crescemos com ele no nosso cotidiano, mas, na verdade, ele não existe em quase nenhum outro lugar do mundo (Castro, 2012, p. 41).

Campanhas publicitárias e de marketing como *O agro é pop*, veiculada em horário nobre na Rede Globo, emissora de TV com maior audiência no Brasil, tem o objetivo de popularizar supostos benefícios do agronegócio por meio da divulgação de peças publicitárias incluindo imagens super produzidas e slogans facilmente absorvidos, tal como “agro é pop, agro é tech,

---

do fluxo de capitais, mercadorias, informações, pessoas; pela reconfiguração da Divisão Internacional do Trabalho; além da atuação transnacional dos grandes conglomerados.

<sup>46</sup> O Agro brasileiro alimenta o mundo? Estudo da Embrapa usa regra de três para provar que sim, mas os fatos dizem que não. <https://ojoioetrigo.com.br/2021/08/agro-alimenta-o-mundo/>

agro é tudo”. Não por acaso essa campanha de longa duração vem sendo observada de forma crítica por meio de estudos produzidos em diversos centros de pesquisa no Brasil.

Ao analisarem a campanha *O agro é pop*, Santos *et al.* (2019), observam que o alcance e a audiência; o poder de mercado e o processo de formação de opinião de massa da Rede Globo conseguem construir uma imagem positiva do sistema produtivo em questão, sendo o agronegócio propagado como a melhor e única saída para o “dinamismo do campo”. Ao longo dos anos de veiculação, a campanha publicitária estaria ajudando a constituir uma ideologia sobre o campo brasileiro.

Concordamos com os autores quando observam que esse processo esconde e desarticula uma teia de relações existentes quanto aos modos de vida e de produzir nas áreas rurais do Brasil, que passa pelo papel das pequenas produtoras e produtores, “os quais exercem papel de destaque na produção agropecuária de abastecimento interno, são intensivos em trabalho e exercem papel fundamental para o setor rural em termos socioeconômicos” (Santos *et al.*, 2019, p. 59).

Além do panorama da concentração dos meios de comunicação e da propriedade cruzada que contribuem para a propagação dos interesses dos grandes conglomerados empresariais há décadas, essas corporações passaram a utilizar novas formas de comunicação com seus públicos. Nesse sentido, surge o “relacionamento com a comunidade”, uma área focada nos territórios afetados pelos projetos das corporações, atuando em interface com as áreas responsáveis pela comunicação empresarial e pela responsabilidade social.

### 3.3.1 “Navega Abaeté” e as práticas autoritárias da comunicação com a comunidade

Na página da Cargill dedicada ao TUP Abaetetuba, foi disponibilizada a cartilha *Navega Abaeté*<sup>47</sup>, voltada para a comunicação com os territórios de Abaetetuba, coordenada pela Diretoria de Comunicação da Cargill. A cartilha tem 20 páginas, formato A4, e está centrada em uma história em quadrinhos com linguagem informal para “traduzir” termos técnicos (Figura 29).

---

<sup>47</sup> A cartilha pode ser obtida no endereço [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/doc/1432186591701/cartilha-cargill.pdf](https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432186591701/cartilha-cargill.pdf). Acesso em 22 mai.2024.

Figura 29 Capa da cartilha Navega Abaeté, disponibilizada no site da Cargill voltado ao projeto do porto



Fonte: Reprodução da página da Cargill na Internet (Julho, 2024).

A narrativa ocorre durante uma viagem de barco até a ilha do Caripetuba, que está na área afetada pelo projeto da Cargill, em Abaetetuba ou “Abaeté”, apelido do município que moradores e visitantes costumam usar. Os personagens da história em quadrinhos são a professora Vera, o barqueiro Raimundo, moradores de Abaetetuba, e o estudante Antonio, que nasceu e foi criado em Abaetetuba, mas faz faculdade em Belém. Na narrativa, ele retorna para casa, no Caripetuba, em visita aos pais. Os personagens fictícios são utilizados para explicar o projeto do porto, pois conversam sobre ele ao longo da viagem de barco, expressando curiosidade.

Barqueiro Raimundo: “Antonio, tem tempo que não te vejo. Chegaste de Belém agora, foi?”

Estudante Antonio: “Mas quando já? Cheguei cedo e fiquei ali acompanhando uma conversa sobre o terminal de Abaetetuba que querem instalar aqui perto”.

Raimundo: “Nem te conto que o pessoal tá bem interessado nesse assunto. Eu ouvi falar que vai ser um lugar pra guardar soja e milho, mas não sei muito”.

Profa. Vera: “Vai ser um terminal portuário, seu Raimundo. É uma construção na margem do rio para receber, guardar e despachar mercadorias como soja e milho. Eu também fiquei curiosa e fui atrás da informação”.

Cartilha Navega Abaeté (Diretoria de Comunicação Cargill, 202-, p.3)

Quanto ao projeto gráfico, observa-se, nos aspectos da paleta de cores e dos traços da ilustração, uma tentativa de fuga da realidade (Figura 30). As cores em tons pastéis, remetem ao mundo dos sonhos, numa tentativa de projetar um futuro que trará benefícios aos territórios. Os traços da ilustração também se direcionam para este objetivo. Retratam os personagens sempre expressando alegria. Em todos os quadros os personagens aparecem com sorriso no rosto comunicando felicidade com a instalação do projeto. Destaca-se que o estilo escolhido para as ilustrações é pouco realista, ressaltando a promessa de um futuro melhor.

Figura 30 Personagens sorridentes imaginam o futuro na história em quadrinhos “Navega Abaeté”



Fonte: Reprodução da Cartilha Navega Abaeté.

Em nenhum momento da narrativa os personagens esboçam qualquer desconfiança, questionamento ou crítica ao projeto do TUP Abaetetuba. Dessa forma, o produto de comunicação da Cargill ignora totalmente o movimento de resistência dos territórios de Abaetetuba descritos anteriormente neste capítulo. Também não há menção aos prejuízos

causados por grandes empreendimentos na região do Baixo Tocantins, amplamente divulgados nas comunidades.

A conversa dos personagens fictícios é intercalada com informações técnicas apresentadas por meio de gráficos, mapas, tabelas e acesso ao Rima por código QR (Figura 31). Importante considerar que há dificuldade de acesso à Internet em diversos territórios de Abaetetuba<sup>48</sup>, tanto nas ilhas quanto no continente, o que pode se configurar como dificuldade para que os interessados consigam baixar e fazer a leitura dos documentos na página da Cargill ou na cartilha. Durante as viagens de campo ao Território Pirocaba e à região das ilhas conseguimos acesso à internet apenas em poucas residências que conseguiram contratar planos privados de banda larga. A exclusão digital precisa ser considerada quando há real intenção de diálogo com os territórios.

Figura 31 Tabelas, mapas e ilustrações são apresentados na cartilha da Cargill voltada aos territórios

#### CONSTRUÇÃO NA ÁGUA

• Garagens de descarga de barcas	✓
• Pier de atracação de navios	✓
• Rampa para e embarque e desembarque de pessoas, e recebimento de materiais em geral para funcionamento do terminal e alimentação do pessoal.	✓

#### CONSTRUÇÃO EM TERRA

• Silos para armazenamento dos grãos	✓
• Correias transportadoras da parte de água (descarga das barcas) e para a parte de água (embarque em navios).	✓
• Salas de escritórios para o pessoal administrativo e de controle da operação	✓
• Oficina de manutenção e almoxarifado	✓
• Vias internas de circulação	✓
• Refeitório	✓
• Geradores	✓



Fonte: Reprodução da Cartilha Navega Abaeté.

No único trecho da narrativa em que alguma dúvida concreta dos territórios é mencionada, o personagem Raimundo conta sobre um compadre da ilha de Urubuêua que está “agoniado” com a possibilidade de se mudar, o que é negado pela professora Vera, escolhida por ser a personagem que representa sabedoria e conhecimento na história em quadrinhos. Segundo ela, o projeto não vai alterar a pescaria nem a coleta de açaí. Conforme foi denunciado nas Oitivas realizadas pela Defensoria Pública Agrária do Estado do Pará, já existem impactos

<sup>48</sup> Um dado que revela parte da exclusão digital em Abaetetuba é a densidade de pessoas com acesso à banda larga de aproximadamente 12,05%, ficando abaixo da média nacional de 22,5%, segundo informação da Anatel (2024).

na coleta de açaí no terreno que a empresa alega ser de sua propriedade. A pesca também vem sendo afetada com o aumento do número de embarcações na região.

Barqueiro Raimundo: “Eu tenho um compadre lá na ilha Urubuéua, onde vai ser esse projeto, e ele tá agoniado porque não sabe se vai precisar se mudar de lá. Ele é pescador e não sabe onde vai poder pescar”.

Professora Vera: “O que eu soube é que o projeto vai ser num terreno que já foi comprado e não tem moradores, então ninguém precisa mudar. A navegação segue igual, o projeto não vai atrapalhar a pescaria e a colheita de açaí de ninguém. Quem quiser pode continuar entrando na área, já que não vai ter cerca na área onde a floresta será preservada”.

Cartilha Navega Abaeté (Diretoria de Comunicação Cargill, 202-, p.9)

Esse mesmo argumento sobre a coleta de açaí na área do terreno que a Cargill diz ser proprietária é reforçado na seção de “Perguntas e respostas” disponibilizada na página do TUP Abaetetuba<sup>49</sup>, no *site* da Cargill, conforme ilustração reproduzida na Figura 32. No entanto, as afirmações da empresa destoam dos relatos dos moradores dos territórios.

Figura 32 Seção “Você pergunta, a gente responde”, disponível no site da Cargill

#### — O terreno da empresa é cercado atualmente?

O terreno não está todo cercado, como qualquer um pode verificar em uma simples visita de campo. A única parte cercada do terreno é onde está a casa sede, onde se encontra a equipe de zeladoria e manutenção. Existem mourões que demarcam o limite do terreno onde se pretende construir o porto, no entanto os comunitários não são impedidos de entrar no terreno e fazer o uso sustentável dos recursos naturais ali disponíveis.

Fonte: Reprodução da página da Cargill na Internet.

No território São José (Figura 33) moradores mencionaram durante as Oitivas que uma área de uso comum para coleta de açaí foi integrada ao terreno onde a Cargill pretende instalar o TUP Abaetetuba. Esse lugar só poderia ser acessado “se fosse escondido”, segundo relato de morador do território, em 2023. Um casal reclamou quanto à colocação de estacas no seu quintal por pessoas contratadas pela Cargill, em área onde apanham açaí para subsistência e comercialização. As estacas podiam ser visualizadas há alguns metros de distância, conforme constatamos, no mesmo período, durante chegada de lancha ao território.

<sup>49</sup> A seção de Perguntas Frequentes sobre o TUP Abaetetuba está disponível em [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/abaetetuba-cargill-responde](https://www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba-cargill-responde). Acesso em 13 jun. 2024.

Figura 33 Cargill construiu cerca nos fundos desta casa, no Igarapé São José, em área de uso comum



Fonte: Elaboração própria, 26 de abril de 2023.

Salienta-se que as lideranças estão cientes de que nem sempre a expulsão ou a expropriação dos territórios ocorre de forma direta, mas pode ser causada por inviabilização das formas de viver e das economias praticadas nesses locais. Poluição das águas e da terra por agrotóxicos e outras substâncias inviabilizam a produção agroecológica; destruição das áreas com maior concentração de espécies de peixes, os pesqueiros, interferem diretamente nas atividades ligadas à pesca; a presença de grandes navios e barcaças impedem o transporte da produção e das pessoas – locomoção ao posto de saúde, às escolas, viagens para municípios vizinhos e para a capital. Tudo isso pode resultar em crimes ambientais e em graves prejuízos à vida nos territórios, conforme avaliação da agroextrativista Dayane Araújo, do Pirocaba.

Sabemos pela experiência dos municípios vizinhos, como Barcarena, e aqui mesmo em Abaetetuba que existem várias formas de provocar a expulsão das pessoas de determinado território. A empresa pode chegar e não expulsar ninguém de imediato, mas as consequências dessa instalação podem ser tão prejudiciais aos territórios que ninguém consegue permanecer no mesmo lugar. Ficaria impossível manter nossos modos de vida. Nesse caso, os rios representam vida, transporte, lazer, fonte de renda e de trabalho. Precisamos do livre acesso aos nossos rios. A água é um bem comum e dependemos dela pra tudo. (Dayane Araújo, Território Pirocaba, 2024)

Além de ignorar as graves críticas e indícios de irregularidades, como a acusação de grilagem de terras envolvida na aquisição do terreno no PAE Santo Afonso, na ilha Urubuéua, a cartilha Navega Abaeté, assim como o vídeo institucional analisado no início deste capítulo, expõem supostos benefícios do projeto, como geração de emprego, amplamente questionados pelas comunidades que acompanham a territorialização do grande capital no Baixo Tocantins. Observa-se a fala de Antonio, personagem da história contada na cartilha:

Antônio: Quero saber também da parte positiva desse projeto, se vai ter emprego pra gente, se vão contratar pessoal da região e como as pessoas vão ser beneficiadas. Quem sabe não tem emprego pra mim que logo termino a faculdade, né? Ou então um projeto pra ajudar meu pai na roça? Já pensou? (Diretoria de Comunicação Cargill, 2023)

As promessas de emprego são reiteradas com informações sobre números de funcionários previstos durante a obra e na fase de operação do porto da Cargill por meio de ilustração (Figura 34). Nos relatos de mulheres e homens durante as Oitivas foi mencionado que, embora haja pouca gente com emprego “de carteira assinada” nas ilhas, o sustento das famílias é garantido pela natureza. Além da pesca, foi reafirmada a importância da coleta e comercialização do açaí - “nosso patrão” - como denominado por alguns dos comunitários ouvidos no território Igarapé São José, além de uma diversidade de itens, como cacau, miriti, cupuaçu e andiroba. Em todos os territórios visitados não há reclamação quanto à falta de trabalho, mas sim sobre a ausência de políticas públicas de apoio às economias dos territórios.

Figura 34 Ilustração da cartilha Navega Abaeté, disponibilizada no site da Cargill



Fonte: Reprodução da página da Cargill na Internet (Julho, 2024).

Essa análise deixa claro que o objetivo da empresa é tentar influenciar as comunidades por meio de uma comunicação voltada à persuasão, desconectada dos anseios dos territórios, que valorizam seus modos de vida e a produção crítica do conhecimento sobre sua realidade. Essa comunicação repercutiu negativamente e foi criticada por lideranças, como Dilmara Araújo, do Território Pirocaba.

A forma como a Cargill entrou nos nossos territórios com essa comunicação, na minha opinião, é muito ruim. Recebi o material com a cartilha pelo *WhatsApp* e me chamou atenção por terem citado, na história, o nome de um dos territórios contrários ao projeto, o Caripetuba. Além disso, utilizaram nossa forma de nos comunicar uns com os outros, nosso jeito de falar, nossa forma de nos locomover de barco, tudo isso com a intenção de nos convencer de que o projeto seria bom pra gente. O conteúdo dá um sentimento de raiva e de tristeza ao mesmo tempo porque sabemos que há muitas omissões. Eles dizem que não vão ter alterações na pesca e na navegação, mas nós conhecemos a história desse tipo de empreendimento aqui na região, então acredito que estão agindo de má fé. Sobre as promessas de empregos, sabemos que só os piores são destinados às pessoas da região. Isso traz revolta porque nós que vivemos nos territórios conhecemos a realidade e sabemos o que queremos. (Dilmara Araújo, Território Pirocaba, 2024)

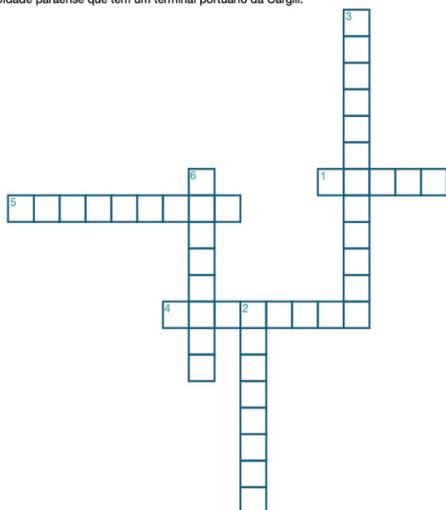
Nas páginas finais, a cartilha apresenta palavras cruzadas, caça-palavras e desenho para colorir (Figura 35), no que seria uma proposta de reforçar o aspecto lúdico do produto de comunicação em questão. Isso com objetivo de “reforçar” mensagens importantes para a corporação, como sua missão de “nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável”, que é repetida nos diversos produtos de comunicação. Mas também como forma de prática de tutela e de infantilização da população amazônica, que não saberia o que é melhor pra si e precisaria da empresa para lhe prover progresso.

Figura 35 Área de fixação de informações apresentada na cartilha “Navega Abaeté”

## Teste seus conhecimentos

### Palavras cruzadas

1. Sigla de Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
2. O terminal portuário vai receber dois tipos de embarcação: ..... e navios.
3. Dois grãos que podem ser armazenados no Terminal de Abaetetuba.
4. Nome da ilha onde se pretende instalar o terminal.
5. RIMA é a sigla para Relatório de Impacto .....
6. Cidade paraense que tem um terminal portuário da Cargill.



### Caça-palavras

O Pará está no chamado Arco Norte que tem **LOCALIZAÇÃO** favorecida e vantagens competitivas, econômicas e **AMBIENTAIS** para recebimento de navios, por isso é um local adequado para instalação de um **TERMINAL** portuário.

O Terminal de **ABAETETUBA** tem como objetivo principal receber a carga das Estações de **TRANSBORDO** que já operam em Miriitubá (PA) e Porto Velho (RO).

A Cargill trabalha com o propósito de nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável. É uma das maiores empresas do mundo no seu ramo de atuação e, no Brasil, trabalha com mais de 15 mil **AGRICULTORES**. A empresa está presente no Pará há mais de vinte anos, onde opera terminais portuários em cidades como Santarém e Itaituba, no Oeste do Estado.

A implementação dos Programas Ambientais do Terminal de Abaetetuba visa à instalação do empreendimento dentro de uma concepção que busca alcançar um **DESENVOLVIMENTO** sustentável, compatibilizando o uso racional dos recursos, a proteção do meio ambiente e a melhoria da **QUALIDADE** de vida das populações.

E	I	L	T	S	A	G	R	I	C	U	L	T	O	R	E	S	I	G	I	I	U
E	N	O	N	E	M	H	O	Y	L	N	E	M	I	T	A	O	D	A	R	E	E
N	N	E	W	O	T	N	O	R	A	R	A	Q	U	A	L	I	D	A	D	E	
I	A	B	A	E	T	E	T	U	B	A	A	R	L	T	F	S	A	T	M	W	E
T	H	I	R	E	I	M	E	L	S	S	G	I	O	N	N	H	H	B	D	N	
A	N	V	E	Q	E	O	R	E	A	C	A	T	C	I	I	E	V	I	H	I	
S	U	A	H	R	R	R	O	T	C	D	F	E	D	I	L	H	B	F	E	I	S
E	A	H	N	R	T	R	A	N	S	B	O	R	D	O	E	O	S	I	N	W	L
B	O	D	E	S	E	N	V	O	L	V	I	M	E	N	T	O	I	T	T	R	S
E	Q	V	I	S	F	P	R	R	T	O	Y	I	D	I	E	L	Y	F	A	G	N
H	C	G	T	I	T	M	E	T	L	L	A	N	C	I	O	R	I	A	I	E	S
C	E	I	T	E	E	H	E	O	H	I	A	A	E	O	A	I	C	I	S	T	E
O	O	V	L	E	H	E	I	L	A	P	R	L	T	S	I	I	P	T	O	L	O
M	E	C	T	A	W	U	W	R	G	A	T	U	L	A	I	H	T	M	A	A	Y
S	Y	L	A	H	L	O	C	A	L	I	Z	A	Ç	Ã	O	L	H	A	O	A	F
I	Y	N	W	E	S	E	L	E	I	I	C	B	T	T	A	E	E	R	A	E	I

Fonte: Reprodução da página da Cargill na Internet (Julho, 2024).

Na história em quadrinho contada pela Cargill os interesses da corporação e das comunidades são mostrados em total convergência. O sucesso do empreendimento também representa muitos benefícios para o município de Abaetetuba e para os territórios. Essa forma de estabelecer o “relacionamento com a comunidade” ignorando críticas, questionamentos e a história dos conflitos causados pelos grandes projetos se mostra incapaz de estabelecer qualquer compromisso com uma comunicação mais pluralista e democrática.

Pinto, Mansur e Losekann (2024), ao analisarem três manuais de relacionamento com comunidades do setor mineral, quais sejam do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), observam que a produção e a circulação destes materiais integram o conjunto de práticas autoritárias das corporações extrativas em pelo menos três dimensões principais.

i) a compreensão de que atores sociais organizados que atuam na defesa dos territórios são riscos a serem gerenciados; ii) à difusão de técnicas de “diálogo” e “participação social” utilizadas para a identificação e classificação dos atores sociais e iii) a promoção da ideia de que o destino do território está inelutavelmente ligado à corporação (Pinto, Mansur e Losekann, 2024, p.4).

Na área do agronegócio, essas práticas autoritárias seguem diretrizes muito parecidas. A ideia de que o destino do território está atrelado ao da corporação é defendida de forma clara por meio da comunicação, quando se observa, por exemplo, a difusão da ideia de que o sucesso do empreendimento trará empregos e desenvolvimento para Abaetetuba. A análise da cartilha produzida pela Cargill mostra também que os sujeitos locais são representados por personagens dóceis, que compreenderiam a “importância” do porto, postura completamente diferente das lideranças dos territórios com quem interagimos em Abaetetuba. A difusão de técnicas de diálogo e participação duvidosas também são identificáveis nos programas de rádio da Cargill que serão analisados a seguir.

### 3.3.2 “Fala Abaeté”, produto radiofônico da Cargill para chegar aos territórios

Em 2022, fomos informadas sobre a distribuição e veiculação de programetes de rádio produzidos pela Cargill denominados *Fala Abaeté* por meio de lideranças dos territórios que receberam arquivos de áudio enviados pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Desde 2021, os programetes tiveram várias edições veiculadas na rádio comunitária Rádio Guarany FM e na Rádio Conceição FM. A Rádio Conceição é uma emissora católica, sediada em Abaetetuba, vinculada à Fundação Conceição de Comunicação. Os programetes são formatos radiofônicos de até cinco minutos, diferente dos programas, com maior duração e divididos em vários blocos de conteúdos (Marques, Oliveira e França Neto, 2021).

Em dissertação de mestrado defendida no NAEA, Silva (2022) aborda a situação de contradição da comunicação da Igreja Católica em Abaetetuba na sua relação com a Cargill. Enquanto a Rádio Conceição transmitiu programetes produzidos pela empresa, a Cáritas, junto com a FASE estão entre os principais apoiadores da defesa dos territórios ameaçados pela construção do porto da Cargill no município, desempenhando papel fundamental para garantir direitos das populações tradicionais, envolvendo desde o apoio nas mobilizações até a assessoria jurídica.

O confronto de narrativas sobre o desenvolvimento tem novos instrumentos, novas estratégias de luta. A rádio Conceição FM 106.1 MHz, de propriedade da Igreja Católica, abriu espaço para um programa de divulgação do projeto TUP Abaetetuba, chamado de “Se liga Abaeté”, da Cargill Agrícola S.A., com a missão de “diálogo social”. Nele, a diretora de comunicação Eliane Uchoa, da Cargill, esclarece todas as dúvidas e divulga canais informativos na internet e da cartilha “Navega Abaeté”, para a comunidade ter conhecimento sobre o TUP Abaetetuba. Com base neste fato, a rádio Conceição recebeu muitas críticas sobre a iniciativa, porém em seus argumentos considera ser uma empresa, com CNPJ próprio, de comunicação, necessita de recursos para suas despesas, seu departamento administrativo, energia elétrica e licenças com a Anatel (SILVA, 2022, p. 115).

Além da atuação contundente da Cáritas Brasileira Regional Norte II em defesa dos territórios de Abaetetuba, é preciso observar toda a importância histórica da atuação da Igreja Católica na região do Baixo Tocantins, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) em defesa de camponeses e ribeirinhos desde o período da Ditadura Militar, principalmente na luta pela terra.

Coutinho (2016) observa que, a partir dos anos 1970, com a formação de 57 CEBS em Abaetetuba, a Igreja Católica iniciou um processo de evangelização e mobilização política que transformou as comunidades do município, antes centradas em práticas religiosas tradicionais, como festas de santos, em espaços de organização social e política. As CEBS estimularam a formação de associações de moradores e a articulação de movimentos sociais, que passaram a reivindicar não apenas direitos fundiários, mas também acesso a serviços públicos e melhorias nas condições de vida.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) também desempenhou papel fundamental para a organização das comunidades ribeirinhas. A CPT foi fundada em 1975 e sua história se confunde “com organização coletiva e a resistência dos trabalhadores rurais e posseiros frente à intensificação dos conflitos e expropriação das terras do Pará durante a ditadura civil-militar” (Coutinho, 2016, p. 133). A CPT auxiliou na formação das associações de moradores e na estruturação do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (Moriva) em 2006.

Já o Moriva consolidou a representação política dos ribeirinhos, permitindo a articulação de estratégias de reivindicação de direitos junto ao Estado e outras entidades. A história da atuação das CEBS, em colaboração com a CPT, voltada para a organização comunitária e a luta por direitos sociais, políticos e fundiários dos ribeirinhos e camponeses de Abaetetuba, além da forte atuação da Cáritas na atualidade, reforçam a incoerência da veiculação do programa de rádio da Cargill pela rádio Conceição.

No primeiro programete que tivemos acesso<sup>50</sup>, a Cargill conta que está promovendo visitas ao local onde pretende instalar o TUP Abaetetuba. Segundo a diretora de Comunicação da Cargill a época da gravação, a ideia é levar pessoas das comunidades para conhecerem o local, verem imagens sobre o projeto do porto e conhecerem as ações socioambientais voluntárias que estão sendo executadas na região. Essas ações ditas socioambientais foram questionadas pela DPE, pela Cáritas e pelas lideranças dos territórios. Na transcrição do programa a seguir é possível verificar que a Cargill publiciza as visitas como sendo mais um canal de diálogo entre empresa e comunidade.

Locutor: “A Cargill vem realizando visitas ao terreno que a empresa comprou na ilha de Urubueua. Desde o final do ano passado, lideranças políticas e comunitárias, além de parceiros dos projetos apoiados pela Fundação Cargill, têm participado das visitas. O objetivo é apresentar o projeto que a empresa tem para Abaetetuba e mostrar o espaço onde o empreendimento poderá ser instalado. Quem fala mais sobre a iniciativa é a diretora de Comunicação da empresa, Eliane Uchôa”.

Diretora de Comunicação: “Obrigada Demi. Esse é um projeto muito importante neste momento em que estamos apresentando à comunidade o empreendimento que queremos instalar aqui em Abaetetuba. É uma ação que já é rotina em outros terminais da companhia e que tem dado muito certo. Aqui a ideia é levar as pessoas ao terreno que mostramos em Urubuêua pra mostrar in loco o espaço e o que temos hoje no local. Também aproveitamos pra apresentar as imagens sobre o projeto do terminal e falamos sobre as ações socioambientais voluntárias que já estão sendo executadas na região. De uma forma muito transparente e aberta buscamos responder as dúvidas que possam surgir a partir dos visitantes e isso é muito importante pra nós. Esse projeto de visitas é mais um canal de diálogo entre a Cargill e a comunidade aqui em Abaetetuba”

Locutor: “Obrigada, Eliane, e ao longo do ano outras lideranças de Abaetetuba também serão convidadas para também visitar o local onde a Cargill pretende instalar um terminal portuário. Por hoje é só. Tchau pessoal!” (Programa Fala Abaeté, Cargill, 2022)

Durante as Oitivas e na roda de conversa com as lideranças realizada em janeiro de 2023, mulheres e homens dos territórios relataram diversos problemas causados pela Cargill ao tentar implementar seus projetos intitulados socioambientais. Nas situações relatadas, esses projetos geraram conflitos internos nos territórios e também entre os territórios e as organizações contratadas pela Cargill para implementá-los. As denúncias acolhidas pela Defensoria Pública Agrária foram divulgadas no jornal O Liberal, em nove de maio de 2023, conforme o trecho a seguir<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> O programete *Fala Abaeté* abordado nesta tese pode ser escutado por meio do link: <https://www.dropbox.com/scl/fi/tluay5odf4f9pnaw4506u/AUDIO-2023-02-24-13-03-23.m4a?rlkey=zm6rsq0x1nsqyw2nrems4hp6c&dl=0>

<sup>51</sup> A notícia pode ser consultada em <https://www.oliberal.com/para/defensoria-acusa-empresa-de-violar-direitos-de-comunidades-na-construcao-de-porto-em-abaetetuba-1.678338>. Acesso em 10 de junho de 2024.

Os projetos, denominados de sociais e voluntários, de acordo com a Defensoria, podem interferir na consulta e são motivos de conflitos entre as comunidades e as terceirizadas contratadas pela Cargill. Relatos que constam no processo apontam que uma dessas contratadas adentra os territórios tradicionais sem autorização, sob a alegação de estar executando os projetos sociais, mas intimida e chega mesmo a assediar os moradores, e ainda usa os nomes das comunidades nos editais da organização. “Estes programas, conforme a legislação ambiental, deverão ser executados só quando autorizada a localização e instalação do porto. De outra forma, constitui-se interferência da empresa enquanto a consulta não é realizada e viola a decisão do TJPA”, explica a defensora pública agrária de Castanhal, Andreia Barreto (O Liberal, 9 mai. 2023).

Em resposta à notícia, a Cargill enviou nota ao jornal O Liberal, em parte transcrita abaixo, onde afirma que os projetos sociais são voluntários e não têm relação com o licenciamento do TUP Abaetetuba. No entanto, na transcrição e no áudio do programete de rádio *Fala Abaeté* fica comprovado que a corporação vincula os dois assuntos tanto na sua comunicação institucional quanto nas visitas promovidas na área onde pretende se instalar, pois os projetos sociais são apresentados no mesmo movimento em que a empresa tenta convencer a população sobre a aceitação do porto.

...lamenta profundamente que a Defensoria Pública do Estado do Pará, entidade que tem como um de seus objetivos defender os interesses de uma maioria, esteja trabalhando contra os interesses dos povos ribeirinhos de Abaetetuba. Motivada por uma minoria bastante vocal, o órgão parece ignorar a voz de parte da população que busca o diálogo e que poderia ser beneficiada por projetos sociais que são voluntários e não têm qualquer relação com o licenciamento do projeto que a Cargill avalia instalar em Abaetetuba, no Pará (O Liberal, 9 mai.2023).

Também é importante perceber que a Cargill, mesmo se dizendo aberta ao diálogo, trata os territórios contrários à instalação do porto como “minorias bastante vocais”. A expressão utilizada na nota de resposta produzida pela empresa ignora a trajetória de luta das diversas comunidades e movimentos sociais de Abaetetuba que estão cientes dos seus direitos territoriais e conhecem profundamente a dinâmica de territorialização do grande capital e as consequências dos projetos instalados de forma violenta no Baixo Tocantins.

### **3.4 Comunicação sem conexão, uma síntese sobre as ações da Cargill**

Neste capítulo foi abordado o projeto do Terminal de Uso Privado (TUP) da Cargill em Abaetetuba, que representa os interesses hegemônicos do agronegócio e exemplifica o avanço do capital transnacional sobre territórios tradicionais na Amazônia paraense. Investigamos como grandes empreendimentos utilizam ferramentas de "relacionamento com a comunidade" e a comunicação empresarial para promover seus interesses, focando especialmente nas estratégias da Cargill para convencer a população de Abaetetuba sobre supostos benefícios do projeto, como progresso, desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Observou-se que a comunicação empresarial da Cargill busca convencer as comunidades utilizando estratégias que incluem visitas guiadas, distribuição de material publicitário e a veiculação de programas de rádio. Contudo essas ações foram amplamente criticadas pelas lideranças locais, que destacam a desconexão entre as promessas da corporação e a realidade vivida nos territórios. A resistência das comunidades é fundamentada na defesa de seus modos de vida, que valorizam atividades agroextrativistas e a pesca, entre outras atividades essenciais para a subsistência das famílias e para as economias dos territórios.

As ferramentas de comunicação da Cargill foram analisadas na tentativa de entender como a empresa procura legitimar suas ações e minimizar as resistências locais. Destaca-se o papel das mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba nesses processos de resistência. Elas utilizam as Cadernetas Agroecológicas para registrar sua produção agroecológica, visibilizando o trabalho e a economia do território. Também foi possível ouvir as denúncias das lideranças dos territórios Igarapé São José, Igarapé Villar, Quilombo Bom Remédio, Ilha do Capim e Caripetuba, principalmente por meio das Oitivas e das formações nos territórios.

A análise crítica dos produtos de comunicação da Cargill revelou a tentativa de criar uma narrativa que alinha os interesses da corporação com os da comunidade, ignorando as críticas e os conflitos históricos gerados por grandes projetos na região do Baixo Tocantins. Essa estratégia de comunicação está alinhada aos resultados encontrados por Pinto; Mansur e Losekann (2024) ao analisarem os manuais de relacionamento com as comunidades da área da mineração.

Ao trazer como elemento central a busca pela conjugação de um “interesse comum” ou “caminho conjunto” entre corporação e comunidade há o empenho em expandir a forma “empresa” para os atores sociais, impactando subjetividades e modos de vida e modelando discursos e desejos (Pinto, Mansur e Losekann, 2024, p.20).

Com base nas informações levantadas pelos autores é importante considerar ainda que as grandes corporações se profissionalizaram não apenas quanto à comunicação empresarial, mas também no que diz respeito à gestão de informações estratégicas sobre temas da área ambiental e sobre as pautas dos movimentos sociais. No caso do TUP Abaetetuba, a tentativa de utilizar a linguagem das comunidades, deslocada dos sentidos originais, na cartilha *Navega Abaeté*, é resultado dessas estratégias, um aspecto que consideramos central na análise realizada até aqui, muito criticado pelas lideranças dos territórios.

Dessa forma, o capítulo destacou a importância de compreender as dinâmicas de comunicação hegemônica para desenvolver estratégias de comunicação contra-hegemônica que

sejam mais democráticas e pluralistas. O próximo capítulo, intitulado "Mulheres Construindo a Comunicação Contra-Hegemônica em Defesa do Território", dará continuidade à discussão, enfocando a implementação de práticas de comunicação contra-hegemônica planejadas e desenvolvidas com as mulheres do Território Pirocaba. A pesquisa-ação envolveu a observação participante e o engajamento direto com um grupo de mulheres do território, visando criar uma comunicação que reflita verdadeiramente as demandas e necessidades das agroextrativistas.

Nesta etapa, a pesquisa-ação avançou para a organização de rodas de conversa e oficinas que buscaram amplificar as vozes das mulheres na defesa de seus territórios. O capítulo a seguir explora os desafios e as experiências adquiridas nesse processo. A transição entre os capítulos reforça a conexão entre a análise crítica das estratégias de comunicação hegemônica e a construção de alternativas contra-hegemônicas baseadas na participação ativa das mulheres do Território Pirocaba, enfatizando a importância do protagonismo delas na luta pela justiça socioambiental na Amazônia.

## **4 MULHERES CONSTRUINDO A COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA EM DEFESA DO TERRITÓRIO**

Como exposto no Capítulo 2, a primeira fase desta pesquisa-ação, a etapa investigativa, valeu-se da observação participante como método para acompanhar as formações sobre as Cadernetas Agroecológicas. Neste momento, houve contato mais estreito com as mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba e com os princípios da agroecologia e da economia feminista. Entre 2022 e 2023 foi possível acompanhá-las em manifestações contra a instalação do porto da Cargill e em defesa dos territórios do Baixo Tocantins, além das formações político-pedagógicas, ocorridas em Abaetetuba e em Belém. Após esse período passamos a observar a comunicação da Cargill e suas estratégias voltadas para o “relacionamento com as comunidades” de Abaetetuba, assim como os processos de resistência dos territórios. Na etapa final da pesquisa, passamos ao planejamento e ao desenvolvimento das ações de comunicação contra-hegemônica que estruturam este capítulo.

A realização de entrevistas, de conversas informais e a observação participante forneceram indicativos quanto à relevância das características do grupo de mulheres do Pirocaba para realizar, de forma colaborativa, esta pesquisa-ação. Elas dispõem de formação política crítica e se constituem como sujeitos ativos na produção do conhecimento, assim como são agentes de transformação na comunidade. Portanto, foi percebido seu papel central para co-desenhar o trabalho de pesquisa-ação, que envolve socialização de experiências e compartilhamento de conhecimentos teóricos e metodológicos (Baldissera, 2001).

As mulheres do Pirocaba, ao mesmo tempo que denunciaram formas de comunicação empresarial que consideram injustas e autoritárias - o tipo de comunicação classificada como vertical-, perceberam a necessidade de integrar processos de comunicação que pudessem dar visibilidade às suas preocupações e denúncias, fazendo anúncios sobre e do território. Os anúncios em questão não se referem apenas às notícias ou aos avisos por meio dos quais se divulga algo ao público. Trata-se de mostrar as formas de existência e de re-existências dos territórios, valorizando dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais que promovam conexão entre passado, presente e futuro, por meio de conhecimentos produzidos de forma criativa e intergeracional.

Sobre essa forma de transmissão de conhecimentos, chamaram nossa atenção as novas gerações - representadas pelas crianças e adolescentes do Pirocaba. Ao chegarmos ao território para a realização da primeira roda de conversa com um grupo de mulheres, em 18 de novembro

de 2023, as crianças que brincavam em frente à casa de Daniela Araújo, então presidente da associação, nos conduziram até a sede da ASAPAP. Estefany e Elisa Araújo, ambas com oito anos de idade, foram nossas anfitriãs. A conversa no caminho foi uma experiência valiosa sobre a infância no território. As meninas tinham participado há algumas semanas da Feira de Cultura na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Delcleciana Pereira de Araújo, onde estudam, e surpreenderam ao lembrar detalhadamente suas apresentações sobre a produção de andiroba, uma das principais espécies coletadas pelas extrativistas do território, e sobre o artesanato de biojóias<sup>52</sup>.

Não faltaram informações sobre o nome científico da andiroba, a aparência da árvore e dos frutos, o período e as formas de coleta, além das propriedades medicinais. O pertencimento às famílias de agroextrativistas e o uso da espécie no cotidiano do Território Pirocaba contribuiu para que mesmo as informações mais complexas ficassem registradas na memória das pequenas, assim como o orgulho com que apresentaram essas informações organizadas para a Feira de Cultura do colégio.

O nome da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Delcleciana Pereira de Araújo (Figura 36) homenageia a bisavó das agroextrativistas e lideranças do território Daniela, Dayane e Dilmara Araújo, portanto tataravó das meninas Estefany e Elisa. Conta-se no território que Delcleciana era uma mulher aguerrida com hábitos herdados de suas ancestrais indígenas. Após falecimento do marido, teria recebido herança de terras que foram doadas à comunidade para construção da igreja e da escola, daí a homenagem em sua memória.

---

<sup>52</sup> As crianças tiveram oportunidade experimentar a produção do artesanato de biojóias na escola por meio de uma oficina ministrada pela artesã e agroextrativista Dayane Araújo, onde foram mostradas as sementes adequadas para uso artesanal e técnicas de confecção de biojóias. Algumas imagens podem ser vistas em <https://www.dropbox.com/scl/fo/9jbsel01uyxfisvzux9by/AGJIXoBv15209jbuv18ecI0?rlkey=mmgequ2n4dnmu3yajq9xfah5x&dl=0>

Figura 36 Fachada da escola municipal onde estudam as crianças do Território Pirocaba



**Fonte:** Elaboração própria, 17 de novembro de 2023.

A andiroba também foi um dos assuntos centrais de uma das entrevistas sobre as Cadernetas Agroecológicas que realizamos no território. Nesta mesma viagem de campo conheci Daniele Araújo, irmã de Dayane, Dilmara e Daniela. Mãe de quatro crianças, Daniele é moradora da área mais distante do PAE Pirocaba. Ela não integrou as mobilizações que presenciamos entre 2022 e 2023, nem pôde participar das oficinas e rodas de conversa voltadas para a comunicação contra-hegemônica por causa dos cuidados com as crianças e da sobrecarga de trabalho tanto em casa quanto no quintal e nos açazais.

Assim como Daniele, outras mulheres não puderam participar das atividades da pesquisa-ação ou utilizar as Cadernetas Agroecológicas por conta da dedicação ao trabalho de cuidados, além do agroextrativismo, principalmente durante e após a pandemia da Covid-19. A ideia de incluí-la na pesquisa, por meio da entrevista, trouxe elementos importantes para pensar a conexão entre as cadernetas agroecológicas, a economia feminista, o trabalho do cuidado e a necessidade de formas plurais de comunicação.

Sou Daniele Silva Araújo, mãe de quatro filhos. Sou agroextrativista, trabalho debulhando açaí, na coleta do miriti e da andiroba. Também cultivo plantas no meu quintal que usamos na nossa alimentação, como pimentinha, orelha de macaco e muitas hortaliças, **sem contar** com criação de galinha caipira. Além desse trabalho, cuido da casa e das crianças. Pego a rabeta<sup>53</sup> cedinho pra levar meus filhos até a escola e volto pra trabalhar. Com a pandemia também tive que virar professora deles pra que não perdessem o ano e redobrar a atenção com a saúde da família. Não foi nada fácil e sinto as consequências até hoje. Durante o verão, a maior parte do meu trabalho é voltada pro açaí, mas quando vai acabando o verão, começamos a pesca do camarão com matapi e a coleta da andiroba pra preparar o azeite. Muita gente me pergunta por que eu chamo azeite e não óleo de andiroba. É que minha avó, Lucila Vasconcelos Silva, repassou a técnica de produção pra minha irmã, que me ensinou tudo. Minha avó só chamava azeite, nunca óleo de andiroba e ela fazia o trabalho de preparação do azeite com muito cuidado e dedicação. Então pra gente isso é sagrado. Nós respeitamos nossas tradições. Esse azeite sempre foi mais pro uso medicinal: pra dor de garganta, inflamações, tratar as dores, “puxar” os braços e as pernas. A única adaptação que eu e minha irmã Dayane fizemos foi deixar o azeite escorrer na sombra porque nossa avó fazia isso no sol. Mas percebemos que o azeite estava começando a “sentar” mais do que o normal, talvez porque o tempo não seja igual como antigamente. Então a gente uniu as técnicas dela com a nossa experiência e aperfeiçoou. Outra coisa que aprendemos com ela: se eu tô tensa, preocupada ou chateada não vou amassar a andiroba porque não vou conseguir passar boas energias, né? Por isso faço de manhã cedo. Eu respiro fundo, esqueço todas as preocupações e me concentro na andiroba e termina sendo uma terapia também. Lembro dela fazendo a mesma coisa durante a nossa infância. Sobre a caderneta agroecológica que você perguntou, ela trouxe muitas melhorias pra nós mulheres. Começamos a diversificar a produção e valorizar tudo o que fazemos. A gente passou a reativar práticas que foram se perdendo com o tempo, como a da troca de produtos, a produção de certos artesanatos e do próprio azeite. Me sinto feliz por ter conseguido organizar o que eu vendo, as trocas e as doações; sei quantos litros de miriti ou de açaí consigo vender e quanto a gente consome em casa. E posso planejar o uso dessa renda. Se as crianças precisam de roupa ou há algo que esteja faltando pra mim, posso comprar. Então são processos que a gente vai aprendendo tanto pra melhorar a produção quanto a nossa organização. Tem muita coisa pra melhorar ainda, mas estamos reativando muitos saberes, coisas que estavam esquecidas e são muito importantes pra nossa permanência no território e as cadernetas ajudam bastante nisso. (Daniele Araújo, Território Pirocaba, 2024)

Daniele agradeceu o convite para integrar as atividades de comunicação e lamentou não poder participar com o grupo. Pontos importantes estão contidas no relato da agroextrativista, entre elas a forma como a pandemia atingiu a vida das mulheres do Território Pirocaba, tornando o trabalho do cuidado ainda mais significativo, envolvendo a atenção redobrada com as pessoas e com a natureza. Esse é um dos desafios para incluir mais mulheres nas atividades voltadas à formação política e à comunicação contra-hegemônica. Outro fator a ser considerado é a importância da comunicação sobre os conhecimentos transmitidos de forma intergeracional e a reativação desses saberes como consequência do uso das cadernetas, fortalecendo formas de re-existências que precisam ser valorizadas.

---

<sup>53</sup> Pequena embarcação motorizada, como uma canoa, muito utilizada nos rios da Amazônia.

#### 4.1 A comunicação como direito e prática das mulheres do Pirocaba

A roda de conversa *Amplificar as vozes das mulheres: agroecologia e direito à comunicação* foi esperada com muita expectativa, após as primeiras conversas com as lideranças do Território Pirocaba. Conseguimos realizá-la em um sábado, dia 18 de novembro de 2023, na Casa de Cultura Cabas de Fogo, localizada no espaço da ASAPAP, após a verificação de uma data viável para todas. Sábado é quando a comunidade se reúne na sede da ASAPAP para a realização dos mutirões de trabalho nas construções e para reuniões de encaminhamento das questões relacionadas à organização social e territorial. Nesse dia, as mulheres participaram da roda de conversa enquanto os homens trabalharam em mutirão na construção do novo espaço da casa de farinha.

Dayane Araújo, jovem liderança do território, ajudou a mobilizar as companheiras, conversando pessoalmente com cada uma delas e encaminhando por *WhatsApp* um convite virtual com as informações do encontro (Figura 37). Dayane foi uma das primeiras a despertar interesse pela comunicação contra-hegemônica. Ela tomou conhecimento sobre projetos de comunicação popular desenvolvidos em outros territórios no Pará e em outros estados por meio dos encontros e intercâmbios em que representou o Território Pirocaba.

As conversas sobre comunicação iniciadas com as lideranças foram estendidas para um grupo de doze mulheres com as quais desenvolvemos o projeto de comunicação contra-hegemônica, incluindo ações discutidas e planejadas com a participação de todas as integrantes. Duas delas não puderam estar presentes em todas as três etapas de atividades desenvolvidas no território, mas participaram de ao menos duas programações de oficinas e rodas de conversa.

Figura 37 Convite enviado por aplicativo de mensagens às participantes da roda de conversa no Território Pirocaba



Fonte: Elaborado por Amanda Lima Reis, novembro de 2023.

Neste primeiro encontro, as participantes da roda ficaram responsáveis por organizar a Casa de Cultura Cabas de Fogo, espaço construído pela comunidade em mutirão, inaugurado no segundo semestre de 2023. É o local onde realizam eventos, reuniões, festas e ponto de encontro das mulheres para fazerem artesanato juntas. É também um lugar de aprendizagem, acolhimento e partilha de saberes, segundo definição do grupo.

Na abertura da roda de conversa, as mulheres do Pirocaba realizaram a mística, momento de integração e concentração para marcar o início das atividades, com recitação de poesias e músicas que inspiram debate sobre os direitos das mulheres. No centro da roda (Figura 38), depositaram suas Cadernetas Agroecológicas e itens da produção agroecológica – plantas, frutas, doces caseiros, biscoitos -, além das peças de artesanato, como biojóias, brinquedos de miriti e um exemplar da publicação do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Território Agroextrativista Pirocaba, utilizada como referência na roda de conversa.

Figura 38 Roda de conversa na Casa de Cultura Cabas de Fogo, Território Pirocaba



**Fonte:** Elaboração própria, novembro de 2023.

Conforme relatamos na Introdução da tese, mas julgamos importante reforçar, a proposta de pesquisa-ação e todas as suas etapas foram compartilhadas com as participantes, de forma detalhada, no início da programação, bem como o documento de autorização submetido à ASAPAP (APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO), conforme orientação do Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada, e autorizações de uso de imagem (APÊNDICE C - Termo de Autorização de Uso de Imagem).

As agroextrativistas reforçaram que gostariam de ser identificadas na pesquisa com seus nomes, sobrenomes e imagens por conta dos motivos apresentados na Introdução: por tratar-se de pesquisa-ação sobre comunicação e visibilidade; pelo protagonismo que assumiram na pesquisa fazendo escolhas e experimentações, tornando-se referência para outros territórios; pela necessidade de registro da história das atividades desenvolvidas como exemplo para as próximas gerações; por sua participação em outras pesquisas e reportagens de abrangência local e nacional em que foram identificadas, assim como nos produtos desenvolvidos como resultado prático da tese.

Optou-se pela roda de conversa, método utilizado frequentemente na área da educação para estimular uma comunicação espontânea e horizontalizada, de forma que a pesquisadora, externa à comunidade, pudesse dialogar como mediadora no processo, privilegiando os relatos das mulheres, valorizando suas experiências e saberes. Além disso, todas elas têm familiaridade com o método por ser empregado com frequência nas formações da FASE e do Fundo Dema. Concordamos com Dias *et al* quanto à oportunidade de construção de conhecimentos coletivos por meio das rodas de conversa.

(...) o sujeito social participante é um ser humano livre, autônomo, com diferentes experiências culturais de vida a serem respeitadas. Esse sujeito-cidadão, por meio do diálogo, interage e se relaciona com os outros, tendo a capacidade de ensinar e aprender, fortalecer e ser fortalecido, raciocinar, refletir e decidir pelo bem-estar pessoal e coletivo no contexto de suas vivências e experiências. A finalidade básica da roda de conversa é proporcionar o compartilhamento de conhecimentos, valorizando os saberes e a experiência dos participantes (DIAS *et al.*, 2018, p.380).

Desta forma, a roda-de-conversa foi iniciada com uma primeira rodada de opiniões sobre a importância da comunicação enquanto direito, assunto que algumas delas desconheciam. Explicamos, inicialmente que a comunicação é prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando anuncia que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (Nações Unidas, 1948).

Após a primeira leitura, a agroextrativista Milena Vasconcelos Silva observou a conexão entre os diferentes direitos reivindicados pelas agroextrativistas: “então teremos que nos preparar porque precisamos lutar por mais esse direito, assim como o direito à terra, à moradia, à água e à alimentação saudável, que também fazem parte da luta feminista” (Milena Silva, Território Pirocaba, 2023). Dessa forma, ressaltou-se a importância de aprofundar alguns conhecimentos sobre o direito à informação e à comunicação, informando que, no Brasil, ele também está previsto na Constituição Federal de 1988.

Para motivar e preparar as participantes para o diálogo, foi realizada a leitura comentada de alguns trechos do Capítulo V da Constituição Federal, que trata sobre a Comunicação Social, iniciando pelo Artigo 220. Esse artigo assegura que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (Brasil, 1988).

Foram abordados assuntos que estão previstos na Constituição Federal, mas não são garantidos à sociedade, como a proibição da censura<sup>54</sup> e a existência de monopólio e oligopólio por parte das empresas de comunicação, conforme observamos no capítulo anterior, sobre a comunicação e hegemonia. Apontamos a falta de regulamentação da comunicação no país, que ocorre em função da preponderância dos interesses hegemônicos das grandes empresas de comunicação. Neste ponto, as participantes lembraram que o governador do estado Helder Barbalho, com mandato até 2026, pertence a uma família proprietária de veículos de comunicação<sup>55</sup>, assim como ocorre com outros grupos políticos no Brasil.

O Art. 221, reproduzido no Quadro 1, foi o que mais chamou atenção das mulheres por preconizar a diversidade e a regionalização da produção dos veículos de comunicação, assim como a promoção da cultura nacional e regional, o que não ocorre na prática, sendo claramente percebido por elas na experiência do Território Pirocaba.

Quadro 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Artigo 221

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Fonte: Brasil, Constituição Federal.

Daniela Araújo, então presidente da ASAPAP com mandato encerrado em dezembro de 2023, estabeleceu relação entre a ausência do direito à comunicação e as dificuldades

<sup>54</sup> Na atualidade tem sido proibido citar, em notícias jornalísticas, o nome e o envolvimento de diversos políticos em casos judiciais. Um exemplo ocorreu com o site Agência Pública que publicou reportagem que contrariou os interesses do deputado federal Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados em 2024. Até o início de julho do mesmo ano, o material jornalístico seguia censurado. Atualizações sobre o processo são apresentadas no link a seguir: <https://apublica.org/2024/06/reportagem-da-publica-sobre-arthur-lira-segure-censurada>.

<sup>55</sup> O Grupo Rede Brasil Amazônia (RBA), cujo controle acionário pertence ao político Jader Barbalho e família, foi fundado em 1988. Hoje integra os veículos Diário do Pará, TV RBA, 99 FM, Rádio Clube do Pará, FM 91, Diário FM, entre outros veículos no estado do Pará ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo\\_RBA\\_de\\_Comunicação](https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_RBA_de_Comunicação)).

encontradas na luta pela permanência nos territórios de Abaetetuba. O relato da liderança pode ser analisado como parte do contexto histórico de silenciamento e de invisibilização das populações tradicionais amazônicas. Essa situação favorece a territorialização do capital transnacional vinculado ao agronegócio em detrimento das formas de produção e de reprodução social ligadas às territorialidades amazônicas. A seguir, o depoimento de Daniela Araújo, que iniciou os debates na roda de conversa:

A questão da comunicação nos territórios é muito difícil. Nós mulheres há pouco tempo temos mais acesso ao celular. Existem emissoras de rádio e TV em Abaetetuba, mas é muito raro eles virem no território pra nos escutarem sobre a nossa realidade. Nós percebemos a importância da comunicação quando começamos a luta pela nossa permanência no território e pelo reconhecimento do trabalho das mulheres. Nós estamos aqui, mas é como se não estivéssemos. Sem comunicação fica muito fácil pras grandes empresas que querem instalar grandes projetos dizerem que aqui não tem pessoas, não tem pescadores ou áreas de pesca importantes, como elas fazem. Foi assim que percebemos que precisamos da comunicação pra dizer quem somos, o que é o Território Pirocaba, como vivemos, o que a gente produz, a riqueza da nossa cultura...Isso é muito importante. Criamos o grupo da resistência dentro do território pra nos mobilizar, pelo *WhatsApp*, e passamos a mostrar o que temos nos nossos quintais, nossa produção. Mas precisamos aprender muito mais sobre comunicação porque não queremos que ninguém fale por nós. Esse direito à comunicação todas nós precisamos ter. (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2023).

O relato de Daniela entrelaça questões como a falta de acesso à comunicação regionalizada e a exclusão digital com recorte de gênero, problema negligenciado nos debates sobre o assunto. Também aborda as consequências que não se restringem às mulheres, mas afetam toda a comunidade. Este cenário aumenta a vulnerabilidade dos territórios – assim como de grande parte da sociedade – às narrativas defendidas pelos grandes empreendimentos, assim como a vulnerabilidade a outras propostas que geram preocupação, como o assédio em torno do mercado de carbono.

Cabral (2020) avalia que a mobilização em prol da democratização da comunicação no Brasil vem demonstrando que há muitos espaços a se conquistar por parte dos movimentos sociais, no tocante ao envolvimento pleno e não hierárquico das pessoas e organizações. Observa-se que, na Amazônia paraense, a comunicação contra-hegemônica precisa avançar por meio de iniciativas que envolvam especialmente os territórios tradicionais e as organizações parceiras.

É importante entender que se, por um lado, democratizar a comunicação significa recobrar o que esta atividade tem de vital, ou seja, reivindicar a dimensão original de diálogo e horizontalidade da comunicação, a ideia de lutar pelo direito humano à comunicação está diretamente relacionada à mobilização tanto daqueles que buscam exercê-la mais diretamente na prática - ativistas e jornalistas, por exemplo - como expandir esse direito àqueles que têm competência para tanto, ou seja, à sociedade como um todo (Cabral, 2020).

Dayane Araújo, irmã de Daniela, se mostrou uma observadora atenta do poder das narrativas mais massificadas pelos veículos de comunicação tradicionais ou hegemônicos, aqueles vinculados a fortes interesses econômicos e empresariais. Durante o debate, a liderança refletiu sobre obstáculos que precisam ser transpostos para a prática de uma comunicação que atenda aos interesses genuínos do território.

Essa questão da regionalização da comunicação realmente a gente não vê. É muito difícil, pra não dizer impossível, mostrarem nossa cultura e a economia do território numa grande emissora de TV, por exemplo. A televisão mostra o tempo todo que o agro é ótimo e a gente não tem como acessar esses veículos pra falar da nossa produção agroecológica. A gente consegue mostrar algumas coisas nas redes sociais, mas precisamos muito de conhecimentos e de acesso a alguns equipamentos, alguma estrutura, pra nos comunicar. Já pensou se um dia a gente pudesse ter uma rádio comunitária? Isso seria não só resgatar o rádio que os nossos antigos tanto gostam como também a possibilidade de anunciar nossas atividades pra toda a comunidade (Dayane Araújo, Território Pirocaba, 2023).

A análise de Dayane nos chamou atenção sobre a importância da oralidade para a comunicação nos territórios, fator que se refletiu nas escolhas do grupo durante a realização das oficinas de comunicação. Também foi possível perceber pelo relato da agroextrativista e das demais participantes o valor que atribuem ao rádio enquanto meio de comunicação. Observa-se ainda o motivo do investimento da Cargill na produção dos programetes de rádio denominados *Fala Abaeté*, analisados no capítulo anterior, como tentativa de se aproximar dos territórios para alcançar seus objetivos.

Na segunda fase da programação da oficina, as participantes foram separadas em dois grupos para iniciar um exercício de reflexão sobre as diferenças entre a comunicação hegemônica e a comunicação contra-hegemônica. Depois de apresentar algumas características, esta autora distribuiu cartolinas com notícias para cada grupo de mulheres. Elas fizeram a leitura coletiva das notícias e analisaram texto e imagens para identificação das características do material selecionado.

Figura 39 Grupo de mulheres do Pirocaba analisa notícias publicadas em sites contra-hegemônicos



Fonte: Elaboração própria, 18 de novembro de 2023.

Daniela e seu grupo tiveram acesso a notícias dos sites Tapajós de Fato<sup>56</sup> e Amazônia Real<sup>57</sup>. Os textos jornalísticos abordam experiências de produção agroecológica no município de Mojuí dos Campos (PA) e um artigo sobre quintais urbanos na perspectiva do Bem Viver, tema familiar a elas por conta dos conteúdos das formações político-pedagógicas. Após a leitura e o debate, concluíram que se identificavam bastante com os assuntos abordados por esses sites jornalísticos, principalmente quanto à notícia publicada no Tapajós de Fato, conforme relato de Daniela.

---

<sup>56</sup> A notícia “Mulheres, produtoras rurais, geram emprego e renda em Mojuí dos Campos e são fundamentais para a economia local” foi publicada no site Tapajós de Fato, em <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1074/>. Acesso em 05 jun.2024.

<sup>57</sup> Ver Quintais urbanos - Canteiros do Bem viver <https://amazoniareal.com.br/quintais-urbanos-canteiros-de-bem-viver/>. Acesso em 07 jun. 2024.

Essa notícia mostra que existem coisas importantes acontecendo nos territórios. A questão dos anúncios que a gente conversava antes aqui. Essa foto delas lembra nossas reuniões sobre as cadernetas. A gente sempre faz essa foto coletiva no final da atividade. Mas sabemos que elas passam por problemas parecidos com os nossos também. Tivemos um conversatório<sup>58</sup> em Santarém e elas denunciaram a situação grave da poluição dos rios. Já o Amazônia Real a gente conhece porque eles vieram aqui no território pra falar sobre o açaí e tivemos oportunidade de contar que as mudanças climáticas estão prejudicando nossa produção. Nós falamos sobre um problema que observamos no território: seja na área da várzea ou da terra firme o açaí tá secando antes do tempo (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2023).

O grupo liderado por Dayane, por sua vez, analisou imagens e texto publicados no caderno AgroPará do jornal Diário do Pará. Antes de apresentarem as notícias, elas lembraram que o jornal pertence à família Barbalho, assunto comentado no debate sobre direito à comunicação, quando foi abordada a propriedade cruzada na mídia hegemônica. Além disso, lembraram que a mesma família é proprietária de fazendas no estado, representando interesses do agronegócio. Milena detalhou a conversa que tiveram.

---

<sup>58</sup> Espaço de reflexão e debate entre participantes do evento, buscando soluções para um problema ou preocupação de interesse comum.

Analisamos as imagens dessa grande fazenda de gado na reportagem. Tem um homem observando os bois que devem ser dele ou do patrão dele. É uma imagem que usaram pra mostrar força, riqueza e poder. É tudo muito masculino nesse sentido de pensarmos sobre a cultura do agro. Ao contrário das fotos que o outro grupo mostrou das mulheres que trabalham com a agroecologia. Elas são bem parecidas com a gente. Essas reportagens mostram claramente como prevalece um modelo feminino e outro masculino, que é machista e se coloca como superior. Então sabemos que o Diário do Pará é uma mídia hegemônica, que está do lado do agro e dos poderosos pra defender seus interesses. E cadê as mulheres, as comunidades, a produção da agroecologia? Não tem. Não aparece porque elas praticam a agroecologia e pensam diferente. (Milena Silva, Território Pirocaba, 2023)

Figura 40 O grupo de mulheres que ficou responsável por analisar e apresentar as notícias de mídias hegemônicas



Fonte: Elaboração própria, 18 de novembro de 2023.

Interessante perceber, como analisado com o grupo, que as reportagens nas mídias contra-hegemônicas, representadas por Brasil de Fato e Amazônia Real, enfatizaram a agroecologia praticada por mulheres, enquanto as mídias hegemônicas valorizaram o agronegócio por meio de imagens que destacam aspectos masculinos, mesmo que a seleção de notícias não tenha sido proposital. Embora haja muitos homens que praticam e defendem o modelo de produção agroecológica, acredita-se que as mulheres estão buscando a visibilização e valorização do seu trabalho, aproveitando os espaços disponíveis para a defesa da agroecologia.

Após o segundo exercício concluído na roda de conversa, foi feita uma avaliação das atividades. Discutiu-se o planejamento de uma oficina de comunicação feminista, agroecológica e popular como passo mais importante do processo de pesquisa-ação. O grupo pediu que a oficina fosse marcada para o mês de janeiro subsequente, “para que a data não fique

distante e a gente coloque em prática o que foi discutido hoje” (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2023).

A oficina foi programada para 13 de janeiro de 2024, após o recesso do final do ano. O planejamento prévio, a organização e o engajamento coletivo foram fundamentais para o melhor aproveitamento da roda de conversa como metodologia. A troca de ideias fluiu de forma livre e horizontalizada, como planejado. Os conteúdos despertaram reflexões sobre a importância da comunicação como forma de propagar os anúncios do Pirocaba, assim como para denunciar os problemas que mais preocupam a comunidade, como a luta pela permanência no território e sua relação com a conservação da natureza, prevista e regulamentada no Plano de Gestão Territorial da Comunidade Pirocaba (2022)<sup>59</sup>.

Avaliou-se ainda, como estratégia metodológica, a importância do exercício de análises de notícias, além da leitura, contextualização e debate sobre a ausência do direito à comunicação – previsto na Constituição Federal de 1988 – antes de partir para a etapa que envolve a experiência prática, do fazer-vivenciar, pois também se considera que “não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas” (FREIRE, 2013, p.54). Milena Vasconcelos Silva, artesã e agroextrativista, reforçou a necessidade de continuidade da pesquisa-ação.

Dizem que a comunicação é pra ajudar o povo, mas não é o que tá acontecendo na mídia. Por isso acho que a gente tem que fazer o nosso projeto de comunicação iniciando do jeito que for possível. A gente precisa buscar o direito à comunicação que você nos explicou e que ainda não conhecíamos dessa forma, pois ele é muito importante para apoiar nossas lutas. Precisamos conquistar mais conhecimentos pra mostrar o tanto de coisas boas que fazemos aqui no Pirocaba e também divulgar os nossos problemas, fazer as denúncias quando forem necessárias. (Milena Silva, Território Pirocaba, 2023)

Algumas mulheres relataram que, de forma geral, as oficinas de comunicação realizadas nos territórios são voltadas para os jovens. Elas acreditam que isso se deve à familiaridade que os mais novos têm com tecnologias e redes sociais, entretanto, Milena defendeu que “as experiências de vida das mulheres e a memória das pessoas mais idosas também devem ter sua relevância reconhecida nos projetos de comunicação nos territórios” (Milena Silva, Território Pirocaba, 2023). A partir desse ponto de vista, planejamos as oficinas de comunicação com esse cuidado em mente: a necessidade de reconhecer, valorizar e incluir as mulheres mais velhas, responsáveis pela transmissão de conhecimentos entre gerações.

---

<sup>59</sup> O Plano de Gestão Territorial (PGT) do Território Pirocaba é o principal instrumento relacionado à organização territorial e à preservação ambiental, resultado de oficinas e discussões realizadas em reuniões com apoio da FASE. O Plano de Gestão dialoga com o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada da Comunidade.

#### **4.2 As oficinas de comunicação e a produção de imagens pelas agroextrativistas**

Como resultado prático dos primeiros movimentos da pesquisa-ação, a oficina “Direito à comunicação agroecológica, feminista e popular” foi iniciada no dia 13 de janeiro de 2024. O planejamento contou com a participação do grupo de mulheres por meio de trocas de mensagens. A mobilização contou, mais uma vez, com a iniciativa de Dayane, interlocutora principal no planejamento das atividades de comunicação (APÊNDICE D – PLANEJAMENTO DA OFICINA).

Essa etapa da pesquisa no Território Pirocaba iniciou-se na sexta-feira, dia 12 de janeiro de 2024. A autora ficou hospedada na casa da família de Dayane Araújo, localizada próximo ao rio Pirocaba, na área do Projeto de Assentamento Agroextrativista. Depois de conhecer e conversar com os pais das agroextrativistas, houve uma primeira troca de ideias com ela sobre a mobilização e a última revisão do planejamento das atividades que se iniciariam no dia posterior.

Choveu muito durante toda a tarde. A família relatou dificuldades para atravessar o rio. No mesmo dia, a canoa em que estavam as agroextrativistas com uma bebê, filha de Milena, virou durante a travessia. Todos os pertences molhados foram estendidos em um varal no quintal, dividindo espaço com o canteiro agroecológico e com as árvores nativas. As condições do ramal de acesso ao Pirocaba por terra pioraram bastante com as chuvas dos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024.

Também pude conversar com Dilmara Araújo, liderança da mesma família e irmã de Dayane, sobre sua trajetória de trabalho e militância, além da recente aprovação no curso de Educação no Campo no campus da Universidade Federal do Pará em Abaetetuba, na modalidade intervalar. Dilmara integra a Frente de Defesa dos Territórios do Baixo Tocantins e também já esteve na direção da ASAPAP, como a irmã Daniela.

No dia seguinte, de manhã cedo, fizemos caminhada no quintal e gravamos áudios com sons de aves para possíveis usos durante a oficina de comunicação. Atravessamos o rio a pé na maré baixa até a chegada ao trapiche com bastante lama no percurso e nos encaminhamos à sede da associação. Desta vez a nova presidente da ASAPAP, a agroextrativista Rosa Maria Vilarino, conhecida como Rosinha, estava no Pirocaba e se juntou ao grupo.

No primeiro momento da oficina foram retomados os assuntos tratados na roda de conversa, primeira atividade realizada com o grupo em novembro. Fizemos a distribuição de fotografias impressas para estimular as lembranças de alguns momentos importantes da

atividade e como forma de retorno à comunidade. Após essa primeira conversa, as imagens foram doadas ao acevo da ASAPAP. Retomamos o debate a partir da pergunta: qual a comunicação contra-hegemônica que queremos? Esse foi o último ponto discutido na primeira roda de conversa, em novembro de 2023.

O título da atividade, *Oficina de Comunicação Agroecológica, Feminista e Popular*, procurou articular as três características mais citadas e debatidas quando essa pergunta foi enunciada. As mulheres confirmaram que pretendem colocar em prática uma comunicação contra-hegemônica pensada coletivamente capaz de valorizar esses aspectos – agroecologia, feminismos e comunicação popular - sob a ótica de quem vivencia a realidade do Território Pirocaba com seus anúncios e denúncias.

Quanto à relação entre comunicação e agroecologia foi possível conversar sobre iniciativas da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e da Associação Brasileira da Agroecologia (ABA), que passaram a publicizar suas ações para públicos mais amplos por meio do uso das redes sociais na internet como principal forma de comunicação. Importante lembrar que as agroextrativistas do Pirocaba participaram de encontros e formações com algumas dessas organizações, como ANA, FASE e ABA.

Além de divulgarem atividades relacionadas ao movimento agroecológico, com ênfase na luta política, essas organizações procuram dar visibilidade aos temas centrais para a agroecologia, como o protagonismo das mulheres. “Sem feminismo não há agroecologia” é um dos lemas utilizados nas formações político-pedagógicas e em mobilizações locais e nacionais, como a Marcha das Margaridas<sup>60</sup>. A frase é reproduzida em cartazes ( Figura 41), *banners* e publicações que visam comunicar os princípios da agroecologia e do feminismo, associados aos temas e à luta por direitos socioambientais, incluindo o combate ao racismo ambiental, à LGBTQIfobia e ao aquecimento global.

---

<sup>60</sup> A Marcha das Margaridas é uma mobilização de mulheres do campo e da floresta de todos os estados do Brasil que reivindicam acesso à terra e combate à violência contra as mulheres, entre outras pautas prioritárias para o movimento. Em 2023, cerca de 100 mil mulheres, entre agricultoras, agroextrativistas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, participaram da programação em Brasília. O nome da marcha homenageia Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983, aos 50 anos, por um matador de aluguel a mando de fazendeiros. (<https://www.marchadasmargaridas.org.br/>). Acesso em 01 jun. 2024.

Figura 41 Post publicado no Instagram da ANA para o Dia Internacional de Luta das Mulheres



Fonte: Reprodução Instagram da ANA, no dia 08 de março de 2024.

O movimento agroecológico vem enfatizando a importância da comunicação por meio de publicações, como livros e cartilhas que incentivam a valorização da agroecologia, como prática, ciência e movimento. Em 2021, a ANA lançou a publicação *Propostas para a comunicação agroecológica*. Segundo Almeida, autor do livro, a ideia surgiu a partir da percepção coletiva de diversas pessoas e organizações sobre a importância de discutir e qualificar a comunicação desenvolvida no contexto da agroecologia. Neste primeiro momento da oficina no Pirocaba entregamos ao grupo de mulheres agroextrativistas uma cópia impressa da publicação, que pode ser obtida no site da ANA<sup>61</sup>, para apoiar as futuras reflexões.

Com o objetivo de pensar e colocar em prática “uma outra comunicação” acreditamos que a comunicação agroecológica e feminista precisa estar associada à comunicação popular. As denúncias e as reivindicações por melhores condições de vida das mulheres do Pirocaba,

<sup>61</sup> A publicação *Propostas para a comunicação agroecológica* pode ser obtida no endereço <https://agroecologia.org.br/2021/10/20/propostas-para-comunicacao-agroecologica/>. Acesso em 28 de jun. 2024

além da necessidade de defesa do território, apontam para a importância dessa associação. Entre os conceitos de comunicação popular que norteiam esse debate, destacam-se as questões levantadas por Peruzzo.

A Comunicação Popular representou — e ainda representa — a voz dos segmentos organizados da sociedade civil como contracomunicação em relação aos meios de comunicação convencionais comerciais e público-governamentais, com suas lógicas de mercado voltadas ao lucro ou à política governamental. (...) A Comunicação Popular, como categoria conceitual macro, faz jus a sua historicidade, porque na América Latina o fenômeno nasce como comunicação popular, mas foi recebendo distintas denominações, como alternativa, participativa, horizontal, dialógica, educativa, comunitária ou contra-hegemônica, em conformidade com as bases conceituais de sustentação e realidades que lhe são constituintes (...). É a comunicação do “povo”, tomado pelo ângulo dos segmentos das classes subalternizadas conscientemente organizados (Peruzzo, 2024, p.103-105)

Também discutimos o que seria, para o grupo, uma comunicação orientada por princípios feministas, resgatando conceitos que elas tiveram conhecimento nas formações político-pedagógicas promovidas pela FASE e pelo Fundo Dema. Retomamos, principalmente, os conceitos da economia feminista, apontando a centralidade do trabalho do cuidado para a reprodução social, além do conceito de corpo-território, por valorizar a luta das mulheres contra a violência machista, capitalista e patriarcal.

Conversamos ainda sobre a importância da comunicação agroecológica, feminista e popular para a produção das narrativas do território. Foram sugeridas atividades para a oficina, como produção de fotografia, vídeo ou áudios para *podcast*. As primeiras horas foram dedicadas à produção de imagens. Compartilhamos algumas técnicas, principalmente informações básicas de enquadramento, luz e sombra. A preparação também incluiu conversa e reflexão sobre o poder da imagem para transmitir os anúncios e os problemas enfrentados pela comunidade; o visível e o invisível na cotidianidade do território; assim como sobre a percepção da fotógrafa como protagonista do processo de comunicação (Martins, 2017).

Abordamos também a escolha de temas fotográficos conforme interesses indicados por elas na primeira roda de conversa. Falamos principalmente sobre a necessidade de “reconversão do olhar” para encontrar momentos, paisagens, elementos e cenas que passam despercebidas no cotidiano, mas são significativas para mostrar o que existe de valioso no território: a produção agroecológica, a natureza, a cultura, o trabalho coletivo, entre outros temas que podem ser fotografados, registrados e utilizados na comunicação interna e externa e para compor a memória do território.

Após orientação, elas formaram três grupos para produzir imagens com celular, um tablet e uma câmera semiprofissional, disponibilizada por Dayane, adquirida por meio de

projeto junto à FASE. O grupo fez imagens do canteiro coletivo das plantas medicinais, das árvores frutíferas; das construções que estão sendo realizadas em mutirão na área da ASAPAP, como a Casa de Farinha; Casa de Cultura Cabas de Fogos e dos artesanatos que estavam disponíveis no local. A agroextrativista Rosa Vilarino explicou porque decidiram fotografar a casa de palha (Figura 42), construção mais simples do terreno da associação.

Registramos a casa de palha porque foi nossa primeira construção aqui na ASAPAP, onde tudo começou. Ela tem um valor importante pra gente porque nos abrigou da chuva e do sol e em todas as nossas refeições em dias de mutirão. Tudo acontecia aí nesta casinha. Ela também representa aprendizagem e superação pras mulheres porque a gente não tinha nenhuma experiência com construções e mesmo assim resolvemos enfrentar o desafio. Foi quando aprendemos a trabalhar com a palha, com a madeira, mexer o cimento. Não foi só a construção de um barraco, mas a construção de muitos aprendizados. (Rosa Vilarino, Território Pirocaba, 2024)

Figura 42 A casa de palha - primeira construção no terreno da sede da ASAPAP.



Fonte: Grupo de mulheres da ASAPAP, 13 de janeiro de 2024.

O grupo liderado pela artesã e agroextrativista Milena Vasconcelos Silva optou por fotografar a Casa de Cultura Cabas de Fogo – reproduzida na Figura 43, o espaço especial para as associadas da ASAPAP. O projeto foi realizado com recursos do Fundo Casa Socioambiental<sup>62</sup> e mão de obra sob responsabilidade da associação. A construção foi concluída no segundo semestre de 2023<sup>63</sup>.

A Casa de Cultura ganhou essa denominação porque, segundo os mais antigos moradores do local, Pirocaba significa “terra de cabas de fogo”. Conforme relato das agroextrativistas existem diferentes espécies de cabas, até hoje, no território, explicou Milena. “O pessoal brinca que aqui é terra de mulheres bravas, como as cabas. Isso porque somos mulheres de luta e exigimos nossos direitos. Foi assim que escolhemos o nome Casa de Cultura Cabas de Fogo” (Milena Silva, Território Pirocaba, 2024).

Figura 43 Fotografia feita pelo grupo da agroextrativista Milena, mostrando a identificação da casa de Cultura



Fonte: Grupo de mulheres da ASAPAP, 13 de janeiro de 2024.

<sup>62</sup> O Fundo Casa Socioambiental tem como missão gerar impacto positivo nos diversos territórios e promover a conservação e a sustentabilidade ambiental, a democracia, o respeito aos direitos socioambientais e a justiça social por meio do apoio financeiro e fortalecimento de capacidades de iniciativas da sociedade civil na América do Sul. <https://casa.org.br/>. Acesso em 20 jun. 2024.

<sup>63</sup> A ideia inicial era construir uma casa só para o artesanato onde pudessem realizar oficinas, cortar o miriti, trabalhar com o material das biojóias e guardar as peças produzidas pelas artesãs. Depois perceberam que era necessário ampliar os usos do espaço e passaram a chamá-lo Casa de Cultura Cabas de Fogo.

Conforme explicação de Milena, elas resolveram fotografar a Casa de Cultura e os artesanatos porque “as mulheres depositaram muitos sonhos na construção desse espaço”. Planejaram a realização de exposições, venda e divulgação dos artesanatos, ao receberem visitas de outros territórios ou externas ao município. Na inauguração da Casa de Cultura, também organizaram a venda de produtos da agroecologia e da culinária do território, produzidos pelas associadas e associados.

Essa casa representa nossa coletividade, nossa força porque foi trabalho braçal e as mulheres participaram ativamente. Não tinha distinção entre trabalho de homem ou de mulher. A gente bateu concreto, levantou madeira. Hoje é um espaço conhecido, recebemos visitantes, então a cada dia procuramos melhorar o ambiente. No dia da inauguração fizemos uma feira com produtos de todos os associados, não apenas das artesãs. Hoje, durante a atividade, sentimos falta da exposição da nossa produção de artesanato pra fazer mais fotografias. Como tem chovido, não estamos guardando tudo aqui. Quando a gente se reúne neste lugar é muito bom passar esse tempo juntas, ensinando, aprendendo, conversando, desabafando... Dona Neca nos contou que a dor de cabeça dela passa quando chega porque ela se sente querida, aprende coisas novas e conversa com as amigas. Esse movimento de resgate do artesanato uniu a gente ainda mais. Temos muito orgulho desse da nossa cultura e desse espaço. (Milena Silva, Território Pirocaba, 2024)

O terceiro grupo registrou o mutirão para a construção da Casa de Farinha (Figura 44), uma das construções mais aguardadas pelo grupo, que começou a funcionar provisoriamente no final do primeiro semestre de 2024, embora a construção ainda não estivesse totalmente concluída. A realização dos mutirões traz informações importantes sobre o modo de vida comunitário, pois é por meio da união do trabalho de mulheres e homens que toda a sede da ASAPAP está sendo erguida, processo paralelo à construção da organização comunitária e da produção agroecológica.

Figura 44 Construção da sede da ASAPAP envolveu o trabalho de mulheres e homens em mutirão



Fonte: Grupo de mulheres da ASAPAP, 13 de janeiro de 2024.

Finalizada a sessão de fotografias, reunimos para compartilhar as imagens e fizemos uma rodada de avaliação da primeira parte da oficina. A agroextrativista Lidiane Vilarino acredita que fará fotos mais elaboradas depois de participar da oficina “porque antes eu não pensava em nada antes de fotografar. Só apontava o celular e tirava a foto. Não sabia nem como centralizar a imagem, reparar a luz. Depois da oficina, o resultado vai ser bem melhor porque vou pensar no que eu quero contar com aquela imagem” (Lidiane Vilarino, Território Pirocaba 2024).

Paula Margalho, uma das mais idosas do grupo, explicou que foi bom desenvolver a atividade em grupos porque elas puderam se ajudar. “Senti alguma dificuldade no começo, mas as explicações ajudaram muito e a Dayane também me deu uma força quando fui fazer as fotos sozinha. Já aprendi muita coisa nova hoje e sei que minhas fotos vão melhorar” (Paula Margalho, Território Pirocaba, 2024).

Ainda durante a avaliação, Daniela Araújo refletiu sobre a importância da imagem como registro do trabalho das agroextrativistas e da luta pela permanência nos territórios, além de melhores condições de vida. Alguns meses mais tarde, a liderança enviou a esta pesquisadora

imagens do processo de luta pela ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Delcleciana Pereira de Araújo, a única localizada no território. A escola estava sem salas de aula para atender as turmas mais avançadas, que seriam remanejadas pela Secretaria Municipal de Educação para escolas localizadas em outros territórios, o que dificultaria o acesso das crianças à educação.

Lembrei do que conversamos na oficina sobre a força das imagens e começamos a divulgar os registros dos nossos protestos nas redes sociais e nos grupos de WhatsApp que contavam com representantes da Secretaria Municipal de Educação. Dessa forma, conseguimos reverter a situação e nossas crianças não terão que sair do território para estudar. (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2024)

Por meio de protestos registrados e divulgados na Internet, especialmente no Facebook do Território Pirocaba<sup>64</sup>, a comunidade conseguiu, pela primeira vez, a presença do secretário municipal de educação no território, que encontrou uma solução provisória para manter os estudantes no Pirocaba até a conclusão das obras de ampliação da escola, conforme reivindicação do território. Daniela observou que o grupo só conseguiu a reunião e uma solução “porque demos visibilidade ao problema. Isso confirma a importância da comunicação pras nossas lutas. Se as crianças fossem pra outro lugar, seria um transtorno pra elas, pras mães e pra todo o território porque haveria impactos direto no nosso trabalho e na segurança delas” (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2024).

A situação da luta pela ampliação da escola nos remete às relações de poder incorporadas ao conceito de território por autores da geografia, como Porto-Gonçalves (2014), e à importância da comunicação contra-hegemônica no processo de luta por legitimação e fortalecimento dos interesses das populações tradicionais. Percebe-se que as mulheres do Território Pirocaba passam a utilizar a produção de imagens a seu favor, de forma estratégica, para pressionar as autoridades a enxergá-las e escutá-las, buscando soluções para os problemas da comunidade.

### 4.3 O podcast *Vozes do Pirocaba* e os anúncios do território

Após a conclusão da produção de imagens e avaliação da atividade, passou-se a próxima etapa da oficina de comunicação. Duas possibilidades foram examinadas com as agroextrativistas do Território Pirocaba: a produção de um vídeo ou de um *podcast*. Elas

<sup>64</sup> A postagem no Facebook do Território Pirocaba pode ser consultada em <https://www.facebook.com/share/p/8jatQSWW1WLLknNb/?mibextid=NoJtEM>. Acesso em 01. Jul. 2024.

optaram por produzir um *podcast* para circular principalmente por meio do *WhatsApp*<sup>65</sup>. Explicaram que o aplicativo tem sido utilizado com muita frequência não só para as comunicações internas, mas também para a comunicação entre territórios. A vantagem, segundo informaram, é que “todo mundo tem” e não há grandes dificuldades para distribuição de mensagens e de informativos<sup>66</sup>.

Os *podcasts* são definidos por Freire (2017) como “tecnologias de oralidade distribuídas sob demanda”. A concepção de *podcast* foi criada no início dos anos 2000 com o desenvolvimento da tecnologia que permitia a distribuição de áudio pela internet. O termo *podcast* é uma combinação de *iPod*, o popular reprodutor de música da Apple na época, e *broadcast*, que significa transmissão em língua inglesa. Em 2004, o desenvolvedor Dave Winer e o ex-VJ da MTV<sup>67</sup> Adam Curry foram os criadores do formato de *podcasting*, que permitia aos usuários receber automaticamente novos episódios de programas de áudio em seus dispositivos quando e onde quiserem.

Os *podcasts* se popularizaram nos anos seguintes e passaram a ter diversas finalidades, destacando-se informação, entretenimento, educação e cultura. Analisando o desenvolvimento e uso dos *podcasts* na educação, Eugênio Freire (2017) destaca a liberdade produtiva, pois existe uma diversidade de programas gratuitos que possibilitam a criação de *podcasts*. Em geral, também não é obrigatório pagar plataformas para hospedagem, no entanto, recursos mínimos são necessários, como um bom aparelho celular e um computador para edição. O autor destaca a possibilidade de utilização dos *podcasts* para incluir vozes e temas que estão à margem do contexto escolar. Na experiência desta pesquisa, essa possibilidade se estende às vozes, temas e formas de vida excluídos da programação dos veículos de comunicação hegemônica.

---

<sup>65</sup> A informação foi publicada na notícia “Pesquisa revela que 80% dos brasileiros acessam o WhatsApp diariamente”, em <https://www.tudocelular.com/mercado/noticias/>.

<sup>66</sup> O aplicativo de mensagens *WhatsApp* pertence à empresa Meta, que também é proprietária do Facebook, do Instagram e do Threads. Pesquisa realizada em 2023 pela empresa VTrends para a operadora Vivo, informou que 80% dos brasileiros conectados à internet costumam acessar o WhatsApp diariamente, seguido pelo uso do Instagram, que aparece com 63% e, em terceiro lugar, o Facebook com 52% da preferência, indicando o forte interesse pelas redes sociais no país. Embora a empresa Meta não informe dados oficiais sobre números de usuários, sabe-se que o Brasil só perde para a Índia.

<sup>67</sup> Os VJs (*Video Jockeys*) são apresentadores de videoclipes especialistas em música, que imprimiram a informalidade como identidade dos programas da emissora estadunidense MTV, nos anos 1980. No Brasil, a emissora foi fundada no início dos anos 1990, seguindo o mesmo formato.

A liberdade da tecnologia em questão emerge como força motriz das ações citadas, muitas promotoras do encontro entre a comunicação e a educação descritas por Paulo Freire. Dentre as práticas educacionais viabilizadas pelo uso do podcast, é possível destacar a abertura para vozes e temas que se encontram à margem de um dado contexto escolar, prática amparada pela liberdade produtiva inerente ao modo como o podcast foi constituído (...). Outras práticas educacionais subsidiadas por essa tecnologia consistem da cessão de espaço comunicativo/educacional para sujeitos que, em outros meios tecnológicos, não ultrapassariam a condição de receptores passivos; do exercício de modos de expressão, posicionamentos e discursos pouco usuais em diversos contextos sociais; e do desenvolvimento de projetos inclusivos postos em curso de forma democrática (Freire, 2017, p. 61).

Diante da opção das agroextrativistas do Território Pirocaba pelo *podcast*, iniciamos a atividade, dia 13 de janeiro de 2024, explicando as etapas de criação dessa ferramenta, com escolha do tema; organização de roteiro e elaboração dos textos conforme a função de cada participante. O grupo escolheu *Vozes do Pirocaba* como denominação do *podcast*, entre as sugestões apresentadas por elas. A denominação traz à tona a vontade das mulheres de narrar suas próprias histórias sobre o território, mas também a luta por “voz” no sentido empregado por Solnit (2017), abarcando amplos direitos que se conectam à comunicação.

“Por voz não me refiro apenas à voz em sentido literal – o som produzido pelas cordas vocais nos ouvidos dos outros –, mas à capacidade de se posicionar, de participar, de se experimentar e de ser experimentado como uma pessoa livre com direitos (...) O silêncio foi o que permitiu que os predadores atacassem ao longo das décadas, sem impedimentos. É como se as vozes desses homens públicos importantes devorassem e aniquilassem as vozes dos outros, num canibalismo narrativo” (Solnit, 2017, p. 31-32).

O termo *canibalismo narrativo*, empregado por Solnit se conecta com a necessidade de amplificação das vozes das mulheres dos territórios para combater narrativas de governos e grandes corporações que têm como objetivo ditar os caminhos do “desenvolvimento sustentável” para as populações amazônicas. Ao assumirem papel de protagonismo nas mídias hegemônicas e nas redes sociais na internet esses agentes também devoram e canibalizam conceitos e expressões como “sustentabilidade”, “manter a floresta em pé” e “bioeconomia”, amplamente utilizados nas narrativas dos governantes e das grandes empresas que atuam na região sem escuta, diálogo representação dos territórios.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, foi o tema do projeto-piloto do *podcast*, seguindo a escolha do grupo de agroextrativistas do Território Pirocaba, como forma de anunciar a importância da produção agroecológica das mulheres e a

necessidade de políticas públicas que as contemplem, pois a agroecologia conta com poucos recursos e incentivos em todo o país<sup>68</sup>.

O PAA foi criado em 2003, como uma das estratégias do Programa Fome Zero, e consiste na compra de alimentos da agricultura familiar, preferencialmente agroecológicos e orgânicos. Trata-se de um programa, como exposto no Capítulo 2, que compõe a política de preços mínimos dentro da lógica de mercados institucionais que incentivam compras públicas. Pelo PAA, produtos da agricultura familiar, especialmente aqueles que são de origem regional, são adquiridos por prefeituras e, por vezes, pelo Estados, por meio de subsídios federais. Os entes federados, especialmente prefeituras, tem o compromisso, para a recepção do subsídio, de adquirirem pelo menos 30% de produtos advindos do PAA em suas compras públicas. O Governo Federal também se compromete a adquirir parte do volume de produção do PAA para doação a pessoas em situação de vulnerabilidade social, merendas de creches e escolas, hospitais e programas assistenciais. Os fornecedores do PAA são assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, comunidades quilombolas e outros povos tradicionais.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, o PAA passou a se chamar *Alimenta Brasil*, tendo sido esvaziado e quase extinto por falta de recursos financeiros. Em meio ao crescimento da fome no país, o projeto teve orçamento quase zerado, conforme denunciado por veículos de comunicação<sup>69</sup>. O PAA chegou a doar mais de 500 mil toneladas de comida em um ano, mas o valor caiu 76% na comparação entre 2011 e 2021.

Após seu relançamento, em 2023, com a volta da denominação Programa de Aquisição de Alimentos, o Território Agroextrativista Pirocaba foi inserido no programa. As agroextrativistas já haviam participado de várias formações das Cadernetas Agroecológicas, o que contribuiu para a diversificação e valorização da produção agroecológica do território. Pouco divulgado para o grande público, o PAA, assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são importantes estímulos à agroecologia e à permanência no território por incentivarem a compra da produção, que gera renda. Uma novidade na versão do PAA lançada em 2023 é que 50% dos fornecedores devem ser mulheres.

---

<sup>68</sup> Segundo reportagem publicada no site Repórter Brasil, em 25 de junho de 2024, os movimentos do campo consideram baixos os investimentos e afirmam que o orçamento da União privilegia cada vez mais as *commodities* agrícolas e os ultraprocessados. A reportagem pode ser lida no endereço <https://reporterbrasil.org.br/2024/06/alimentos-organicos-creditos-agricultura-familiar/> Acesso em 25 jun. 2024.

<sup>69</sup> Reportagem que denunciou a quase extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, publicada no site G1: <https://g1.globo.com/economia>. Acesso em 12 mai. 2024.

O grupo contou que antes da adesão ao PAA os preços dos seus produtos estavam muito baixos no mercado. Também relataram dificuldades para transportar a produção até o centro de Abaetetuba, Belém e outros mercados. Com a incorporação do território ao PAA, a produção passou a ser vendida por valores que elas consideram justos, acima do que normalmente conseguiriam vender nos mercados mais próximos. Outro fator positivo avaliado pelo grupo é justamente o transporte da produção. No caso do PAA, o caminhão do programa se desloca até o território periodicamente para recolher a produção agroecológica.

Figura 45 Caminhão do PAA em dia de entrega da produção do Território Pirocaba



Fonte: Instagram Daniella Araújo, 9 de novembro de 2023.

Depois de contarem a experiência na roda, foi elaborado um roteiro envolvendo depoimentos delas como protagonistas do PAA no território. Dayane Araújo e Rosa Maria Vilarino foram escolhidas para fazer a locução do *podcast*. As agroextrativistas Daniela Araújo, Lidiane Vilarino e Milena Vasconcelos ficaram responsáveis por contar sobre suas experiências como fornecedoras do PAA. As demais participantes auxiliaram na discussão do tema, na escrita dos textos e na gravação. Optamos por uma edição-piloto com aproximadamente cinco minutos de duração.

Cada uma delas escreveu seu próprio depoimento. Foram feitas adaptações para uma linguagem mais próxima aos *podcasts*, sem interferir nas informações selecionadas por elas, sempre enfatizando a importância do incentivo à agroecologia e à visibilização do trabalho das mulheres. Também suprimimos algumas repetições nos diferentes depoimentos para acolher uma maior diversidade de argumentações sobre o PAA.

Depois da redação e edição dos textos, ensaiamos algumas locuções com as que demonstraram mais dificuldades. Como o mutirão de construção estava em atividade durante as gravações, foi necessário nos abrigar em uma área mais afastada, um “estúdio” improvisado, que serviu para abafar os sons da construção e possibilitar os ensaios e gravações durante a tarde, tendo apenas os sons da natureza ao fundo.

Figura 46 Ensaios e gravações com as participantes do primeiro podcast Vozes do Pirocaba



Fonte: Dayane Araújo, 13 de janeiro de 2024.

Cada trecho do *podcast* foi gravado em torno de três ou quatro vezes para possibilitar a escolha das melhores versões. Pequenos erros na locução foram mantidos, após algumas tentativas de correção. A ideia foi incentivá-las a viver esse primeiro encontro com a comunicação feminista, popular e agroecológica de forma mais lúdica e experimental, reconhecendo que todas têm saberes importantes a serem compartilhados (Freire, 2014). Foi necessário aguçar a sensibilidade para compreender a singularidade do processo vivenciado por elas, mais do que se apegar às regras formais da comunicação e, principalmente, do jornalismo com o qual trabalhamos nas redações e nas salas de aula.

Durante a avaliação da atividade também foi feita leitura em grupo do texto *Comunicação feminista e popular: processos, aprendizados e práticas das mulheres em movimento*, da comunicadora Fabiana Benedito, publicado pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF) e Marcha Mundial das Mulheres, disponibilizado no site Brasil de Fato. O texto motivador ressalta a importância da comunicação para incentivar a atuação das mulheres enquanto sujeitos políticos.

Todas podemos ser comunicadoras porque comunicação não é apenas uma técnica. Tampouco um conhecimento que algumas pessoas – em especial homens brancos heterossexuais – possuem. Não se trata, para nós, de uma mera transmissão de mensagens. Falamos em construção de memória da organização popular e de sentidos comuns para as nossas lutas, denúncias das desigualdades sociais e fortalecimento das mulheres como sujeitos políticos (Benedito, 2022, p.1).

As avaliações do grupo de mulheres focaram especialmente na importância do processo de construção coletiva do *podcast* como experiência nova, que pode estimular o interesse de mais mulheres do Território Pirocaba e de outros territórios do Baixo Tocantins pela comunicação popular, feminista e agroecológica. Neste primeiro momento prevaleceu a união do grupo e o apoio mútuo em torno dos projetos coletivos como fatores que contribuíram para o bom encaminhamento da pesquisa-ação. O forte senso de coletividade, em tempos de individualismo exacerbado, traduz-se como vantagem para os projetos desenvolvidos pelas mulheres no Pirocaba. A seguir a avaliação de Daniela Araújo:

Gostaria de falar sobre o tema que escolhemos. Eu já queria ter falado do PAA e escrito um texto pra colocar no nosso grupo da resistência no WhatsApp. Mas o *podcast* é bem melhor. Acho que ele ficou tão educativo e informativo! As pessoas vão entender o que é o programa com o depoimento de quem está participando. Além disso, vamos ser as primeiras mulheres a ter um *podcast* por aqui. A gente quer motivar mulheres de outros territórios a se sentirem capazes de fazer isso também. Ser multiplicadoras é importante, assim como você veio aqui compartilhar conhecimento com a gente e trabalhamos juntas nessa pesquisa-ação. (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2024)

O *podcast* foi editado e enviado ao grupo de participantes da pesquisa-ação no dia quatro de fevereiro de 2024. Inicialmente, o resultado foi compartilhado por elas com outras famílias do Pirocaba e com as demais mulheres que atuam nas lutas pelos territórios do Baixo Tocantins por meio dos grupos que compartilham no aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Este primeiro episódio<sup>70</sup> também foi publicado no perfil da FASE nacional no Instagram (FASE, 2024), em 19 de fevereiro de 2024, tendo obtido mais de 860 reproduções até o final do mês de junho do mesmo ano<sup>71</sup>. Posteriormente o *Voices do Pirocaba* foi inserido nos agregadores de *podcast* *Spotify*<sup>72</sup> (Figura 47), *Apple Podcasts* e *Amazon Music*.

<sup>70</sup> O *podcast* foi lançado inicialmente no perfil da FASE no Instagram: <https://www.instagram.com/reel/C3iRFXTLESI/?igsh=aGpuc3h5NzhpeWxr>. Acesso em 02 jul. 2024.

<sup>71</sup> Esse número seria ainda maior se fosse possível contabilizar as reproduções do episódio compartilhadas por meio de mensagens no *WhatsApp*.

<sup>72</sup> No Spotify, o endereço do *podcast* é: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/tatianajor/episodes/Cadernetas-Agroecologicas-e2j4d2r>

Figura 47 Reprodução da tela de apresentação do primeiro episódio do podcast Vozes do Pirocaba no Spotify



Fonte: Elaboração própria, maio de 2024.

Avaliou-se que o tema escolhido e os relatos das agroextrativistas na primeira edição do *podcast* mostram que a economia feminista e popular envolve muito trabalho das mulheres e de suas famílias no território, o que resulta em uma produção agroecológica diversificada e de qualidade, que necessita de visibilização, valorização e apoio de políticas públicas para que se mantenha como prática que propicia combate à fome e à insegurança alimentar, cuidado com a natureza, permanência no território e fortalecimento da organização política e territorial liderada pelas mulheres.

Os resultados foram considerados muito positivos pelo grupo de mulheres do território que integraram a pesquisa-ação e participaram da primeira edição do *Vozes do Pirocaba* (Figura 48). Segundo Dayane Araújo, elas foram parabenizadas e incentivadas a dar continuidade ao projeto pelos ouvintes. A repercussão interna e externa ao território foi maior do que era esperado pelo grupo, conforme as avaliações que fizeram.

Essa experiência foi uma construção feita com muita união e apoio entre a gente, né? Todo mundo contribuiu. Algumas pessoas ainda não se sentiam à vontade pra falar, mas vai chegar o tempo que vão se indicar: “eu quero falar”. Tenho certeza de que, naquele momento, algumas de nós nem tinha ouvido falar sobre o que é um *podcast*. Então foi um aprendizado valioso sobre formas diferentes de comunicação e sobre como essa experiência pode valorizar o território, o nosso trabalho e a luta por mais direitos. Por isso queremos agradecer a paciência e os ensinamentos. Estou muito feliz e com vontade de seguir na construção dessa comunicação junto com todas vocês. (Dayane Araújo, Território Pirocaba, 2024).

Milena explicou que no início da oficina acreditou que não conseguiria participar das gravações por achar que sua voz não estava boa, mas resolveu gravar o relato assim mesmo por ter refletido sobre a necessidade de uma comunicação própria das mulheres do território. “O resultado surpreendeu e alcançamos nosso objetivo. Mesmo com pouco tempo conseguimos mandar o recado sobre o PAA. Muita gente escutou, comentou, nos parabenizou e isso é um grande incentivo pra continuarmos” (Milena Vasconcelos, Território Pirocaba, 2024). Daniela ressaltou que elas ficaram orgulhosas do resultado porque compreenderam que a comunicação popular é um conhecimento disponível para todas.

A gente ficou muito na expectativa depois da gravação. Quando a edição ficou pronta, comecei a compartilhar na mesma hora. Chamou atenção de todo mundo porque é um produto nosso, feito pelas mulheres do território. As pessoas escutaram com muita atenção. Me mandaram mensagens dizendo que a gente inspirava outras pessoas. Então, considero que demos um passo a frente quanto à defesa do território, agora também por meio da comunicação. Queremos que outras companheiras de outros territórios tenham essa experiência também. No seminário do GT Mulheres da ANA que participei em Brasília compartilhei nossa experiência porque houve muitas queixas das mulheres sobre como nossas questões estão sendo mostradas na mídia. Então eu falava que precisamos fazer nossa própria comunicação porque ninguém sabe melhor do que a gente sobre a nossa realidade, sobre o que defendemos e sobre os desafios que enfrentamos. Agradeço a ti, ao NAEA e à universidade por esses aprendizados porque precisamos do apoio da academia na nossa luta. (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2024)

Figura 48 O grupo de mulheres que participou da primeira fase da pesquisa-ação no Pirocaba



Fonte: Elaboração Própria, 13 de janeiro de 2024.

#### 4.4 As Cadernetas Agroecológicas e o segundo episódio de *Vozes do Pirocaba*

O terceiro encontro organizado com as agroextrativistas foi a “Oficina de Comunicação Feminista e Popular: Cadernetas Agroecológicas e os anúncios do Território Pirocaba”, realizada em abril de 2024, no Casa de Cultura Cabas de Fogo. Na conclusão da primeira oficina, foi definido que a segunda edição do podcast *Vozes do Pirocaba* abordaria a experiência delas com as Cadernetas Agroecológicas como forma de divulgar a importância dessa iniciativa para as mulheres do território.

Chegamos em Abaetetuba no dia 19 de abril de 2024, antes do meio-dia. Desta vez a viagem foi de barco saindo do porto Arapari, em Belém. Durante o trajeto, encontrei a liderança Daniela Araújo que regressava do *Seminário Nacional Mulheres da Agroecologia na luta contra o Racismo Ambiental e por Justiça Climática*, realizado em Brasília pelo GT Mulheres da ANA, onde foi relatar a experiência das mulheres do Pirocaba quanto à defesa do território.

Ao chegar em Abaetetuba, encontrei com Dayane na ASAPAP, almoçamos e, desta vez, preparamos juntas a Casa de Cultura Cabas de Fogo (Figura 49) para a chegada das participantes da oficina. Choveu bastante no início da tarde, mesmo assim apenas uma integrante do grupo não pôde participar porque precisou se dedicar ao trabalho, entregando

encomendas de doces. Iniciamos a atividade relembando os dois primeiros encontros e avaliando a repercussão do primeiro episódio do território *Vozes do Pirocaba*.

Figura 49 Centro da roda de conversa sobre as Cadernetas Agroecológicas no Território Pirocaba



Fonte: Elaboração própria, 19 de abril de 2024.

Após a etapa de avaliação da produção e repercussão do primeiro *podcast*, foi iniciada uma roda de conversa preparatória para a gravação do segundo episódio, sobre as Cadernetas Agroecológicas (Figura 50). Foram lançadas perguntas para provocar a reflexão do grupo sobre o processo envolvido no uso das cadernetas no território, desde sua apresentação inicial em 2018, por meio das educadoras da FASE e do Fundo Dema. Além da reflexão coletiva, foi solicitado que as participantes contassem sobre suas experiências individuais e avaliassem os resultados alcançados com a utilização da caderneta.

Figura 50 Roda de conversa sobre o uso das Cadernetas Agroecológicas no Território Pirocaba



Fonte: William de Oliveira, 20 de abril de 2024.

A roda de conversa funcionou como um momento preparatório para a escrita do roteiro e dos textos do *podcast*. Todas as participantes lembravam das primeiras experiências e das transformações que ocorreram após participarem das formações e iniciarem o registro dos valores correspondentes aos itens da produção consumidos, doados, trocados ou vendidos. Rosa das Graças Vilarino avaliou que as Cadernetas Agroecológicas foram fundamentais para a organização das mulheres.

Gosto muito das cadernetas porque antes a gente não tinha qualquer organização. A gente vendia nossa produção e não anotava nada, não existia essa preocupação. Com as anotações, percebi o quanto economizamos em casa com tudo o que produzo no quintal. Tenho limão, coco, toranja, cacau, banana, abacaxi, cupuaçu, goiaba, além das verduras e legumes. Isso tudo é economia porque não compramos na feira ou no supermercado e tudo o que eu vendo tem gerado uma boa renda. Então, precisamos comunicar tudo isso e mostrar que é possível produzir e preservar nosso território ao mesmo tempo. (Graça Vilarino, Território Pirocaba, 2024)

Quanto às questões dos direitos das mulheres, Daniela contou que houve muitas mudanças nos últimos anos, incluindo a divisão de tarefas entre homens e mulheres, que passou a ser mais justa. A valorização das mulheres envolveu o trabalho, a produção agroecológica, o resgate da autoestima, mas também a dedicação à luta pelo território, conforme observou.

A gente realmente se consolidou na liderança do território muito em função do que fomos aprendendo com o uso das cadernetas. Isso não quer dizer que somos melhores do que os homens ou que estamos em disputa com eles. Muito pelo contrário, queremos parceria, união e respeito. Com as cadernetas nós compreendemos a importância do nosso trabalho, da nossa dedicação ao território e à família e estamos lutando para sermos ouvidas. (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2024)

A produção do segundo episódio do *podcast* Vozes do Pirocaba iniciou após as reflexões da roda de conversa sobre as Cadernetas Agroecológicas. O roteiro foi discutido com base nos pontos principais apontados pelas mulheres sobre a experiência com a caderneta (Figura 51). As duas locutoras da primeira edição foram mantidas por escolha do grupo: Dayane Araújo e Rosa Maria Vilarino. Neste segundo episódio mais mulheres participaram de forma espontânea com seus depoimentos. Acredita-se que a repercussão e a experiência do primeiro *podcast* contribuíram para incentivar a pluralidade de vozes.

Figura 51 Conversa sobre o roteiro do segundo episódio do podcast, que abordou as Cadernetas Agroecológicas



Fonte: William de Oliveira, 20 de abril de 2024

Após a preparação do roteiro, elas também escreveram os textos com mais segurança. Como mediadora, fizemos algumas sugestões e adaptações, como na experiência anterior. As participantes foram divididas em dois grupos para realizar os ensaios e, em seguida, as gravações. A organização foi aprimorada, principalmente porque foi possível perceber que, nesta segunda edição, as participantes também conquistaram mais autonomia quanto às decisões no processo de produção e gravação.

Elas optaram por iniciar o *podcast* explicando o que são as Cadernetas Agroecológicas, relembrando a chegada dessa ferramenta ao território em 2018, por meio da FASE e do Fundo Dema. Dilmara Araújo reforçou que a caderneta não é apenas instrumento de anotação. Seu relato no *podcast* tenta resumir e apresentar ao público processos e parte dos benefícios analisados de forma mais detalhada no segundo capítulo desta tese.

“Oi manas, é importante entender que a caderneta agroecológica não é somente um instrumento de anotação. Ela nos ajudou a organizar, a diversificar e a visibilizar a nossa produção, com isso nos deu a oportunidade de participação em feiras e intercâmbios, fortalecendo os quintais produtivos e a sociobiodiversidade do território” (Dilmara Araújo, Podcast Vozes do Pirocaba, Episódio 02, 2024).

Já a agroextrativista Paula lembrou que as reflexões realizadas a partir do uso das cadernetas ajudaram a resgatar práticas que estavam esquecidas, como as trocas de produtos do agroextrativismo e de trabalho nos mutirões. Milena contou para o *Vozes do Pirocaba* que conseguiu receber a licença-maternidade comprovando seu trabalho de agricultora com o uso das anotações da caderneta, realizadas desde 2018. Madalena optou por observar que as cadernetas fortaleceram a autoestima e o empoderamento das mulheres do território, além de terem possibilitado o acesso a políticas públicas.

Daniela Araújo avaliou as cadernetas agroecológicas como instrumentos de resistência e comunicação, que revelaram o trabalho e a diversidade da produção das mulheres do Pirocaba. “A caderneta comprova que temos muita produção, sem veneno, e assim garantimos nossa soberania alimentar e a conservação da natureza” (Daniela Araújo, Podcast Vozes do Pirocaba, Episódio 02, 2024). Rosinha conectou a fala de Daniela com a defesa territorial. “Isso mesmo, Daniela. As cadernetas nos mostram porque é tão importante a nossa permanência no território, para protegê-lo, assegurando o Bem Viver para as futuras gerações” (Rosa Maria Vilarino, Podcast Vozes do Pirocaba, Episódio 02, 2024).

O Bem Viver dos territórios tradicionais, de que trata Rosa Maria, se constitui como lógica contrária às formas de “desenvolvimento” marcadamente predatórias à natureza e à vida comunitária. Conceito que surge com os povos indígenas, o Bem Viver é apresentado por Alberto Acosta como cosmovisão diferente da ocidental, posto que surge de raízes comunitárias não capitalistas, rompendo com as lógicas antropocêntricas dominantes. O conceito vem norteando outras formas de organização social e práticas políticas voltadas para as lutas e para a resistência de territórios tradicionais, assim como ocorre no Território Pirocaba.

O Bem Viver, em suma, ao propor a superação do capitalismo, inscreve-se na linha de uma mudança civilizatória. Mas, como já se notou, não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo. As múltiplas vivências próprias do Bem Viver subsistem desde a época colonial. (...) Forja-se nos princípios de interculturalidade. Vive nas práticas econômicas e solidárias. E, por estar imerso na busca e na construção de alternativas pelos setores populares e marginalizados, terá de se construir sobretudo a partir de baixo e a partir de dentro, com lógicas democráticas de enraizamento comunitário (Acosta, 2019, p.85-86).

Antes do encerramento do podcast com as despedidas de Dayane, Dilmara foi a responsável por concluir os relatos das agroextrativistas. “Por tudo isso, a caderneta nos

incentiva a seguir lutando pelo fortalecimento de nossa economia agroecológica, feminista e popular, beneficiando nossas famílias, o território e o meio ambiente (Dilmara Araújo, Podcast Vozes do Pirocaba, Episódio 02, 2024).

Durante a edição do episódio “Cadernetas Agroecológicas” foi possível contemplar mais um anseio do grupo de mulheres do Pirocaba. Desde o primeiro episódio, elas pediram a utilização de música regional na trilha sonora do *podcast*, o que não foi possível realizar, inicialmente, por questão de direitos autorais. Desta vez, conseguimos autorização da banda Cravo Carbono, de Belém, para utilização da música Mestre Vieira<sup>73</sup>, trabalho instrumental que homenageia o músico de Barcarena de mesmo nome, precursor do ritmo paraense conhecido como “guitarradas”, muito conhecido e apreciado no Baixo Tocantins. A autorização e utilização da música na edição foi comemorada pelo grupo como forma de valorização da cultura da região.

A edição do segundo episódio do podcast *Vozes do Pirocaba* foi concluída e lançada no dia primeiro de maio de 2024, Dia da Trabalhadora e do Trabalhador. No mesmo dia, foi possível disponibilizá-la por meio do aplicativo *WhatsApp* e dos agregadores de *podcast Spotify*<sup>74</sup>, *Apple Podcasts* e *Amazon Music*. Segundo a avaliação das agroextrativistas, a repercussão foi ainda maior. Daniela Araújo observou que o tema das cadernetas é muito importante para as mulheres do movimento agroecológico. “Isso aumenta nossa responsabilidade porque as pessoas estão se sentindo representadas. Nos grupos do *WhatsApp* que envolvem mulheres de territórios de outros estados, também estamos sendo referência” (Daniela Araújo, Território Pirocaba, 2024).

---

<sup>73</sup> O estilo musical guitarradas, que mistura lambada, cumbia e merengue, além de ritmos caribenhos, tem como marco o disco *Lambadas das Quebradas*, lançado em 1978 por Mestre Vieira (falecido em 2018). Nos anos 1990, os Mestres Vieira, Curica e Aldo Sena tiveram a originalidade da sua música reconhecida por meio do projeto *Mestres das Guitarradas*. Mais informações sobre o assunto estão disponíveis em notícia publicada no site G1 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/morre-em-barcarena-aos-83-anos-mestre-vieira.ghtml> e na reportagem *Guitarrada, saiba tudo sobre o lendário ritmo paraense*, do site *Guitarload*. <https://guitarload.com.br/2021/03/29/guitarrada-ritmo/>. Acesso em 03 jun. de 2024.

<sup>74</sup> O endereço do episódio no agregador *Spotify* é <https://open.spotify.com/episode/6IsHfolxFIkCITjRzFLWO1>. Acesso em 05 de jul. 2024.

Figura 52 Reprodução da tela de introdução do segundo episódio do podcast Vozes do Pirocaba no *Spotify*



Fonte: Elaboração própria, maio de 2024.

No *Instagram* da FASE, o episódio *Cadernetas Agroecológicas* alcançou 1.218 reproduções até o final de junho de 2024. O número de reproduções foi quase 30% maior em comparação ao primeiro episódio sobre o PAA, que obteve 860 reproduções. Na avaliação final, as agroextrativistas ressaltaram a importância do tema do PAA e das cadernetas porque a visibilidade e a valorização do trabalho das mulheres e da sua produção agroecológica são ainda mais necessárias com o aumento do assédio aos territórios do Baixo Tocantins seja por projetos de instalação de infraestrutura ou por propostas que envolvem o mercado de créditos de carbono, entre outras ameaças, conforme explicou Dayane.

A gente acredita que essa visibilidade que estamos conquistando com muito trabalho e com a consciência de que temos direito à comunicação é fundamental pra valorizar a economia do território e a preservação da natureza da forma como fazemos há muito tempo, desde nossas antigas gerações. Precisamos de políticas públicas e não de grandes empresas dizendo o que temos que fazer. Essa necessidade de sermos ouvidas não será resolvida sem luta, mas sabemos que os primeiros passos foram dados. (Dayane Araújo, Território Pirocaba, 2024)

#### 4.5 Amplificar as vozes das mulheres, um desafio possível

As agroextrativistas, artesãs e pescadoras do Pirocaba, com sua formação política crítica e valiosos conhecimentos empíricos, demonstraram ser agentes de transformação em suas comunidades. Elas identificaram e denunciaram as formas de comunicação empresarial injustas e autoritárias, enquanto construíram, simultaneamente, um processo comunicacional que valoriza as dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais do território.

A roda de conversa sobre direito à comunicação introduziu o tema, que foi direcionado às demandas do Pirocaba, assim como o exercício de análise de notícias em veículos de comunicação hegemônicos e contra-hegemônicos. Discutiu-se a necessidade de colocar em prática uma comunicação agroecológica, feminista e popular, capaz de romper com a invisibilidade do trabalho das mulheres e da produção agroecológica liderada por elas, compondo parte importante da economia do território.

A oficina de fotografia, realizada em janeiro de 2024, abordou técnicas importantes para aprimorar imagens produzidas pelo grupo e, além disso, proporcionou debate e reflexão sobre o poder da imagem para transmitir os anúncios e os problemas enfrentados no território. Foi possível orientá-las sobre a necessidade de “reconversão do olhar” para que pudessem contar suas próprias histórias por meio das imagens.

Resultados concretos foram apresentados nos meses seguintes, quando as lideranças do território produziram e divulgaram nas redes sociais na internet imagens da manifestação realizada para exigir a ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Delcleciana Pereira de Araújo, conseguindo alcançar esse objetivo. Além disso, elas vêm incrementando sua atuação nas redes sociais para mostrar o cotidiano e aspectos importantes da vida no Pirocaba, tais como o trabalho, a cultura e a produção agroextrativista.

Os dois temas centrais do *podcast* Vozes do Pirocaba, a participação no PAA e a experiência com as Cadernetas Agroecológicas, trataram sobre a economia feminista e popular do território. Enquanto grandes projetos de infraestrutura pregam, por meio da sua comunicação voltada a interesses hegemônicos, a necessidade de progresso e desenvolvimento, as mulheres do Pirocaba utilizaram a comunicação agroecológica, feminista e popular para apresentar o território, seus modos de vida e a valiosa produção agroecológica, que gera segurança alimentar, renda para as famílias e preservação ambiental.

No caso específico do Território Pirocaba, verificou-se a necessidade de multiplicação de informações estratégicas para a luta pela permanência no território; a proteção da

sociobiodiversidade; e a visibilização da produção das economias feminista e popular, associada ao protagonismo das mulheres e suas formas de “re-existência” contra os avanços do capital transnacional.

## 5 CONTRIBUIÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Nossa reflexão inicia afirmando a importância da continuidade e ampliação de ações de comunicação contra-hegemônica nos territórios ameaçados por projetos de infraestrutura no Baixo Tocantins. Esta tese de doutorado se voltou especificamente para as mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba, mas ao longo do processo de acompanhamento em campo desde 2022, tive oportunidade de conversar com mulheres de diferentes territórios dos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Moju. Todas, ao serem informadas sobre os objetivos da pesquisa, expressaram a necessidade de desenvolver processos de comunicação como forma de defesa dos territórios e dos seus modos de vida.

Entre os eixos de reflexão da pesquisa estão a comunicação, o trabalho e a produção agroecológica das mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba e o protagonismo delas na defesa do território. Por meio da pesquisa de campo foi possível observar, planejar e orientar um processo de comunicação que está em curso no território. Isso porque consideramos a comunicação popular de forma mais ampla: a participação em manifestações e protestos durante audiências públicas; realizações de passeatas e barqueatas em datas significativas para a defesa dos territórios; e as atividades desenvolvidas nas formações político-pedagógicas para o uso das cadernetas agroecológicas.

Além da comunicação voltada para as denúncias contra o avanço do capitalismo transnacional, os anúncios do território mostraram a importância da reconversão do olhar no processo de comunicação contra-hegemônica. Fazer os anúncios, neste caso, não se trata apenas de vocalizar informações importantes. Diz respeito também à forma como os sujeitos se anunciam em suas práticas e em suas subjetividades coletivas no território. Além disso, ganham destaque o trabalho e a produção agroecológica das mulheres, visibilizados por meio das Cadernetas Agroecológicas, e a produção de conhecimentos transmitidos entre gerações. Esses anúncios se mostraram estratégicos para a comunicação contra-hegemônica na luta pela defesa territorial.

No Território Pirocaba, os anúncios das mulheres possibilitaram a construção de novas experiências de comunicação contra-hegemônica, que colocaram em destaque práticas socioterritoriais que asseguram a vida e o cuidado com a natureza, em contraposição às narrativas hegemônicas de grandes corporações que reiteram ideias de “progresso”, “avanço” e “desenvolvimento”, representando ameaças aos territórios e aos comuns, como rios, pesqueiros, canteiros comunitários, açazais, áreas de várzea e de florestas.

O resultado da análise crítica dos produtos de comunicação da Cargill voltados para o “relacionamento com as comunidades” de Abaetetuba revelaram narrativas que têm como objetivo alinhar os interesses da corporação com os das comunidades, ignorando críticas a sua atuação e conflitos históricos gerados por grandes empresas na região do Baixo Tocantins. A análise dessa forma autoritária de comunicação das grandes corporações foi importante para pensar alternativas de comunicação contra-hegemônica com as agroextrativistas, considerando as dinâmicas socioterritoriais do Território Pirocaba.

Observou-se a necessidade de colocar em prática uma comunicação territorializada, que pudesse incorporar as experiências e vivências das mulheres, considerando as denúncias e os anúncios que elas julgam prioritários. Essa forma de comunicação traduz-se como um processo contínuo, que não está restrito ao tempo de realização da pesquisa, mas permanecerá como exercício do direito à comunicação, integrado à luta das mulheres por direito à permanência no território.

A escolha da pesquisa-ação como metodologia possibilitou a participação do grupo de agroextrativistas do Pirocaba (Figura 53) nas rodas de conversa, debates e oficinas, confirmando a importância da associação entre pesquisa e extensão no contexto dos estudos interdisciplinares voltadas para territórios tradicionais na Amazônia paraense onde o papel da Universidade Federal do Pará (UFPA) e das demais universidades públicas se constitui como referência para a luta por direitos socioambientais e territoriais.

No entanto, observa-se que a pesquisa-ação não se restringe à participação das mulheres no processo de pesquisa ou na resolução de um problema específico da comunidade. Trata-se de formular os problemas ou perceber a necessidade de debatê-los a partir do que é problematizado pelos sujeitos sociais e políticos. Na nossa trajetória, a percepção das ameaças enfrentadas pelas mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba e de territórios vizinhos durante as formações político-pedagógicas sobre o uso das Cadernetas Agroecológicas mudou o foco da tese, antes centrada numa proposta mais restrita à comunicação agroecológica. Percebi, então, que a relação entre a comunicação contra-hegemônica e a defesa territorial precisariam estar no cerne do problema da pesquisa.

Figura 53 O grupo de mulheres que participou da pesquisa-ação no Território Agroextrativista Pirocaba



Fonte: William de Oliveira, 21 de abril de 2024.

Quanto às experiências práticas, a produção de imagens pelas agroextrativistas, a realização das rodas de conversa sobre direito à comunicação e do *podcast Vozes do Pirocaba* alcançaram o objetivo de amplificar os anúncios e as denúncias do território, conforme a avaliação das participantes e o alcance dos episódios verificado em número de reproduções. Além disso, conforme os relatos do grupo, ampliou-se o diálogo sobre a importância comunicação com outros territórios a partir dos conteúdos do *podcast*. Tão importante quanto esses resultados foram as reflexões levantadas pelo grupo sobre a luta pelos direitos das mulheres conectados aos direitos socioambientais, territoriais e ao direito à comunicação.

A produção do *podcast Vozes do Pirocaba* configura-se como uma das etapas mais importantes da pesquisa-ação, pois foi possível realizar o processo completo para a produção de dois episódios do *podcast*, incluindo debates sobre os temas escolhidos, preparação de roteiros, gravação, edição e divulgação do material concluído, com a participação e o protagonismo das mulheres em todas as principais etapas. Habilidades como escrita de textos, seleção de informações prioritárias e elaboração de questionamentos críticos mostraram-se essenciais para a disseminação dos anúncios do território e para a denúncia de injustiças, promovendo uma comunicação crítica, horizontal e participativa. Trata-se, portanto, de uma comunicação contra-hegemônica de base territorial.

Além disso, ressalta-se a importância da divulgação dos *podcasts* por meio das redes de resistência dos territórios que se comunicam principalmente pelo *WhatsApp*. É necessário registrar também que o problema da concentração dos monopólios digitais, representados por empresas como a Meta, proprietária do *WhatsApp/Instagram/Facebook*, não passou despercebido nesta pesquisa. No entanto, ainda não há disponibilidade de alternativas, principalmente quando atuamos com territórios que sofrem processos graves de exclusão digital<sup>75</sup>. Conforme verificado no Pirocaba, o *WhatsApp* ganha a preferência por exigir pacotes de dados de Internet menores, sem contar com sua vasta utilização em todo o país.

Embora a pesquisa-ação tenha se voltado para a situação específica do Território Agroextrativista Pirocaba, ela pode ser replicada em outros territórios do Baixo Tocantins com planejamento de ações específicas para cada contexto. Daí a importância da convivência entre pesquisadores e comunidade, com a realização de atividades prévias voltadas ao estreitamento do diálogo. Nos territórios onde as mulheres passaram pela formação das Cadernetas Agroecológicas, como os Quilombos África e Laranjituba, existem condições que favorecem ações de comunicação contra-hegemônica, como a produção agroecológica das mulheres e a familiaridade com temas como a economia feminista e a organização socioterritorial. Ainda assim é necessário conhecimento sobre as dinâmicas específicas de cada território.

É válido observar que durante a realização da pesquisa foi fundamental a construção de laços de respeito e parceria com a FASE e com o Fundo Dema, que por meio das educadoras Beatriz Luz e Jaqueline Felipe dos Santos abriram caminho para minha chegada até o Território

---

<sup>75</sup> Os agregadores de *podcast*, mantidos por diferentes fornecedores (grandes empresas norte-americanas como Amazon, Apple e Spotify), que também foram usados para disseminação dos dois episódios produzidos, fornecem uma alternativa de disseminação baseada em protocolos de Software Livre, mas não são tão populares nos territórios como o *WhatsApp*, no momento de redação deste trabalho.

Pirocaba. As educadoras não só disponibilizaram informações sobre a iniciativa das Cadernetas Agroecológicas, como permitiram minha participação nas formações político-pedagógicas, ocasiões em que pude apoiar a comunicação e trocar ideias com mulheres de diversos territórios do Nordeste Paraense e do Baixo Tocantins. Os laços construídos durante a pesquisa permanecem para além da conclusão desta tese de doutorado.

Ressalta-se também a parceria com a ASAPAP, associação que reúne famílias de pescadores, artesãos e agroextrativistas do Território Pirocaba. As lideranças da associação foram participantes da pesquisa, incentivaram o engajamento das companheiras do território e estão dispostas a dar continuidade ao processo de comunicação iniciado durante a pesquisa, com a produção dos podcasts e o prosseguimento do diálogo sobre direito à comunicação. Além disso, o grupo do Pirocaba demonstrou interesse em apoiar mulheres de outros territórios para que também possam desenvolver seus projetos de comunicação.

Quanto às dificuldades e limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa, é fundamental tratar sobre a pandemia da Covid-19, que matou em três anos mais de 700 mil brasileiros, informação atualizada pela Ministério da Saúde em março de 2023<sup>76</sup>. O início do trabalho de campo foi prejudicado em função das restrições sanitárias e da necessidade de cautela ainda maior por causa da interação com mulheres de territórios tradicionais, lembrando que são elas as responsáveis pelos cuidados com crianças e idosos. Essa situação, aliada a problemas de saúde da autora enfrentados no período, adiou a inserção em campo e a definição do Território Pirocaba na centralidade da pesquisa-ação, o que ocorreu no durante o processo de qualificação.

Entre as adversidades encontradas durante a pesquisa-ação, podem ser incluídas também as dificuldades de acesso ao Pirocaba no inverno amazônico e a sobrecarga de trabalho de cuidado das mulheres do território, que também foi intensificada como consequência da pandemia. Essas limitações influenciaram a participação de algumas delas nas oficinas e nas rodas de conversa iniciadas em 2023. Também é necessário assinalar a dificuldade gerada pela falta de apoio financeiro e logístico para a realização de pesquisas de campo pelos pós-graduandos das universidades federais, problema agravado durante os anos do governo Bolsonaro (2019-2022), com consequências ainda sentidas em 2024.

---

<sup>76</sup> O atraso da vacinação e gerenciamento ineficiente do sistema de saúde durante o Governo Bolsonaro contribuíram para alto índice de mortes causados pela covid-19 no Brasil. Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em 13 de jul. 2024.

Embora não tenha sido analisado de forma pormenorizada na tese, o trabalho jornalístico que pude produzir em cooperação com a FASE, principalmente entre os anos de 2022 e 2023, trouxe resultados importantes que considero como frutos desta pesquisa. Entre eles, o reconhecimento de representantes de territórios do Baixo Tocantins sobre a importância da visibilização das suas pautas. Nessas reportagens que denunciaram as diversas formas de ameaças aos territórios, procurei dar prioridade para as vozes das lideranças e dos demais sujeitos dos territórios tradicionais, com destaque para as mulheres. Observa-se que nesse tipo de publicação não há cobrança pela pretensa “objetividade”, que norteia o trabalho jornalístico em redações de veículos de comunicação tradicionais, favorecendo os interesses dos poderes hegemônicos.

No período de realização desta tese publiquei quatro (4) reportagens no site da FASE, uma (1) reportagem e um (1) artigo no Jornal Aldeia, em colaboração com a educadora Beatriz Luz (Fundo Dema) disponíveis nos apêndices desta tese e sintetizadas abaixo.

- FASE promove encontro com lideranças de territórios ameaçados na Amazônia. Site da FASE Nacional, em 27.01.2023, reproduzida no APÊNDICE E - REPORTAGEM “SEMINÁRIO CADERNETA AGROECOLÓGICA”.
- FASE promove encontro com lideranças de territórios ameaçados na Amazônia. Site da FASE Nacional, em 27.01.2023, reproduzida no APÊNDICE F - REPORTAGEM “FASE PROMOVE ENCONTRO DE LIDERANÇAS”.
- Comunidades protestam contra implantação do novo porto da Cargill em Abaetetuba (PA)<sup>77</sup>. Site da FASE Nacional, em 14.02.2023, reproduzida no APÊNDICE G - REPORTAGEM “COMUNIDADES PROTESTAM CONTRA CARGILL”.
- Mercado de carbono invade territórios quilombolas do Pará. Site da FASE Nacional, em 08.11.2023, reproduzida no APÊNDICE H - REPORTAGEM “MERCADO DE CARBONO INVADE TERRITÓRIOS”.
- Disfarces verdes: o mercado de carbono e sua ofensiva aos territórios na Amazônia. Jornal Aldeia, edição de dezembro de 2023, reproduzida no APÊNDICE I - REPORTAGEM “DISFARCES VERDES: O MERCADO DE CARBONO E SUA OFENSIVA AOS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA”.

---

<sup>77</sup> Realizada em colaboração com o jornalista Guilherme Guerreiro Neto, que na mesma época também desenvolvia pesquisa de doutorado nos municípios de Barcarena e Abaetetuba, no Baixo Tocantins.

- Agroecologia na Boca do Povo: FASE e Fundo Dema participam do 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia no Rio de Janeiro. Jornal Aldeia, edição de dezembro de 2023, reproduzida no APÊNDICE J – REPORTAGEM “AGROECOLOGIA NA BOCA DO POVO: FASE E FUNDO DEMA PARTICIPAM DO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, NO RIO DE JANEIRO”.

Além de dar visibilidade às denúncias e anúncios dos territórios, essa produção jornalística permitiu contato com lideranças de movimentos sociais do Baixo Tocantins e com diversos parceiros nos processos de resistência. Também foi possível constatar a ausência dos veículos de comunicação empresariais quando as pautas abordam denúncias dos territórios. Em nenhuma das manifestações, audiências judiciais e eventos que trataram sobre as ameaças aos territórios tradicionais em Abaetetuba houve cobertura jornalística espontânea de equipes dos principais jornais diários ou das emissoras de TVs com sede em Belém e de abrangência regional. No entanto, existem algumas brechas que podem ser exploradas pelas lideranças dos territórios e pelos movimentos sociais quanto a essa forma de comunicação.

Em duas dessas manifestações foi possível entrar em contato com jornalistas do site G1 Pará e do jornal O Liberal, que repercutiram as denúncias dos territórios com base nas informações, relatos e imagens que conseguimos enviar de Abaetetuba. Destaca-se a reportagem “Comunidades tradicionais protestam contra implantação de porto privado em Abaetetuba, nordeste do Pará”<sup>78</sup>, publicada em oito de fevereiro de 2023 pelo G1 Pará. Essa experiência mostra a importância da produção de imagens e de informações pelas comunidades, como fizemos nas oficinas de comunicação popular realizadas no Território Pirocaba. Embora não haja controle sobre a edição final do material jornalístico, neste caso, é possível dar visibilidade para algumas pautas que não estão relacionadas, de forma direta, aos interesses dos proprietários das empresas de comunicação.

Entre as participações em eventos e publicações que estão sendo geradas pela pesquisa algumas se destacam. Participar do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (XII CBA), realizado no Rio de Janeiro, entre 20 e 23 de novembro de 2023, promovido pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foi importante para conhecer a dimensão e a diversidade do movimento agroecológico no Brasil e discutir os primeiros resultados da tese com outros pesquisadores e integrantes dos movimentos sociais presentes. Apresentei o artigo

---

<sup>78</sup> A reportagem pode ser conferida no site do G1 Pará, no endereço: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/02/08/comunidades-tradicionais-protestam-contraintalacao-de-porto-privado-em-abaetetuba-nordeste-do-para.ghtml>

"Comunicação agroecológica para as mulheres na Amazônia: contribuições iniciais" no Eixo Arte, Cultura, Comunicação Popular e Agroecologia, dia 23 de novembro de 2023. O trabalho será publicado na revista *Cadernos de Agroecologia*, no segundo semestre de 2024.

O artigo defende a necessidade de fortalecimento da comunicação destinada às mulheres que atuam na agroecologia na Amazônia, especialmente no Pará, onde grandes os projetos agropecuários, de mineração e de infraestrutura ameaçam os territórios de populações tradicionais. O levantamento bibliográfico realizado nos sites da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), incluindo a *Revista Brasileira de Agroecologia* e os *Cadernos de Agroecologia*, mostrou a carência de estudos sobre a comunicação contra-hegemônica voltada aos anseios das mulheres que atuam na agroecologia na Amazônia paraense, principalmente no Baixo Tocantins, diante das ameaças aos seus territórios e formas de vida.

As primeiras reflexões sobre a pesquisa-ação foram publicadas no artigo "Vozes do Pirocaba: mulheres construindo a comunicação contra-hegemônica em defesa do território", em coautoria com a professora Marcela Vecchione Gonçalves, no *Papers do NAEA*. O artigo, publicado em 26 de junho de 2024, discutiu as oficinas de podcast e rodas de conversa como metodologia de pesquisa-ação voltadas para a organização do processo de comunicação contra-hegemônica das mulheres agroextrativistas do Território Pirocaba.

A construção coletiva do podcast como experiência que pode estimular a comunicação em outros territórios foi um dos pontos analisados. Observamos que a união do grupo e o apoio mútuo em torno dos projetos coletivos foi um dos fatores importantes para o bom encaminhamento da pesquisa-ação. O forte senso de coletividade, muito estimulado pelas mulheres, mostrou-se essencial para o desenvolvimento das ações de comunicação. Em tempos de neoliberalismo e individualismo, essa característica potencializou os resultados do processo de comunicação contra-hegemônica, genuinamente pensado e realizado com a participação das agroextrativistas, ao contrário da comunicação empresarial da Cargill.

Os resultados encontrados na pesquisa não encerram meu trabalho no Território Agroextrativista Pirocaba nem esgotam a necessidade de aprofundamento teórico sobre os temas abordados. Acredito que a principal contribuição desta tese está no esforço de praticar e pensar com as mulheres do Território Agroextrativista Pirocaba uma comunicação contra-hegemônica de base territorial, agroecológica, feminista e popular, que chamamos nesta tese de comunicação territorializada. Algo que é método, mas também produção de conhecimento, na

medida em que experimenta, no fazer, a realidade territorial e a narrativa daquelas que constituem esta territorialidade.

Penso que é possível, por meio dessa comunicação territorializada, promover a visibilização das formas de vida e da produção agroecológica das mulheres como alternativa às narrativas desenvolvimentistas de grandes corporações como a Cargill em seus processos de territorialização na Amazônia paraense. Nesse sentido, pretendo seguir pesquisando e discutindo experiências de comunicação que anunciem e valorizem o trabalho e a produção agroecológica das mulheres, priorizando as vozes dos territórios.

## 6 REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa; MAIA, Rosane de Oliveira Martins. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. **Cadernos Pagu**, [S.l.], v. 58, 2018.
- ACEVEDO MARIN, Rosa. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX (Paper 153). **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 1, 2000.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante. 2019.
- ALMEIDA, Marcelo de Oliveira. **Propostas para comunicação agroecológica**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Faculdade de Educação, 2020. ISBN: 978-65-00-01168-5.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2004.
- ALVARENGA, Camila; TELLES, Lilian; FREITAS, Alair Ferreira de; CASTRO, Nayara Lopes de; BRAGA, Cícero. Refletindo sobre o protagonismo econômico das mulheres agricultoras: uma perspectiva substantiva. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica**: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, Minas Gerais: Editora Asa Pequena, 2021.
- ANSCHAU, Andreia. **Flores da terra**: mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico. Orientadora: Marcela Vecchione Gonçalves. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- ASAPAP - Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesões do Pirocaba. Coordenação Comunitária de Consulta Prévia, Livre e Informada. **Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada**. Abaetetuba, 2018.
- ASAPAP - Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesões do Pirocaba. Coordenação Comunitária de Consulta Prévia, Livre e Informada. **Plano de Gestão Territorial da Comunidade Pirocaba**. Abaetetuba, 2022.
- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.
- BENEDITO, Fabiana de Oliveira. **Comunicação feminista e popular**: processos, aprendizados e práticas das mulheres em movimento. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2022. Disponível em <https://www.sof.org.br/comunicacao-feminista-e-popular-processos-aprendizados-e-praticas-das-mulheres-em-movimento/>. Acesso em 01 jul. 2024.
- BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz. (Ed.). **Economia Feminista**: Desafios, propostas e alianças. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 02 março 2024.

BUENO, Wilson da Costa. As transgressões conceituais em Comunicação Empresarial. **Organicom**, São Paulo, v. 6, n. 10-11, p. 121-127, 2009.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala, em ACSUR-Las Segovias (dir.), **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Guadalajara, Librería de Cuerpos Parlantes: 2010.

CABNAL, Lorena. Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In: **Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento**. Instituto Pacs, p. 23-28. 2018. Disponível em <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/975/>.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Comunicação, cultura e informação como direitos humanos. In: CABRAL, Eula Dantas Taveira (org.) **Comunicação, Cultura & Informação**, p. 138, ed. Meus Ritmos: Divinópolis, 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Instituto Federal do Paraná, 2006.

CARDOSO, Marcos; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. Territorialização portuária na Amazônia e suas implicações em “territórios tradicionais” no Baixo Tocantins–Abaetetuba–PA. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia - Unesp**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 215-237, 2022.

CARGILL. **Terminal Abaetetuba** – onde está localizado? Disponível em: [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/abaetetuba-localização](https://www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba-localização). Acesso em mar. 2023.

CARGILL. **Terminal de Abaetetuba**. [S.l.]: 26 abr 2021. 1 vídeo (5min. 7 seg.). Disponível em: <https://youtu.be/pw7u20sjRp4?si=kztRg5qVsVUMV6zK>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume 1**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian. 2007.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **Comunicação, poder e democracia**. [S.l.]: Labor Edições, 2012.

COSTA, Vânia Maria Torres. À sombra da floresta: a Amazônia no jornalismo de televisão. Belém: Editora Paka-Tatu, 2022.

COUTINHO, Marcius Vinicius. **Ilhas e Várzeas de Histórias, Conflitos e Identidades: Trajetórias Sociais e Políticas dos Ribeirinhos de Abaetetuba**. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

COUTINHO, Eduardo Granja; PAIVA, Raquel. **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CTA/ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. **Caderneta Agroecológica**. Viçosa: [s. n.]. [ca. 2000]. 30p.

DIAS, Eliani Sayumi Motisuki; RODRIGUES, Ivaneide Leal Ataíde; MIRANDA, Heleson Rodrigues; CORRÊA, Jader Aguiar. Roda de conversa como estratégia de educação em saúde para a enfermagem. *Rev Fund Care Online*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 379-384, abr/jun 2018.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza na mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade e os povos da floresta**. São Paulo: Anablume, 2009.

FAPESPA. **Região de Integração Tocantins – Estado do Pará**. Disponível em: [https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2018/mapas/01\\_territorio/0.12\\_territorio\\_-\\_tocantins.png](https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2018/mapas/01_territorio/0.12_territorio_-_tocantins.png). Belém, 2018. Acesso em 19 fev. 2024.

FASE. **Realizado por mulheres agroextrativistas do ASAPAP, @asapap\_pirocaba (Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba), “Vozes do Pirocaba” é um podcast independente que traz a realidade das mulheres da Amazônia**. [...]. Rio de Janeiro, RJ. 19 fev 2024. 1 imagem. Instagram: @ongfase. Disponível em [https://www.instagram.com/reel/C3iRFXTLESI/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/C3iRFXTLESI/?utm_source=ig_web_copy_link). Acesso em 19 fev. 2024.

FASE. **A escriturização de mulheres amazônidas: territórios e saberes ancestrais a partir das cadernetas agroecológicas**. A ser publicado.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

\_\_\_\_\_. **Federici: sobre o feminismo e os comuns**. Site Outras Palavras, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/federici-sobre-o-feminismo-e-os-comuns/>. Acesso em 28 mai 2022.

\_\_\_\_\_. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 38, p. 559-583, 2018.

FERREIRA, REIS, Tatiana Nazaré Amaral; VECCHIONE GONÇALVES, Marcela. (org.). **Políticas para Agroecologia – episódio 1**. Pirocaba: Vozes do Pirocaba, 01 mai 2024a. *Podcast*. Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/tatianajor/episodes/Cadernetas-Agroecologicas-e2j4d2r>. Acesso em: 01 mai 2024.

FERREIRA, REIS, Tatiana Nazaré Amaral; VECCHIONE GONÇALVES, Marcela. (org.). **Cadernetas Agroecológicas – episódio 2**. Pirocaba: Vozes do Pirocaba, 01 mai 2024b. *Podcast*. Disponível em: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/tatianajor/episodes/Cadernetas-Agroecologicas-e2j4d2r>. Acesso em: 01 mai 2024.

FERREIRA REIS, Tatiana Nazaré Amaral. **Comunicação agroecológica para as mulheres na Amazônia**: contribuições iniciais. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e selecionado para publicação em periódico.

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. PODCAST: breve história de uma nova tecnologia educacional. **Educação em Revista**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 55-71, nov. 2017. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7414>.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 2014.

GAIA, Maria Carla de Mello; ALVES, Marcelos João. Transição Agroecológica. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes; VARGAS, Maria Cristina. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2022.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Editora Elefante, 2019. Edição do Kindle.

\_\_\_\_\_. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GASPORINI, Caroline Lisian; PIELKE, Luciane Rocha Ferreira. Pesquisa-ação: as experiências de João Bosco Guedes Pinto. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 823-826, set./dez. 2017.

GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison; SOBREIRO FILHO, José. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2019.

GUERREIRO NETO, Guilherme Imbiriba. **Histórias contracoloniais em Abaetetuba e Barcarena**: grafias de vida e resistência do ser-em-comum na Amazônia. Orientadora: Edna Maria Ramos de Castro. 2023. 228 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15990>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados – Abaetetuba**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/abaetetuba.html>. Website. Acesso em 18 jul. 2024.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. PORTARIA/INCRA/P/Nº268 de 23 de outubro de 1996. Cria em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 208, v. 134, p. 21903, 25 de outubro de 1996.

JALIL, Laeticia; SILVA, Luana Cristine; OLIVEIRA, Jannah. Caderneta agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, n. 15, p. 98-125, 2019.

JALIL, Laeticia; CARDOSO, Elisabeth; RODY, Thalita; OLIVEIRA, Jannah Bruna Miranda de. As cadernetas agroecológicas e a construção do saber feminista. In: RODY, Thalita; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus editorial, 2003.

LEITE, Márcia. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 13, n. 1, 2023.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 21-53, 2014.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Geografias de exceção na Amazônia: grandes projetos de mineração e seus processos de territorialização. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 1-22, 2020.

MARQUES, Rodolfo Silva; OLIVEIRA, Ivana, FRANÇA NETO, Mário Camarão. Rádio Unama FM – Uma experiência de produção de conteúdo em uma universidade particular da Amazônia. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 12, n. 02, p. 177-199, mai./ago. 2021.

MARTINS, Dandara; ARAÚJO, Daniela; SANTOS, Jaqueline. **O tecer das sabedorias e práticas das mulheres nos territórios do bem viver: as cadernetas agroecológicas como instrumento político e pedagógico**. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) (a ser publicado).

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2017.

MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **A comunicação na batalha das ideias**. Gramsci e o Brasil. 2009. Disponível em: <https://www.gramsci.org/?page=visualizar&id=1079>. Acesso em: 16 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da comunicação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. **O papel e os desafios da comunicação contra-hegemônica em rede**. In: Blog da Boitempo. São Paulo. 2013. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/02/27/o-papel-e-os-desafios-da-comunicacao-contrahegemonica-em-rede/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NOBREGA, Camila; BANDEIRA, Olívia. Agronegócio e mídia brasileira: onde duas monoculturas se conectam. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, SP, 21 jan. 2019.v. 21, p. 01-19, 2019. Disponível em <https://diplomatique.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MÓNICO, Lisete; ALFERES, Valentim Rodrigues; CASTRO, Paulo Alexandre; PARREIRA, P. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: CONGREGO IBERO-AMERICANO EN INVESTIGACIÓN CUALITATIVA, 6., 2017, Salamanca, Espanha. **Atas** [...]. Salamanca, Espanha: CIAIQ 2017, v. 3, 2017. P.724-733.

MORENO, Camila; CHASSÉ, Daniel Speich; FUHR, Lili. **A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaração-universal-dos-direitos-humanos>.

O LIBERAL. **Defensoria acusa empresa de violar direitos de comunidades na construção do porto de Abaetetuba**: A Cargill estaria descumprindo decisão judicial que garante consulta às comunidades antes da obra. O Liberal, Belém, PA, 09 mai 2023. Disponível em <https://www.oliberal.com/para/defensoria-acusa-empresa-de-violar-direitos-de-comunidades-na-construcao-de-porto-em-abaetetuba-1.678338>. Acesso em 10 jul. 2024.

OLIVEIRA, Fernanda Lemos de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Ecofeminismo no Pirocaba (Abaetetuba-PA): Resistências e estratégias sócioterritoriais amazônicas na rota de “mais um” grande projeto. **Universidade e Meio Ambiente**, v. 7, n. 2, p. 45-62, 2022.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, p. 4-8, 2009.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 134-160, 2008.

PASSOS, Úrsula. O que eles chamam de amor nos chamamos de trabalho não pago. **Folha de São Paulo**. São Paulo, SP. 14 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici.shtml>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

PÉRIVIER, Hélène. **A economia feminista**: Por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Chave**, Colômbia, v. 11, n. 2, dez. 2008, pp. 367-379

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa**. Vitória, ES: Editora Edufes, 2024. 266 p. ISBN: 978-85-7772-571-7.

PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria; ARRUDA, Carlos André Moura; MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa; MACHADO, Márcia Maria Tavares; BEZERRA, Maria das Graças Viana. Pesquisa-ação: proposição metodológica para o planejamento das ações nos serviços de atenção primária no contexto da saúde ambiental e da saúde do trabalhador. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, SP, v. 17, p. 301-314, 2013.

PINTO, Raquel Giffoni; MANSUR, Maíra Sertã; LOSEKANN, Cristiana. Comunidades, modo de usar: desvendando guias, manuais e relatórios da mineração. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, SP, v. 26, n. 1, jan. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Niterói, RJ, v. 8, n. 16, p. 41-55, fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latino-americana. **REVISTA ALASRU-Nueva Época**, México, n. 10, p. 63-86, 2014.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. O projeto arco norte na Amazônia e a sua relação com o agronegócio. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S.l.], v. 23, p. 317-351, 2021.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, Aracaju, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019.

SCALABRIN, Andreia Cristine; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de; CRUZ, Beatriz da Luz; SANTOS, Jaqueline Felipe dos; COSTA, Maria das Graças de Figueiredo; SANTANA, Mylena dos Santos. Cadernetas agroecológicas e feminismo: o trabalho e a renda das agricultoras e extrativistas da Amazônia paraense se tornam visíveis. In: Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, 3, 2020, Recife, PE. **Anais [...]**. Recife, PE, 2020.

SCALABRIN, Andreia Cristine; CRUZ, Beatriz da Luz; SANTOS, Jaqueline Felipe dos; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de; COSTA, Maria das Graças de Figueiredo; ARAÚJO, Daniela Silva; PEREIRA, Ellen Cristina Souza; CORRÊA, Simy de Almeida. Cadernetas agroecológicas e feminismo: produzindo visibilidade ao trabalho das agricultoras e extrativistas da Amazônia paraense. In: SOUSA, Carla da Silva; LIMA, Francisco de Sousa; SABIONI, Sayonara Cotrim. **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**: volume 4. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o corpo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, João Sérgio Neves da. **Maré de resistência**: a luta do movimento social ribeirinho diante da implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SILVA, Marciano Toledo da; SOLDATI, Gustavo Taboada; DALLAGNOL, André Halloys (Orgs.). **Nossos conhecimentos sobre a sociobiodiversidade**: salvaguardando uma herança ancestral. Uma visão popular da Lei. Cartilha. Terra de Direitos. 2020. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Cartilha-Sociobiodiversidade-web%281%29.pdf> Acesso em Jan. 2023.

SILVA, Suelany Sousa da; CRUZ, Beatriz, CARVALHO, Vânia. **Cadernetas Agroecológicas**: Experiência do Fundo Dema em quintais produtivos do Baixo Amazonas e Nordeste Paraense em defesa dos bens comuns. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e selecionado para publicação em periódico.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

TERRA DE DIREITOS. **O que a Cargill faz pela Amazônia?** [S.l.]: Terra de Direitos, 14 nov. 2022. *Website*. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/boletins/49/o-que-a-cargill-faz-pela-amazonia/23806>. Acesso em: 28 ago. 2023.

TOUTONGE, Eliana Campos; PEREIRA, Rosenildo da Costa; FERREIRA AMARAL, Luis Cleibson. **Modos de Vida Margeados por Saberes e pela Cultura Rural-Ribeirinha na Comunidade do Pirocaba**, Abaetetuba, Pará, ISSN: 18066356

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez editora, 2022. Edição do Kindle.

VILAÇA, Mônica, FREITAS, Bárbara. (2020). A potência dos feminismos na luta contra a razão neoliberal na América Latina: uma entrevista com Verónica Gago. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, Paraíba, v. 1, n. 52, p. 231–245.

VECCHIONE GONÇALVES, Marcela; FERREIRA REIS, Tatiana Nazaré Amaral. Vozes do Pirocaba: mulheres construindo a comunicação contra-hegemônica em defesa do território (Paper 571). **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 1, 2024.

WEITZMAN, Rodica; SCHOTTZ, Vanessa; PACHECO, Maria Emília Lisboa. Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional. In: RODY, Thalita, TELLES, Liliam. (Orgs.) **Caderneta agroecológica**: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021, p. 114-148.



- **Atividade: Sociobiodiversidade**

- Jaqueline questiona o que as participantes entendem como biodiversidade. E, em seguida, o que acham que é sociobiodiversidade.
  - Lindalva (Barcarena): “É a relação da sociedade com a biodiversidade. Se a gente não utilizar socio, não estamos incluindo a sociedade. Tem gente que olha pra uma árvore e vê só uma árvore. Sou defensora das árvores grandes da Amazônia, que são árvores de muito tempo, dão frutas. São a nossa riqueza”.
  - Jaqueline: Além da biodiversidade, há pessoas que cuidam da natureza e ajudam a preservá-la, mulheres como guardiãs do manejo e uso da biodiversidade. Vamos pensar sobre quem são os sujeitos que cuidam e garantem a existência da biodiversidade.
- Breve explicação sobre o monitoramento das cadernetas para aquelas que não conhecem (Jaqueline)
  - Texto *Mulheres construindo a agroecologia: caminhos para a soberania e segurança alimentar e nutricional*, de PACHECO et al (2009). Jaqueline apresenta as autoras e orienta a leitura coletiva do primeiro parágrafo da introdução.
- Lindalva (Barcarena): “Antes, na minha área, tinha de tudo um pouco. Na tapera da minha avó havia uma diversidade ainda maior de arvores frutíferas. Com a chegada destes grandes projetos que destroem também foi reforçada a ideia de que no interior só tem atraso. Muitos largaram seus sítios e vieram pra cidade abrindo espaço pras empresas e pra destruição. Por isso é muito importante a gente reconhecer que somos sujeitos da história”.
  - Neusa (Moju): “É importante que cada um dê valor no seu espaço. Lembrei de bacurizeiro que minha avó plantou há muitos anos e hoje nos dá seus frutos”.
  - Leitura coletiva do 2º parágrafo da página 2. Jaqueline comenta sobre a invisibilidade do trabalho importante das mulheres que não é reconhecido pelas instituições e estatísticas oficiais. Lindalva dizendo que elas “produzem pra caramba, mas não aparecem, ao contrário do que acontece com os homens”.
  - Leitura coletiva do 2º parágrafo da página 5.
  - Jaqueline faz coleta de outros nomes utilizados para se referir ao espaço delas, além do quintal. As trabalhadoras citam terreiro, terreno, lote, sítio, tapera (discutem esse termo). Jaqueline explica que pode ter água também, principalmente no caso dos ribeirinhos.
  - Jaqueline lança a questão “o que precisa ter pra ser quintal?”. Elas respondem que é necessário ter diversidade de plantas e/ou animais para constituir o espaço de um quintal. Acrescentam que precisa ter gente morando. E falam também da necessidade de relação afetiva, de cultura e memória com o quintal. “É muito mais do que o espaço físico”, concluem.
  - As participantes se dividem em 6 grupos para leitura de trechos do texto, grifando as partes relevantes.

- **Dinâmica Corpo-território:** cada participante escreveu na tarjeta o nome do seu território e colou na própria testa. Na segunda etapa, anotaram nas tarjetas tudo o que existe nos seus quintais/territórios (casa, gente, plantas medicinais, árvores frutíferas, barco, peixe, casa de farinha, crianças). As tarjetas foram coladas no corpo. “Nosso corpo é nosso território”.



Fig.4. Dinâmica Corpo-território

- Jaqueline organiza o cálculo da renda. Discutiram média de valores das frutas (cupuaçu, bacuri, pupunha, biribá, andiroba...)
- Jaqueline separa o grupo das que venderam o terreno e a casa. Saíram da sala. Muitas se arrependeram do que venderam durante a dinâmica. As que permanecem na sala enfatizam que não venderiam terreno nem casa em nenhuma hipótese.
- Na segunda encenação, sobre o funcionamento do mercado, Jaqueline e equipe da Fase representaram as empresas que revendem por preços muito mais altos tudo o que foi comprado das agricultoras. Jaqueline pergunta quem se sentiu enganada. Todas respondem que sim.
- Rosicleia (Abaetetuba): “É um alerta diante do que está acontecendo. Nosso território é o que temos de mais valioso. É isso mesmo que as empresas fazem. Funciona como um alerta essa experiência.
- Mel (Vila Mariana): Mostraram muito dinheiro pra gente e ficamos impressionadas. Então vendemos tudo.
- Janilda (Barcarena): Como a pessoa ganha nossa confiança, compra tudo e depois faz isso?
- Lindalva (Barcarena): Meu território não posso vender. Não podemos nos empolgar com propostas que vão mudar nossa vida para sempre sem medir as consequências.

## APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO



Belém, 17 de novembro de 2023

À Coordenação da Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP),

Eu, Tatiana Nazaré Amaral Ferreira Reis, RG 2852396, estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA), venho por meio deste documento solicitar autorização para a realização da pesquisa de doutorado “RE-EXISTÊNCIAS DE MULHERES NO BAIXO-TOCANTINS: POR UMA COMUNICAÇÃO AGROECOLÓGICA, FEMINISTA E POPULAR” com a participação de trabalhadoras rurais do Território Pirocaba, integrantes do projeto Cadernetas Agroecológicas, coordenado pela FASE e pelo Fundo Dema, apoiadores deste trabalho.

A pesquisa-ação a ser realizada em 2023 e primeiro semestre de 2024 contará com rodas de conversa, oficinas de comunicação popular, entrevistas e produção de imagens com finalidade acadêmica e de apoio às atividades das mulheres na agroecologia. O objetivo é discutir propostas para a comunicação feminista e popular que apoiem a visibilização da produção agroecológica e os processos de resistência aos grandes empreendimentos liderado por mulheres no território. Esta solicitação foi apresentada a todas as participantes da pesquisa em reunião específica sobre o tema, seguindo as diretrizes do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada do Território Pirocaba.

Atenciosamente,

Tatiana Nazaré Amaral Ferreira Reis

Autorizado por Daniela Silva Araújo, presidente da ASAPAP

## APÊNDICE C - Termo de Autorização de Uso de Imagem

### Termo de autorização de uso de imagem

Eu Maria Madalena Vasconcelos Silva, RG nº 2962635,  
CPF nº 59451904204 declaro para os devidos fins que permito a utilização de  
minhas fotos e vídeos produzidos pela doutoranda Tatiana Nazaré Amaral Ferreira Reis  
do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA para sua tese de doutorado intitulada  
“Re-existências de mulheres no Baixo Tocantins: por uma comunicação agroecológica,  
feminista e popular” e produtos que possam ser realizados a partir da tese, como livros,  
vídeos, cartilhas, sites e redes sociais entre outros, para fins educativos e de divulgação  
científica. Essa autorização se refere a fotografias ou imagens em vídeo com ou sem  
captação de som produzidas pela pesquisadora sem ônus para seu trabalho de pesquisa.  
Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos  
conexos a minha imagem, voz ou outros.

Maria Madalena Vasconcelos Silva

Assinatura

Abaetetuba (PA), 19 de abril de 2024.

## APÊNDICE D – PLANEJAMENTO DA OFICINA



### **Organização da Oficina “Direito à comunicação agroecológica, feminista e popular”**

- A oficina compõe parte da pesquisa-ação realizada pela doutoranda Tatiana Ferreira Reis, do PPGDSTU/NAEA, para a tese “Re-existências de Mulheres no Baixo-Tocantins: por uma comunicação agroecológica, feminista e popular”.
- Orientação: Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves
- Apoio: ASAPAP e FASE
- Participantes: mulheres que integram o projeto das Cadernetas Agroecológicas no território Pirocaba, em Abaetetuba
- Data: 13/01/2024
- Local: sede da ASAPAP (Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba)

### **Objetivos da oficina:**

- Prosseguir com o processo de reflexão e formação sobre o direito à comunicação, iniciado com a roda de conversa “Amplificar as vozes das mulheres: agroecologia e direito à comunicação”, realizada no dia 18 de novembro de 2023.
- Conectar reflexão e prática sobre o direito à comunicação popular e contra-hegemônica.
- Fortalecer debates sintetizados na primeira roda de conversa: as mulheres e os cuidados com a natureza; defesa dos territórios; o valor do conhecimento produzido pelas mulheres de forma intergeracional; a importância da agroecologia amazônica em contraposição aos grandes projetos desenvolvimentistas; a preocupação delas com as mudanças climáticas.
- Conforme, solicitação delas na última roda de conversa: estimular o uso de ferramentas de comunicação popular para mostrar aos públicos interno e externo o trabalho e a produção agroecológica das mulheres do Pirocaba como parte importante da defesa territorial.

**Metodologia:**

- 1ª atividade: Retomar reflexão a partir da leitura de texto relembando o debate sobre direito à comunicação e comunicação popular. Além do texto, serão usadas imagens impressas, que ao final da atividade serão entregues à ASAPAP (algumas imagens estão na última página).

- 2ª Atividade: Elaboração de roteiro para nortear ações de comunicação popular (hierarquização de ideias principais). Como organizar um roteiro para relatos das mulheres (em áudio ou vídeo) que podem ser distribuídos por Whatsapp e nas redes sociais.

Proposta: Após elaboração de roteiro, gravar depoimentos curtos em áudio ou vídeo (elas escolhem). Possíveis perguntas estimuladoras. Refletir sobre os temas principais colocados por elas na 1ª roda de conversa (agroecologia, quintais, segurança alimentar defesa dos territórios).

- 3ª atividade: Reflexão sobre produção de imagens como instrumento da comunicação popular, feminista e agroecológica. O que queremos mostrar sobre nosso território, trabalho e produção coletivos? Proposta de exercício: produzir imagens aproveitando o espaço da sede da ASAPAP (onde a oficina será realizada) árvores frutíferas, canteiro coletivos de plantas medicinais; trabalho das mulheres artesãs, trabalho coletivo na construção do novo prédio, além das imagens que elas mesmas vão sugerir (equipamento coletivo de produção de farinha já está funcionando?).

- 4ª atividade: Organizar a divulgação e distribuição dos materiais produzidos. Verificar se elas têm outras sugestões. Reflexão final sobre as atividades, propostas e sugestões para a comunicação popular. Essa reflexão ajudará a nortear o guia de comunicação popular, feminista e agroecológica.

**Recursos disponíveis:**

1 celular (para gravação e edição de vídeos), 1 tablet, imagens impressas para estimular o debate, texto impresso.

\*segundo informação da Dayane quase todas possuem aparelho celular, mesmo que simples, para produção de imagens.

**Encaminhamentos:**

Imprimir imagens da 1ª roda (ok), produzir convite virtual (ok), revisitar entrevistas e vídeos da primeira roda de conversa.

**Imagens para lembrar a primeira atividade (impressão):**



## APÊNDICE E - REPORTAGEM “SEMINÁRIO CADERNETA AGROECOLÓGICA”

FASE e Fundo Dema realizam seminário 'O cultivo da economia feminista através da Caderneta Agroecológica' - FASE

05/12/2023, 17:30



18/11/2022 14:42

\*por Tatiana Ferreira Reis (Fundo Dema)

A troca de experiências e saberes sobre a agroecologia e o uso das Cadernetas Agroecológicas motivaram a reunião de 54 mulheres de onze territórios das regiões Nordeste e Baixo Tocantins, no Pará. Entre os dias 14 e 16 de novembro, aconteceu, em Belém, o seminário "O cultivo da economia feminista através da Caderneta Agroecológica", organizado pela FASE Programa Amazônia e pelo Fundo Dema, com apoio da Climate and Land Use Alliance (CLUA) e Action for World Solidarity (ASW).



Maria Emília Pacheco, dialogou sobre a

Maria Emília Pacheco, assessora e pesquisadora da FASE, conduziu a atividade realizada no dia 15 e enfatizou a importância da economia feminista para combater o empobrecimento da população do campo, assim como o crescimento da fome, que atinge mais 33 milhões de brasileiros e brasileiras

### NESTA SEÇÃO

Digite aqui sua busca...

PESQUISAR

Boletim  FASE



Inscriva-se e receba nosso boletim eletrônico

CADASTRE-SE AQUI ►

**importância das cadernetas agroecológicas para a visibilidade do trabalho das mulheres.**  
Foto: Tatiana Oliveira

atualmente. "A partir dos registros nas cadernetas conseguimos mostrar que a produção das mulheres precisa ganhar visibilidade. Muito do

que é consumido nas casas é fruto do trabalho não remunerado das mulheres, o que ficou escondido por muito tempo na história da economia. As políticas ignoraram essa produção tão importante para o autoconsumo, para as trocas, vendas e doações por muito tempo", explicou a pesquisadora, que esteve no Pará pela primeira vez em 1975.

Daiane Araújo, do território agroextrativista Pirocaba, em Abaetetuba, contou que a experiência de participar do seminário "traz conhecimentos e reforça a esperança e a força pra lutar pela agroecologia. Há dois anos faço minhas anotações na caderneta e integro essa luta pela alimentação saudável. Quero que, no futuro, minha filha também tenha oportunidade de passar pela formação social e política. Incentivo desde agora porque sei que é fundamental pensar nas próximas gerações", reflete.



FASE e Fundo Dema atuam no monitoramento de 88 cadernetas agroecológicas nas regiões do Baixo Tocantins e Nordeste Paraense.  
Foto: Tatiana Ferreira Reis

Para Jaqueline Felipe, educadora da Fase Amazônia, o seminário realizado em Belém foi um marco. "Reunimos o público ligado à rede de articulação do Fundo Dema e a acompanhados pela Fase no Nordeste Paraense e no Baixo Tocantins. Participaram 54 de um total de 88 mulheres incluídas no monitoramento da produção dos quintais agroflorestais por meio das cadernetas, em 11 territórios", observou.

Além de ganharem uma percepção mais ampla dos processos agroecológicos em que estão inseridas, as mulheres que participam dos seminários e formações são estimuladas a prosseguir e incentivar a participação de outras mulheres quanto ao uso da caderneta agroecológica. "Percebemos que há um salto nas anotações e reorganização das cadernetas com esses encontros e a animação segue com elas para os territórios. Sair da rotina é muito importante. Elas sentem-se valorizadas, melhora a autoestima e percebem que seus conhecimentos são importantes, como observamos aqui com as plantas medicinais. Todas possuem muitas espécies de plantas medicinais em suas áreas e gostam de compartilhar e multiplicar os saberes dos usos destas plantas", conclui Jaqueline.

Entre 2017 e 2018, o Grupo de Trabalho de Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) desenvolveu o monitoramento de 264 Cadernetas de maneira coletiva, com o apoio de uma rede de organizações do campo agroecológico e feminista (da Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste). O projeto em

## TAGS

Justiça Ambiental

Bahia

Amazonia

Segurança Alimentar

Direito À Cidade

Fase

Agroecologia

Mato Grosso

Rio De Janeiro

Espírito Santo

Internacional

Direitos Humanos

Pernambuco

Mulheres

Pará

Política

Editorial

Fundo Dema

Movimentos Sociais

SAAP

## ASSINE NOSSO BOLETIM

Nome

Endereço de e-mail \*

**Apresentação do Mapa da Sociobiodiversidade produzido por cada comunidade presente. Foto: Tatiana Ferreira Reis**

âmbito nacional, intitulado "Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil" foi executado por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), inicialmente entre o Ministério

do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal de Viçosa, por meio da Funarbe.

Desde então, a Caderneta Agroecológica se transformou em um instrumento político-pedagógico de busca da visibilidade ao debate de gênero no campo, contribuindo para diversas ações feministas de auto organização das mulheres. Além de mensurar e dar visibilidade ao trabalho dessas mulheres, a Caderneta também fortalece a sua autonomia

Na Caderneta, cada mulher registra diariamente a sua produção sendo co-pesquisadora, buscando mensurar a sua produção, sistematizar os resultados econômicos, monetários e não monetários do seu trabalho, além de visibilizar a diversidade produzida para a sustentabilidade da vida, na promoção da agroecologia, da segurança alimentar e nutricional e da geração de renda.

**Oficina de monitoramento das cadernetas no quilombo Camiranga, município de Cacheira do Piriá. Foto: Suelany Silva**

Entre 2021 e 2022, a FASE, que integrou o monitoramento em nível nacional ligado a ANA como uma das representações da região amazônica, passou a realizar, em conjunto com o Fundo Dema e em parceria com diversas organizações quilombolas e agroextrativistas, o monitoramento de 88 cadernetas no Baixo Tocantins e Nordeste Paraense. O seminário realizado em

novembro foi parte constituinte e animadora do monitoramento.

**Assinar!**

**Cadastre-se e receba em seu email os nossos informativos**

**REVISTA PROPOSTA**  
 FAÇA O DOWNLOAD GRATUITO  
 Um instrumento político para reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo proposto pela FASE.



**SIGA NOSSAS REDES**



## APÊNDICE F - REPORTAGEM “FASE PROMOVE ENCONTRO DE LIDERANÇAS”

FASE promove encontro com lideranças de territórios ameaçados na Amazônia - FASE

05/12/2023, 17:30



Search here...



Translate »



27/01/2023 15:20

\* Tatiana Ferreira

Lideranças das comunidades Quilombo Bom Remédio, Ilha do Capim, Caripetuba e Pirocaba participaram, no último dia 21 de Janeiro, da roda de conversa “Territórios em disputa: trajetórias de avanços das infraestruturas e da bioeconomia no baixo Tocantins”, realizada na comunidade do Pirocaba, em Abaetetuba, com apoio da Fase Amazônia e do Fundo Dema. Entre as preocupações das comunidades está o projeto de instalação de um Terminal de Uso Privativo (TUP) da empresa multinacional Cargill e seus possíveis impactos negativos para a natureza e para a vida nos territórios. Uma assembleia judicial sobre o assunto foi marcada para o próximo dia sete (7) de fevereiro na sede do município, embora haja pouca divulgação.

Durante a roda de conversa, moradores dos territórios compartilharam reclamações e angústias sobre a forma como vem ocorrendo a interferência nas comunidades. Segundo eles, as abordagens das empresas não são realizadas oficialmente por

### NESTA SEÇÃO

Digite aqui sua busca...

PESQUISAR

meio das associações e lideranças. Os contatos são feitos individualmente por intermediários, que não deixam claras as intenções e desrespeitam os processos de tomadas de decisão coletivas das comunidades previstos no Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Foto: Tatiana Ferreira

“Existem lideranças enfrentando

problemas sérios de saúde por causa desta pressão que nunca acaba. Temos direito de permanecer nos nossos territórios. Quando a gente se encontra, pensamos em estratégias de enfrentamento e falamos das nossas dores. Reafirmo nosso direito de viver dignamente e morrer nos nossos territórios sem sermos incomodados. Nossos idosos fazem questão de serem enterrados no mesmo lugar onde estão nossos antepassados”, relata Vanilson Cavalheiro, morador do quilombo Bom Remédio, em Abaetetuba, no Pará, e integrante da Frente de Defesa dos Territórios do Baixo Tocantins.



Foto: Tatiana Ferreira

“As empresas oferecem vantagens que não se sustentam porque esses empreendimentos vão comprometer a água, a pesca e a continuidade da vida. Quando prometem uma ambulância para assistência de saúde, por exemplo, está tudo errado porque esse é o papel do Estado. Não podemos aceitar esse tipo de oferta e prejudicar nosso futuro com todos os impactos que já conhecemos”, acrescenta Vanilson. Segundo ele, a Frente de Defesa dos Territórios do Baixo Tocantins

reúne lideranças que vivenciam os mesmos problemas com os grandes empreendimentos, principalmente nos municípios de Barcarena e Abaetetuba.

Beatriz Luz, educadora da Fase Amazônia, ressaltou na introdução da primeira roda de conversa de 2023 com as lideranças das ilhas de Abaetetuba que “a cada encontro a gente se transforma e se fortalece um pouco mais para a disputa acirrada do território”. A participação das comunidades e de organizações comprometidas com esses territórios, como a Fase e a Universidade Federal do Pará, estão fincadas e têm raízes em bases muito profundas e é isso que faz a

Boletim 

Inscriva-se e receba nosso boletim eletrônico

CADASTRE-SE AQUI ►

## TAGS

Justiça Ambiental

Bahia

Amazonia

Segurança Alimentar

Direito À Cidade

Fase

Agroecologia

Mato Grosso

Rio De Janeiro

Espírito Santo

Internacional

Direitos Humanos

Pernambuco

Mulheres

Pará

Política

Editorial

Fundo Dema

Movimentos Sociais

SAAP

gente luta, para reproduzir a vida todo dia”, acrescenta Beatriz.

Olívia Cardoso, liderança da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, no rio Caripetuba, também estava preocupada com o futuro da comunidade em caso de avanço do projeto do porto privado, mas afirma que sai mais fortalecida na defesa dos interesses da comunidade e no



Foto: Tatiana Ferreira

compartilhamento dos assuntos discutidos. “Nesses encontros, temos toda liberdade pra trocar experiências que nos fortalecem. Não sei o que seria se não tivéssemos a Fase, a universidade e a Cáritas nos apoiando. Muitas vezes temos dificuldade de acesso à informação sobre nossos direitos. Digo sempre que esses encontros e a educação no campo são fundamentais pra

Foto: Tatiana Ferreira

minha vida”, reflete.

Marcela Vecchione Gonçalves, pesquisadora da Universidade Federal do Pará, orientou as lideranças comunitárias sobre a necessidade de reforçar a luta pelos direitos previstos na Convenção 169 da OIT e explicou que tanto os processos ligados à bioeconomia quanto os de instalação de infraestrutura seguem dinâmicas parecidas em diferentes regiões do Pará. “Essa forma de chegar nos territórios do Baixo Tocantins segue a mesma linha e tem conexões com o que ocorre no Tapajós e em outras regiões do estado. A proposta é de que vão gerar renda para a população, mas desconsideram que já existe trabalho no território e não é pouco trabalho, mas é invisibilizado. Esses processos fragmentam o território em si e também fragmentam as dinâmicas sociais existentes”, acrescenta Marcela.

Foto: Tatiana Ferreira

## ASSINE NOSSO BOLETIM



Assinar!

Cadastre-se e receba em seu email os nossos informativos

### REVISTA PROPOSTA

FAÇA O DOWNLOAD GRATUITO

Um instrumento político para reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo proposto pela FASE.



## SIGA NOSSAS REDES



## APÊNDICE G - REPORTAGEM “COMUNIDADES PROTESTAM CONTRA CARGILL”

Comunidades protestam contra implantação do novo porto da Cargill em Abaetetuba (PA) - FASE

05/12/2023, 17:29



Search here...



Translate »



### COMUNIDADES PROTESTAM CONTRA IMPLANTAÇÃO DO NOVO PORTO DA CARGILL EM ABAETETUBA (PA)

Comunidades tradicionais protestam contra a construção de Terminal que ameaça o modo de vida dos moradores

14/02/2023 14:29

\*Tatiana Ferreira e Guilherme Guerreiro Neto

Povos e comunidades tradicionais das ilhas de Abaetetuba (PA) ocuparam a Praça do Barco, no centro da cidade, em protesto contra a empresa Cargill, no último dia 7 de Fevereiro. A multinacional do ramo de commodities alimentícias tenta implantar um Terminal de Uso Privado (TUP) que vai gerar impacto para milhares de famílias das ilhas e das beiras de Abaetetuba.



Enquanto a mobilização ocorria, uma audiência de instrução era realizada no Fórum em frente à Praça, com participação do Ministério Público do Estado do Pará, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública e da Cáritas, que atua em defesa das comunidades, além de advogados da Cargill e suas

### NESTA SEÇÃO

Digite aqui sua busca...

PESQUISAR

Fotos: Tatiana Ferreira

empresas terceirizadas. Representantes do Incra e da Fundação Palmares participaram por

videoconferência.

A equipe da FASE Amazônia apoiou os preparativos para o ato público realizado pelas comunidades e acompanhou a audiência, ao lado de representantes dos movimentos sociais, pesquisadores da UFPA e lideranças dos territórios.

Segundo a FASE, um total de 72 ilhas de Abaetetuba e 24 Projetos Agroextrativistas (PAEs), totalizando 70 mil pessoas, serão impactados pelo porto. Os comunitários possuem esses territórios há mais de 200 anos, porém até hoje não há concessão de direito real de uso em nome dessas comunidades. "Isso facilita a tentativa de tomada desses territórios pelas empresas, como é o caso de 388 hectares do PAE Santo Afonso, na Ilha Xingu. Esse processo de tomada está sendo feito pela BRIC Logística e Cargill", explica João Gomes, coordenador adjunto da Fase Amazônia.

A intenção da Cargill é expandir para a foz do rio Tocantins a logística de transporte de grãos que desenvolve no rio Tapajós. No oeste do Pará, a multinacional atua há mais de uma década sem realizar consulta às comunidades prejudicadas e sem licenciamento ambiental.

Andrei Ferreira, da comunidade Bom Remédio, representou a juventude local e fez questão de deixar seu recado durante o protesto. "Vim aqui dizer que estamos lutando pela defesa dos nossos territórios, como nossos pais fizeram antes, e queremos preservar nossa cultura ameaçada todos os dias não só pela Cargill como por outras grandes empresas. Eles querem nos ensinar como devemos viver, mas nós somos o território e sabemos como viver bem. Somos ribeirinhos, quilombolas e queremos sim melhorias, mas que venham do governo, não de empresa. Queremos nossas frutas e peixes, tomar nosso açaí, lutar também por igualdade social, por respeito às nossas vidas e pela permanência das nossas comunidades", ressaltou.

A agricultora e liderança Daniela Araújo, do Projeto de Assentamento Agroextrativista Pirocaba, reforçou a necessidade de escuta das comunidades sobre a instalação do porto. "A Cargill diz que vai instalar um porto pequeno, mas sabemos pela experiência de Santarém que será ainda maior, com o dobro do tamanho. Não vamos abrir mão dessa consulta porque sabemos que várias comunidades serão afetadas e temos direito de consentir ou não sobre esse empreendimento", avaliou.

Ficou definido na audiência que, em prazo de 60 dias, as partes do processo apresentem uma definição de metodologia para garantir o direito à realização da consulta prévia, livre e informada nos territórios. A consulta é garantida pela legislação internacional, por meio da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e foi exigida por decisão do Tribunal de Justiça do Pará. Alguns territórios tradicionais de Abaetetuba têm protocolos de consulta, que definem os termos em que devem ser consultados.

A Consulta Prévia, segundo a Convenção 169 da OIT, deve ser realizada pelo

Boletim  FASE



Inscriva-se e receba nosso boletim eletrônico

CADASTRE-SE AQUI ►

## TAGS

Justiça Ambiental

Bahia

Amazonia

Segurança Alimentar

Direito À Cidade

Fase

Agroecologia

Mato Grosso

Rio De Janeiro

Espírito Santo

Internacional

Direitos Humanos

Pernambuco

Mulheres

Pará

Política

Editorial

Fundo Dema

Movimentos Sociais

SAAP



Fotos: Tatiana Ferreira

governo e tem por objetivo obter o consentimento dos povos interessados para atos legislativos administrativos que possam afetá-los. Portanto, as comunidades podem ou não consentir após o processo de Consulta.

“A Convenção também garante no seu artigo 7º o direito dos povos a sua autodeterminação, portanto o rito de como devem ser procedidas as Consultas deve respeitar as suas formas organizativas e regras, tendo algumas comunidades já

estabelecido metodologias em seus Protocolos e, mesmo que algumas comunidades afetadas ainda não as tenham, o estado também deve respeitar o tempo de cada uma delas para que elaborem os seus Protocolos, e não assumir por elas essa prerrogativa”, acrescenta João Gomes, da Fase.

A pesquisadora e professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, Marcela Vecchione, acompanhou a audiência e considerou o resultado importante para a defesa dos territórios. “A definição da metodologia para a consulta livre, prévia e informada é importante porque as comunidades terão oportunidade de definir como elas querem ser consultadas e também um cronograma, além dos agentes responsáveis. A Cargill vai precisar seguir as diretrizes definidas para essa consulta e, sobretudo, ficou estabelecido que essa consulta é obrigatória”, enfatizou.

#### Embarca na luta, embarca!

Os próximos passos são importantes não só para a construção de proposta de metodologia de consulta a ser apresentada em juízo conforme o acordo entre as partes, no processo de negociação. Serão dias importantes, principalmente, para a

formação política nos territórios. Todos precisam conhecer as ameaças que estão em jogo, os riscos para vida e para a natureza envolvidos no projeto do porto da Cargill. “É importante construir politicamente o terreno da formação das comunidades para dizer não. A consulta não pode ser só a consulta, mas especialmente o direito de manter administrativamente o que significa dizer não a este empreendimento”, alerta Marcela Vecchione.



Fotos: Tatiana Ferreira

## ASSINE NOSSO BOLETIM




Cadastre-se e receba em seu email os nossos informativos

### REVISTA PROPOSTA

FAÇA O DOWNLOAD GRATUITO

Um instrumento político para reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo proposto pela FASE.



## SIGA NOSSAS REDES



\*Tatiana Ferreira e Guilherme Guerreiro Neto são Jornalistas Doutorandos da UFPA em colaboração com a FASE



Fundada em 1961, a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma organização não governamental de educação popular e defesa dos direitos humanos, sem fins lucrativos, com atuação nacional e unidades regionais em seis estados: Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.

#### FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90,  
Botafogo 22270-070,  
Rio de Janeiro – RJ  
CNPJ:  
33.700.956/0001-55  
Tel:+55 21 2536-7350 /  
E-mail:  
fase@fase.org.br

Somente alguns  
direitos reservados.  
Esta obra possui a  
licença Creative  
Commons de  
"Atribuição+Uso não  
comercial+Não a obras  
derivadas" (BY-NC-ND)



<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/br/>

#### Quem Somos

Histórico	Linha do tempo	Missão e Objetivos	Estrutura e organização
-----------	----------------	-----------------------	----------------------------

#### Transparência

#### Nossas Causas

Direito à Cidade	Justiça Ambiental	Mulheres	Soberania Alimentar
------------------	-------------------	----------	------------------------

#### Onde Atuamos

Fase Amazônia	Fase Bahia	Fase Espírito Santo	Fase Mato Grosso
Fase Pernambuco	Fase Rio de Janeiro	Núcleo de Políticas e Alternativas / NUPA	Sede Nacional

#### Fundos

Fundo DEMA	Fundo SAAP
------------	------------

#### Acervo

Revista Proposta	Biblioteca	Vídeos	Documentos
------------------	------------	--------	------------

#### Informe-se

Notícias	Artigos	Boletim Eletrônico
----------	---------	--------------------

#### Contato

## APÊNDICE H - REPORTAGEM “MERCADO DE CARBONO INVADE TERRITÓRIOS”

Mercado de carbono invade territórios quilombolas do Pará - FASE

05/12/2023, 17:28



Search here...



Translate »



Tatiana Ferreira Reis

08/11/2023 11:29

Propostas para projetos de crédito de carbono estão chegando aos territórios de populações tradicionais do Baixo Tocantins e no Nordeste do Pará, como em outras áreas da Amazônia, mesmo sem a existência de regulamentação do Estado, nas esferas federal, estadual ou municipal. Essas propostas, realizadas por meio de grandes empresas que atuam no mercado internacional de créditos de carbono, têm provocado muitas dúvidas, desinformação e desavenças entre os membros das comunidades tradicionais.

“Este é um debate completamente novo nas comunidades e as propostas chegam aos nossos territórios com muitas palavras difíceis. Sabemos que nossos direitos estão em um campo de disputas sobre o mercado de carbono e neste momento precisamos do apoio do poder público e dos nossos parceiros, como a FASE, que ao longo dos anos nos ajudou muito com as formações que envolvem esse tipo de situação”, explica Marciane Pastana, liderança da Associação da Comunidade Remanescentes de Quilombo do Ramal do Bacuri (Arquiba), de Abaetetuba.

### NESTA SEÇÃO

Digite aqui sua busca...

PESQUISAR

Diante do problema, denunciado ao Ministério Público do Estado do Pará pela Coordenação da Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu), a Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região realizou, no dia 26 de outubro, na Câmara Municipal de Abaetetuba, audiência pública sobre o tema com objetivo de identificar as possíveis violações de direitos humanos, fundiários e socioambientais dos projetos de mercado voluntário de carbono em terras públicas e coletivas, em especial, nos territórios quilombolas localizados na área de abrangência da 1ª Região Agrária, com sede em Castanhal.



Foto: Tatiana Ferreira Reis

A mercantilização de créditos de carbono se propõe a promover a conservação de áreas de florestas, de várzea e de outros espaços em territórios de povos e comunidades tradicionais por meio de pagamentos voltados à preservação, no entanto, essas propostas podem envolver a perda da autonomia dessas populações sobre seus territórios e os recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução social, cultural, física e econômica.

“Estamos atentos porque o mercado de carbono não tem nenhuma regulação no Brasil e alguns contratos estão estabelecendo duração de 30, 40 anos, o que é muito tempo. Precisamos ouvir todos os lados e, principalmente, os anseios, as dúvidas e as denúncias das populações envolvidas, neste caso os quilombolas”, explicou Ione Nakamura, promotora de Justiça da 1ª Região Agrária.



Foto: Tatiana Ferreira Reis

A defensora pública Andreia Barreto, coordenadora da Defensoria Agrária de Castanhal, observou durante a audiência que os direitos de povos tradicionais são regidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Esse tipo de contrato precisa da consulta prévia, livre e informada, sendo que o Estado é o responsável por realizá-la, pois existem muitos interesses divergentes

em jogo. Além disso, o Brasil ainda está construindo uma legislação sobre mercado de carbono, pois é preciso proteger também os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade”, esclareceu a defensora, ao se referir ao PL 412/2022, que pretende regular o mercado de carbono no Brasil e encontra-se em tramitação na Câmara Federal.

Boletim  FASE

Inscriva-se e receba nosso boletim eletrônico

CADASTRE-SE AQUI ►

## TAGS

Justiça Ambiental

Bahia

Amazonia

Segurança Alimentar

Direito À Cidade

Fase

Agroecologia

Mato Grosso

Rio De Janeiro

Espírito Santo

Internacional

Direitos Humanos

Pernambuco

Mulheres

Pará

Política

Editorial

Fundo Dema

Movimentos Sociais

SAAP

Vanilson Cavalheiro, morador do quilombo Bom Remédio, em Abaetetuba, integrante da Frente de Defesa dos Territórios do Baixo Tocantins, lembrou que diversas comunidades da região passaram por longos processos de construção do seu Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada.

"Exigimos que este documento seja respeitado e nossos direitos sejam resguardados diante de mais uma ameaça aos nossos territórios", advertiu Vanilson, mostrando aos participantes da audiência o Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre, Informada, de Consentimento e Veto do Bom Remédio.

Sara Pereira, coordenadora da FASE Amazônia, alertou que o mercado de carbono promete uma redução de emissões questionável, pois mesmo após aderirem a esse mecanismo as grandes empresas permanecem gerando emissões de gases do efeito estufa. No final, a redução não seria tão significativa quanto é propagado pelas empresas que compõem o setor.



Foto: Tatiana Ferreira Reis

"Não podemos comprar falsas verdades, como o discurso de que os pequenos produtores da Amazônia são os principais responsáveis pelas emissões ao fazerem a queima controlada para prepararem suas roças. Isso não é verdade porque essas técnicas são historicamente utilizadas para o desenvolvimento das suas atividades econômicas e de subsistência. A prova disso é

que, na situação atual, a Amazônia permanece prestando serviços ambientais pro mundo todo e os territórios tradicionais são os menos desmatados", observou a coordenadora da Fase Amazônia.

Ivanilde Silva, coordenadora da Cáritas Brasileira Regional Norte II, enfatizou a importância do diálogo nos territórios seguindo as orientações previstas nos protocolos de consulta. Reforçou que as associações não podem assinar contratos sem que as comunidades sejam escutadas. "É de extrema importância respeitar os processos que garantem autonomia e esse diálogo não é só entre homens, mas precisa envolver as mulheres, as crianças, a juventude e os idosos", pontuou Ivanilde.

Entre as polêmicas suscitadas na audiência, destacou-se a apresentação de representantes da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Gurupá, município do Pará, que desenvolve projeto de Redução das



Foto: Tatiana Ferreira Reis

## ASSINE NOSSO BOLETIM




Cadastre-se e receba em seu email os nossos informativos

### REVISTA PROPOSTA

FAÇA O DOWNLOAD GRATUITO

Um instrumento político para reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo proposto pela FASE.



## SIGA NOSSAS REDES



Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) com a empresa Carbonext, que também enviou representantes à audiência. A apresentação foi questionada por enfatizar apenas pontos positivos do projeto. Ficou prevista uma visita ao território quilombola de Gurupá com a presença da Promotoria Agrária de Altamira e Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias do MPPA, bem como Malungu e a DPE para conhecerem de forma mais detalhada a experiência apresentada na audiência pública.

O pesquisador Carlos Ramos, doutorando do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, da Universidade Federal do Pará (INEAF/UFPA) apresentou informações sobre os projetos que acompanha como pesquisador e lembrou do caso mais recente ocorrido em Portel, no Marajó, amplamente divulgado na imprensa local e nacional em que empresas brasileiras e três estrangeiras (uma americana, uma canadense e uma britânica) usaram terras públicas na Amazônia para lucrar, de forma irregular, com a venda de créditos de carbono para gigantes multinacionais. Os créditos foram usados por dezenas de multinacionais para compensar emissões de gases do efeito estufa. A situação foi levada à Justiça pela Defensoria Pública do Estado.

Wilma Ferreira, liderança do quilombo Ramal do Piratuba, destacou as mazelas que os territórios quilombolas estão enfrentando na Amazônia com ausência de políticas públicas capazes de cumprir direitos como saneamento básico e assistência à saúde, entre outros problemas. “Esses projetos chegam sempre prometendo avanço, desenvolvimento, mas não é o que ocorre. Dois linhões atravessam nosso território, sem contar com a previsão do projeto da ferrovia e nunca fomos ressarcidos. É uma luta conseguirmos ser ouvidos pelo poder público municipal e nunca somos atendidos nas nossas necessidades”, denunciou.

A Prefeitura Municipal de Abaetetuba enviou seu procurador jurídico à audiência, mas não houve a participação da prefeita nem de representação da Secretária de Meio Ambiente, ausências que foram referidas pela promotora Ione Nakamura. Participaram da audiência representantes de associações quilombolas de Abaetetuba, Gurupá e Cametá,

Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Abaetetuba, entidades da sociedade civil como Cáritas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), além da FASE e da Malungu.

Também compareceram Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE), Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) e Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), assim como vereadores de Abaetetuba. Estiveram presentes ainda



Foto: Tatiana Ferreira Reis

Mercado de carbono invade territórios quilombolas do Pará - FASE

05/12/2023, 17:28

Defensoria Pública Agrária, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual em Abaetetuba e professores e pesquisadores do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf) e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), ambos da UFPA.

\*Colaboradora da FASE Amazônia

# APÊNDICE I - REPORTAGEM “DISFARCES VERDES: O MERCADO DE CARBONO E SUA OFENSIVA AOS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA”

## DISFARCES VERDES:

### O MERCADO DE CARBONO E SUA OFENSIVA AOS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA

Beatriz Luz (Fundo Dema) e Tatiana Ferreira Reis (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPa)

O atual contexto de crise climática no mundo adverte a sociedade sobre a necessidade de transformações. No bojo das constatações comumente identificadas estão a necessidade de adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Nesse debate, os termos genéricos não nos ajudam a compreender os diferentes interesses no tabuleiro do clima em que cada peça ajuda a conformar o jogo das estratégias antagônicas postas à mesa. A ‘sociedade’ não será afetada da mesma forma pela crise climática. Não somos ‘todos’ responsáveis pelo estado em que chegamos hoje. Não basta mudarmos individualmente, seguindo a premissa de que “cada um precisa fazer sua parte”.

O pacote fundiário, empresarial e financeiro que envolve o tripé – agronegócio, mineral negócio e hidro negócio – corresponde aos maiores emissores de gases do efeito estufa no mundo. São fortes indutores de desmatamento e artificializam a natureza como *modus operandi*. Com o intuito de legitimar a manutenção e a ampliação de suas estruturas, o agro-minero-hidro negócio aposta na lavagem verde, a adoção de falsas práticas de sustentabilidade por empresas que degradam o meio ambiente, mas tentam passar uma imagem positiva para seus públicos.

O mercado de carbono é um desses instrumentos apresentados como alternativa aos problemas climáticos. A com-

penção de carbono consiste na premissa de que os diferentes gases de efeito estufa têm o mesmo impacto e que, portanto, os danos causados pelas emissões de uma fonte poluidora podem ser compensados pela redução de emissões em outra. As florestas são reconhecidas como sumidouros de carbono por absorverem o carbono presente no ar com a emissão de dióxido de carbono (um dos gases de efeito estufa). Acontece que a lógica da compensação pressupõe a noção de que todo carbono é igual. Não é.

O carbono fóssil presente no subsolo ao ser extraído e transformado em gasolina e diesel, por exemplo, ao ser queimado é forte indutor de energia da qual o sistema capitalista é altamente dependente. Essa energia fóssil só existe em virtude de uma alta concentração de carbono armazenado por milhares de anos sob pressão, temperatura e calor próprios do subsolo. O carbono fóssil não equivale ao carbono biológico – presente nas florestas e nas superfícies da terra. Não é possível comparar, compensar e igualar dois tipos de carbono de origens e efeitos distintos ao serem queimados.

Além da impossibilidade biológica em igualar carbonos de origens diferentes, a lógica da compensação tem o intuito principal de manter intactos os interesses empresariais e, dessa forma, continuar emitindo gases do efeito estufa e promovendo todo tipo de desequilíbrio ambiental. Para os povos

que vivenciam o caos climático promovido pelos setores capitalistas, compensar a emissão desses gases não é a solução.

Outro equívoco é acreditar que as florestas estão paradas, reservadas e, em muitos casos, vazias, esperando uma empresa elaborar um contrato para que o crédito seja emitido por uma certificadora. Com o crédito de carbono ‘em mãos’ é possível vender o direito de poluir para outras empresas que queiram comprar, como um selo verde.

A região amazônica vivencia atualmente uma ofensiva de projetos de crédito de carbono nos territórios de povos e comunidades tradicionais, mesmo sem qualquer regulamentação desse mercado no Brasil. Há muitas similaridades no comportamento das empresas que chegam com as propostas de crédito de carbono nos territórios: os contratos são sigilosos, geralmente somente poucos membros da diretoria de uma determinada associação têm acesso; a promessa de que a preservação vai ser uma fonte de renda, pura e simplesmente por preservar, não é concretizada.

Esses contratos também incluem a vigilância e a proibição de práticas tradicionais nos territórios, como os roçados de corte e as queimas controladas. Essas técnicas criminalizadas nesses contratos são utilizadas para o desenvolvimento

das atividades econômicas e de subsistência das comunidades.

Além disso, os contratos preveem vigência de cerca de 30 a 40 anos, tempo muito superior ao que qualquer associação comunitária poderia responder pela gestão do território. Outro traço comum neste cenário é a ausência de consulta livre, prévia e informada exigida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também há casos de grilagem digital presente nos contratos, nos quais áreas inseridas no Cadastro Ambiental Rural (autodeclaratório) sobrepostas a territórios tradicionais de forma irregular respondem pelos contratos de crédito de carbono sem avaliação e aprovação das comunidades.

São muitas as irregularidades e consequências da entrada do mercado de carbono na vida dos territórios e das suas organizações. Denúncias sobre essas irregularidades estão sendo investigadas na Justiça do Pará e de outros estados da Amazônia. No entanto, é difícil frear tanto assédio.

A auto-organização dos territórios, os instrumentos de autogestão e de autogoverno como os Protocolos de Consulta Livre Prévia e Informada são importantes ferramentas de enfrentamento das falsas soluções da tinteira verde que encobre os reais objetivos do mercado.



## APÊNDICE J – REPORTAGEM “AGROECOLOGIA NA BOCA DO POVO: FASE E FUNDO DEMA PARTICIPAM DO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, NO RIO DE JANEIRO”

O 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 23 de novembro, marcou história não só pelo número de inscritos, mais de cinco mil pessoas, mas também pelo envolvimento da cidade.

Ao todo, dez mil pessoas frequentaram o evento e a “Feira Nacional Sabores e Saberes da Agroecologia e Economia Solidária”, aberta ao público, ocorreu de forma paralela ao CBA e reuniu produtores agroecológicos de todo o Brasil no Passeio Público. Experiência única para quem procura alimentação e formas de vida mais saudáveis respeitando a soberania dos povos tradicionais e os direitos da natureza.

A Fase Amazônia e o Fundo Dema estiveram envolvidos de forma intensa nos quatro dias de realização do CBA. Já na abertura do evento na Fundação Progresso, Daniela Araújo, liderança do território Pirocaba, em Abaetetuba, fez um depoimento emocionado sobre a resistência das populações tradicionais da Amazônia para proteger seus territórios, mesmo com as ameaças e assédio de grandes empresas e do próprio Estado. “No CBA anterior estávamos aterrorizadas com a ameaça do porto da Cargill no nosso município, mas eles não conseguiram se instalar até hoje porque nos unimos e agimos a tempo, junto com nossos parceiros, para exigir respeito aos nossos direitos. Então me sinto muito honrada por estar neste espaço, representando tantos territórios que continuam resistindo às investidas do capitalismo”, declarou.

O território Pirocaba faz parte da área de impacto do terminal de uso privado (TUP) da multinacional Cargill, um projeto combatido por populações tradicionais da região do Baixo Tocantins (PA) por seu histórico de denúncias de irregularidades investigadas na Justiça. O território Pirocaba é um dos que recebe apoio da Fase Amazônia e do Fundo Dema na região para desenvolver iniciativas como as Cadernetas Agro-



As educadoras do Fundo Dema, Beatriz Luz (calça) e Suelany Souza, apresentaram artigos no CBA 2023.



### AGROECOLOGIA NA BOCA DO POVO: FASE E FUNDO DEMA PARTICIPAM DO 12º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, NO RIO DE JANEIRO

■ Tatiana Ferreira Reis (NAEA-UFPA), colaboradora da FASE

ecológicas, que vêm transformando a vida de trabalhadoras rurais, artesãs, pescadoras e donas de casa por meio da valorização do trabalho agroecológico, da soberania alimentar e da permanência nos territórios.

#### TAPIRIS DOS SABERES

Sobre o mesmo projeto, a engenheira agrônoma Suelany Sousa da Silva, educadora do Fundo Dema, participou dos Tapiris dos Saberes, área de apresentação de artigos no CBA, com o trabalho “Cadernetas agroecológicas: experiência do Fundo Dema em quintais produtivos do Baixo Amazonas e Nordeste Paraense em defesa dos bens comuns”. A educadora apresentou com sucesso alguns resultados e reflexões

sobre o trabalho desenvolvido no Pará.

Ainda dentro do eixo temático sobre “Gênero, feminismos e diversidades na construção agroecológica”, Dandara Martins, colaboradora da Fase, e Daniela Araújo apresentaram o artigo “O tecer das sabedorias e práticas das mulheres nos territórios do Bem Viver: as cadernetas agroecológicas como instrumento político e pedagógico”, e destacaram o fortalecimento de inovações no âmbito da saúde popular com a valorização das plantas, ervas e raízes medicinais encontradas nos territórios, trabalho bem recebido na sessão de gênero.

A educadora Beatriz Luz destacou a história, a trajetória, as áreas de atuação e as ações realizadas pelo Fundo

Dema na Amazônia desde sua origem, em 2003, com artigo “A experiência de fundos comunitários como o Fundo Dema no fortalecimento da agroecologia na Amazônia”, apresentado na área temática “Políticas Públicas”. Além da participação delas, o trabalho de Samis Vieira “Sistemas agroflorestais para o Bem Viver: a experiência entre técnicos e extrativistas no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém” foi aprovado na área temática de Manejo de Ecossistemas.

#### BARRACÕES DOS SABERES

Nos espaços de debates dentro da Feira Nacional Saberes e Sabores da Agroecologia, Daniela Araújo relatou o processo de elaboração do Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada do território Pirocaba, na programação “Anúncios e denúncias como estratégias de resistência das mulheres na agroecologia”. Outras duas participantes do Pará computaram o debate: Luciane Soares, da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra, campus Tomé Açú), e Solange de Oliveira, representando o Grupo de Mulheres do Brasil.

No Barracão dos Saberes



dedicado à Justiça Climática, a liderança jovem do PAE Lago Grande, território que tem assistência da FASE Amazônia, em Santarém, no Pará, Darlon Neres, contou sua experiência na roda de diálogo "Agroecologia e transições socioecológicas: desafios em pauta, resiliência e resistência desde os territórios latino-americanos". A roda teve como objetivo ex-

plorar distintas trajetórias na construção de territórios agroecológicos que enfrentam as "falsas soluções" das corporações transnacionais com apoio do Estado como respostas para a crise climática, com foco no papel dos sujeitos coletivos.

Além da programação científica, cultural, gastronômica e da realização do Festival Internacional de Cinema Agro-

cológico, no Cine Odeon, o 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia montou uma Cozinha Solidária, onde o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) distribuiu, todos os dias do evento, alimentação saudável para moradores de rua do Centro do Rio de Janeiro. O espaço protagonizou alguns dos momentos mais bonitos de solidariedade ocorridos durante o

CBA.

Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) forneceu alimentação para os participantes que obtiveram gratuidade no evento, com cardápios muito elogiados por trabalhadores rurais, integrantes dos movimentos sociais e representantes de territórios de todo o Brasil.